

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

***AIDS, SEXUALIDADE e GÊNERO: a lógica da proteção entre  
jovens de um bairro popular carioca***

**SIMONE MONTEIRO**

Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

**Orientação: Profa. Elizabeth Moreira dos Santos (ENSP)**

**Profa. Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ)**

Rio de Janeiro, abril, 1999

*Ao Marcos, Sandra e Lili pela singular cumplicidade.*

*À comunidade de Vigário Geral pela receptividade.*

## AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho significou uma oportunidade de rever posições e descobrir realidades diferenciadas. Considero que o curso de doutorado representou um momento fértil de inquietude intelectual, ainda em reverberação.

Tal trajetória contou com o especial apoio de Elizabeth Moreira dos Santos na orientação da tese. Com uma sensibilidade singular e inovadora no campo da saúde pública, Beth introduziu provocações, semeou idéias e fomentou a construção e desenvolvimento dos argumentos do estudo. Sua colaboração contribuiu ainda para a crença no valor do relacionamento humano e consolidação de laços de convivência fraterna.

O papel de Maria Luiza Heilborn, que também participou da orientação da tese, foi fundamental na minha ‘iniciação’ pelos caminhos da antropologia e no amadurecimento das reflexões, particularmente sobre o universo dos segmentos populares e das relações de gênero. Além de sua agradável e enriquecedora presença, Malu demonstra uma disponibilidade rara para adentrar no texto do outro e grande competência no processo de formação intelectual.

Uma das principais motivações para desenvolver o trabalho de campo em Vigário Geral foi o contato com o sociólogo Caio Ferraz, então presidente da Casa da Paz, um organização comunitária local. Após rápidos encontros com Caio no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de entrevistá-lo em Boston (EUA). Além de um valioso e rico relato, Caio facilitou a minha inserção na comunidade por meio de uma carta de apresentação. Ao longo da aproximação dessa nova realidade contei também com mediadores generosos e simpáticos. Sou especialmente grata à Liziete, Vania dos Santos, Wilma Léa e João Duarte (naquele momento coordenador geral

da Casa da Paz). Jane, Luzia, Desluci, Vera Lúcia, Penha, Alexandre, Claudia, Greice, Marli, Mauro, Derlei, Guinaldo e Edilson (Piu-Piu) também colaboraram com a pesquisa. Sem dúvida que a receptividade e disponibilidade dos jovens entrevistados e de seus familiares foi essencial e definitiva para a elaboração do trabalho em Vigário Geral. O compromisso com o anonimato me impede de agradecê-los nominalmente. A colaboração de Marcelo da organização Médicos sem Fronteiras, de José Júnior e demais membros do Grupo Cultural Afro Reggae e do Sr. Lins da Associação de Moradores foram de grande ajuda.

Durante um ano tive a oportunidade de realizar parte do curso de doutorado na Universidade de Brown, em Providence (EUA), onde fui muito bem recebida pelas professoras Lois Monteiro e Lucille Newman do Departamento de Saúde Comunitária. Conteí também com o apoio das professoras Sally Zierler e Patricia Symonds (Depto de Antropologia) e da secretária Carol. Agradeço a Ms Patterson da Hope High School e seus alunos, bem como a atenção de Rachel Cristina.

Da estadia norte americana, guardo ainda boas lembranças dos membros do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, os professores Luiz Valente, Nelson Viera, Thomas Skidmore, Anany Dzidzienyo e Onésimo Almeida e os alunos Robert, Isabel, Patricia, Chistopher e Zélia. O encontro com o mineiros Marcus Freitas e Renata foi breve, mas cativante. Com Katia Motta testemunhei o nascimento de uma amizade, complementada pela doce presença de Clarisse, Nádia e Ana Paula.

Devo ao Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde (IMS/UERJ) um agradecimento especial. Além de usufruir do Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, coordenado pelo programa, e do apoio financeiro da Fundação Ford, convivi com a eficiência e simpatia de Wilma e Anna Uziel.

Sou particularmente grata às valiosas contribuições dos professores Carlos Coimbra, Alba Zaluar e Michael Bozon. Os comentários de Jane Russo e Tania Salém também foram enriquecedores.

Na ENSP, afora o Departamento de Endemias, gostaria de agradecer à atenção dos professores Takumi e Losana do Laboratório de Bioestatística, de Cristina Botelho, Vilma, Edith, Marlene e Jacirema do Centro de Saúde Germano Sinval Faria, de Liliam Vicentin e André Souza da secretaria da pós-graduação.

Agradeço também ao CNPq pelo importante auxílio financeiro concedido ao longo do curso.

Com os colegas do Departamento de Biologia do IOC tenho partilhado bons momentos. Retribuo ao apoio de Marli Lima da chefia, de David e Lenira da secretaria e dos membros do Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde, Renato Quemmel, Andreia Fazeh, Ana Catia Viana, Alvaro da Silva, Isabela Sousa e Lucia Rotenberg. Saliento o estímulo, delicadeza e incentivo de Virgínia Schall nos últimos 11 anos.

Em diferentes momentos desse peculiar processo, desfrutei da colaboração de Sergio Gil, Francisco Inácio, da querida Kiki Castello Branco, João Alegria, Regina Cavalieri, José Drumond, Elizabeth Xavier e Patricia Gouveia.

Tenho uma gratidão eterna pelo respeito, atenção e carinho dos meus pais e irmãos.

O (re)encontro com Lili gerou uma fértil, aprazível e sólida relação. Com Sandra, uma irmã escolhida, tenho dividido as coisas da vida desde as últimas três décadas. Tive de ambas suporte incondicional.

Com Marcos, meu grande cúmplice, compartilho as delícias do encontro amoroso.

## **RESUMO**

Esta tese objetiva contribuir para a problematização do discurso da prevenção do HIV/AIDS. Questiona-se o enfoque epidemiológico do risco e a ênfase na responsabilidade individual, destacando a importância da lógica cultural subjacente aos comportamentos. Analisa-se a percepção de jovens de grupos populares urbanos em relação aos cuidados de saúde, em particular a transmissão do HIV. A partir de uma abordagem antropológica, o trabalho descreve as trajetórias biográficas e as experiências sociais do gênero e sexualidade de rapazes e moças, moradores da favela de Vigário Geral (RJ); focalizando as representações e práticas de auto-proteção. Conclui-se que o contexto sócio-econômico, conjugado ao predomínio de valores tradicionais em relação aos valores do individualismo moderno, imprimem uma especificidade ao significado da lógica de proteção. Tal feito sociológico reforça a percepção de que o familiar protege, o que ilumina o entendimento da falta de convergência entre o conhecimento e o eventual acesso aos meios de prevenção, como o preservativo, e os comportamentos adotados pelos sujeitos. A lógica cultural de proteção do grupo estudado, contraposta ao discurso preventivo hegemônico, exemplifica a necessidade de se elaborar alternativas mais adequadas às singularidades materiais e simbólicas dos variados segmentos sociais.

### **Palavras chaves:**

representações simbólicas; prevenção do HIV/AIDS; sexualidade; gênero; jovens de segmentos populares urbanos

## **SUMMARY**

This thesis seeks to contribute to the critical understanding of the discourse associated with the prevention of HIV/AIDS. The epidemiological approach to risk and the emphasis on individual responsibility are questioned, while special attention is given to the importance of the cultural logic that underlies group behavior. The text explores the perceptions of youths belonging to lower income urban groups in respect to their efforts to care for their health, particularly in reference to the transmission of HIV. Adopting an anthropological approach, the text provides biographical paths and describes the social experiences in gender and sex of young men and women resident in the slum area of Vigário Geral (in the city of Rio de Janeiro), focusing on their representations and practices linked to self-protection. The conclusion is that the social and economic context, combined with the prevalence of traditional values among these youths in relation to values of individualistic modernity, gives a special content to the logic of protection. This sociological posture reinforces the notion that protection derives from what is familiar, a fact that helps us understand the lack of convergence between knowledge of and eventual access to means of prevention, such as the condom, and the behavior adopted by people in general. The cultural logic of group protection, in opposition to the hegemonic prevention, illustrate the need to build alternatives that are more adequate to the material and symbolic singularities of diverse segments of society.

### **Key words**

Symbolic representations; HIV/AIDS prevention; sexuality; gender; youths belonging to lower income urban groups



|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO IV: EXPERIÊNCIA SOCIAL do GÊNERO e SEXUALIDADE</b> | <b>81</b>  |
| <b>IV.1 Trajetórias femininas</b>                              | <b>82</b>  |
| Manutenção no espaço doméstico: esposa e filha                 | 82         |
| Relações com o comércio ilegal                                 | 87         |
| <b>IV.2 Trajetórias masculinas</b>                             | <b>91</b>  |
| Ocupação do espaço público: profissional e provedor            | 91         |
| A sedução do poder paralelo                                    | 95         |
| Casamento e paternidade: um projeto adiado                     | 98         |
| <b>IV.3 Roteiros sexuais: o contraste entre os</b>             |            |
| <b>gênero</b>  | <b>100</b> |
| Iniciação sexual   |            |
| Masturbação  | 106        |
| Sexo vaginal, oral e anal                                      | 107        |
| <b>CAPÍTULO V: A LÓGICA DA PROTEÇÃO</b>                        | <b>114</b> |
| <b>V.1 Concepções acerca dos cuidados com a saúde</b>          | <b>115</b> |
| <b>V.2 preservativo: a lógica do (não) uso</b>                 | <b>120</b> |
| <b>V.3 Significados da Proteção</b>                            | <b>129</b> |
| Visão da comunidade  | 129        |
| Polícia e traficante: quem protege e quem ameaça?              | 132        |
| O que protege?   | 138        |
| Sociedade relacional e o significado de proteção               | 146        |
| <b>CONCLUSÕES</b>  | <b>148</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>                              | <b>160</b> |
| <b>ANEXOS</b>  | <b>183</b> |

**LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1 – Roteiro da entrevista\_\_\_\_\_183

## INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve as trajetórias e as experiências sociais do gênero e sexualidade de rapazes e moças, moradores da favela de Vigário Geral (RJ), focalizando as representações e práticas de auto-proteção. Tal perspectiva tem o intuito de contribuir para a discussão sobre o alcance de propostas no campo da educação.

Nos últimos anos tenho atuado em projetos voltados para o desenvolvimento e avaliação de recursos e programas educativos no campo da prevenção do HIV/AIDS<sup>1</sup>. Por meio dessas ações venho refletindo sobre as restrições de programas de prevenção, centrados na alteração de comportamentos e introdução de novas práticas. Observa-se que um dos grandes desafios desse campo é a diversidade e a complexidade de fatores envolvidos na mudança dos comportamentos dos sujeitos sociais.

O esforços dirigidos para a transformação de práticas dos sujeitos sociais, objetivando a prevenção de doenças, devem levar em conta a visão de mundo do sujeito objeto da ação, isto é, o(s) sentido(s) que ele atribui à noção de cuidado com a sua saúde. A pluralidade de significados das práticas sociais e a polifonia dos sentidos das mesmas exigem a construção de alternativas múltiplas orientadas, dentre outros aspectos, pela perspectiva do ‘outro’ a quem a proposta é dirigida e pela verificação de suas repercussões<sup>2</sup>.

Diante dos desafios da prevenção, da situação atual da epidemia de HIV/AIDS e das reflexões da literatura acerca do tema, cabe tecer algumas considerações sobre as políticas preventivas orientadas pela ênfase na transmissão de informações, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do

---

<sup>1</sup> Ver Monteiro *et al* (1991; 1994,1996); Monteiro (1995, 1995<sup>a</sup>, 1998)

<sup>2</sup> O estudo de Vargas (1998) sobre os discursos subjacentes as imagens do corpo sexual e reprodutivo - veiculadas em vídeos educativos - e o olhar empreendido por profissionais de saúde em relação a essas imagens, fornece uma rica ilustração sobre o desafio das políticas no âmbito da educação e comunicação em saúde.

risco. Tal abordagem apóia-se nos pressupostos dos modelos cognitivos de mudança de comportamento para explicar as ações individuais de risco. Assim, nela tende-se a priorizar o processo cognitivo, a decisão individual e o controle das ações pelo sujeito, estabelecendo uma relação direta entre o conhecimento e a prática frente à percepção de comportamentos que ameaçam a saúde. Os fatores sociais, econômicos, políticos e simbólicos não são salientados, ou seja, a dimensão social do comportamento fica obscurecida (Santos, 1992; Amaro, 1995). Dentre as limitações dessa perspectiva, ressalta-se a ausência do reconhecimento da diversidade de representações e práticas dos grupos sociais e do enfoque no contexto sócio econômico.

Convém arrolar, ainda que de forma breve, os fundamentos conceituais das teorias psicológicas e sociais que dominaram as abordagens no campo da prevenção do HIV/AIDS na primeira década da epidemia. No conjunto das teorias cognitivo-comportamentais que orientaram várias pesquisas de intervenção, pode-se destacar os seguintes modelos: 1) *health belief model* - o modelo de crenças em saúde define-se pela ênfase no papel do conhecimento, das atitudes e crenças relativas à percepção da suscetibilidade à doença, dos benefícios da prevenção e da intenção de adotar cuidados com a saúde (Rosenstock, 1974); 2) *self-efficacy theory* – a teoria da auto eficácia analisa em que medida a percepção individual dos ganhos com a mudança do comportamento contribui para a transformação das práticas dos sujeitos (Bandura, 1977); 3) *transtheoretical model, stages of change* – o modelo dos estágios de mudança descreve a seqüência das motivações pessoais envolvidas na alteração do comportamento dos indivíduos, caracterizada pelas fases de *precontemplação* (sem intenção de mudar), *contemplação* (conscientização da necessidade da mudar), *preparação* (planejamento da mudança), *ação* (realização da mudança) e *manutenção* (sustentação da mudança mesmo diante das pressões) (Prochaska *et al*, 1994); 4) *AIDS risk reduction model* - modelo de redução de risco da AIDS, combina elementos das correntes citadas relacionados às fases da alteração

das práticas individuais (percepção do risco, compromisso com a mudança, realização e manutenção da ação), adaptando-os ao comportamento sexual e ao uso de drogas injetáveis (Catania *et al*, 1990)<sup>3</sup>.

Embora apresentem singularidades, essas abordagens e suas variações se identificam com uma concepção individualizada das práticas, na qual o contexto social e cultural são minimizados. Parker (1998) argumenta, a partir da avaliação do alcance de tais modelos, que as “pesquisas de intervenção” em HIV/AIDS recorreram às teorias da influência social - *reasoned action theory* (teoria da ação racional); *social learning theory* (teoria da aprendizagem social) e a *social action theory* (teoria da ação social) – caracterizadas por buscar nexos entre as transformações do meio e das normas sociais e as mudanças das ações individuais. Os resultados das investigações acerca da influência dos fatores sociais na mudança do comportamento de risco estão na base da formulação de vários modelos cognitivo-comportamentais de intervenção, que incorporaram aspectos da dimensão social da prática. Todavia, ainda que tenha havido indicações dos benefícios dessa visão em determinados contextos, essas propostas quando dirigidas para comunidades e grandes segmentos populacionais não são tão promissoras.

Na procura de respostas mais eficazes para o controle da epidemia, constata-se uma maior atenção das políticas de prevenção com questões relativas às transformações da estrutura social, visando a diminuição das condições desiguais de existência e da injustiça social, expressa pelo surgimento de três correntes no campo da intervenção, quais sejam: 1) *intervenção estrutural* (que visa mudar as condições objetivas do meio com intuito de facilitar a ação das pessoas); 2) *mobilização comunitária* (que objetiva desenvolver e/ou incrementar a organização e o ativismo dos grupos sociais); 3) *transformação social e empowerment coletiva* (que

---

<sup>3</sup> Em seu trabalho de pesquisa e intervenção com jovens paulistas, Paiva (1996a) procura adaptar os pressupostos do ARRM com a concepção de conscientização formulada por Paulo Freire (1979). Ainda que tal composição contenha ambigüidades e problemas decorrentes das diferenças de seus fundamentos, conforme reconhece a própria autora, tal proposta tem o mérito de implementar e avaliar alternativas de prevenção, lançando contribuições importantes nesse campo.

referendada pelas reflexões de Freire (1979), intenciona promover a conscientização das pessoas em relação à situação de opressão e falta de equidade social por meio do processo educativo) (Parker, 1998:104-105).

Essa sucinta descrição teve o intuito de situar o debate sobre as políticas preventivas centradas na responsabilidade individual e as tendências mais recentes das pesquisas de intervenção, informadas pela concepção de vulnerabilidade social. Esta última concepção será retomada ao longo do texto. Com a intenção de avançar na discussão sobre o alcance dos programas preventivos, pretende-se refletir sobre as estratégias educativas voltadas para a mudança do comportamento tendo por base o pressuposto de que a lógica das práticas cotidianas, em geral, não resulta simplesmente de decisões racionais individuais, mas decorre das condições materiais e simbólicas de existência. Sugere-se assim que as propostas de alteração do comportamento devam considerar as singularidades das visões de mundo e experiências sociais compartilhadas dos variados segmentos, integrantes das sociedades.

Em concordância com essa visão, o presente estudo tem por objetivo analisar as representações e práticas de auto-proteção da vida cotidiana de jovens moradores da favela de Vigário Geral, focalizando os cuidados de saúde e, em particular, a transmissão do HIV. A opção por realizar o estudo em Vigário Geral, situada ao norte do município do Rio de Janeiro, deveu-se à possibilidade de ampliar a rede de contatos estabelecida com um líder comunitário local<sup>4</sup>, Caio Ferraz, durante a realização do vídeo *Formou o Bonde*<sup>5</sup> em 1994. Denominada de Parque Proletário de Vigário Geral, essa localidade ganhou visibilidade social a partir da divulgação

---

<sup>4</sup> Um outro estímulo para trabalhar em Vigário Geral foi a leitura do livro de Ventura (1994) sobre a trajetória de moradores da comunidade.

<sup>5</sup> *Formou o Bonde* é um vídeo documentário, produzido pela ABIA e pela TV Zero, que utiliza a linguagem funk para abordar práticas sexuais e a prevenção do HIV/AIDS. Como coordenadora de projetos da ABIA na época, participei da concepção desse vídeo em relação à definição e edição do conteúdo do material. O contato com os membros da comunidade ocorreu durante o período de lançamento do vídeo.

da Chacina de 1993<sup>6</sup> na mídia, quando 21 moradores sem envolvimento com o tráfico foram executados por policiais militares. Tal fato, somado às notícias sobre a antiga rivalidade com a favela vizinha (Parada de Lucas) e os conflitos armados entre membros do tráfico de drogas e a polícia, contribuíram para que Vigário Geral fosse conhecida como um local violento e perigoso. Desde outubro de 1996, a favela está ocupada pela polícia.

Informado por uma abordagem antropológica, o presente trabalho visa caracterizar as trajetórias biográficas e as experiências sociais do gênero e da sexualidade de jovens de camadas populares urbanas, focalizando a percepção do grupo em relação ao sentido de proteção. A noção de auto-proteção será investigada em uma perspectiva ampla, no tocante a situações que correlacionam à noção de perigo, desamparo e que nesse sentido acionam sistemas de proteção visando a preocupação de si. Mediante a caracterização das manifestações culturais de proteção dessa população, este estudo pretende identificar se a AIDS é percebida como uma ameaça e quais os cuidados adotados para se prevenir da mesma.

A ênfase na temática da proteção apresenta-se como uma proposta de relativização do enfoque epidemiológico de risco, isto é, procura trazer para o cenário cultural mais amplo a questão da percepção do risco e dos cuidados rotineiros com a vida e a saúde. A análise da dimensão simbólica da proteção será portanto, norteadada pelo pressuposto de que os sentidos atribuídos ao perigo e à proteção emergem de vários contextos, não apenas dos exclusivos à saúde. Tal ponto de vista está em consonância com uma abordagem sociológica e antropológica do comportamento, na qual são analisadas as articulações entre os estilos de vida e a localização dos sujeitos em posições sociais e históricas.

Na caracterização da lógica ordenadora das representações e das práticas de auto-proteção de um determinado segmento social é importante considerar a

---

<sup>6</sup> Conhecido como a Chacina de Vigário Geral, esse fato foi muito divulgado pela mídia e marcou, de forma significativa, a história da comunidade. A casa da família de evangélicos assassinada na chacina foi transformada na organização comunitária Casa da Paz.

discussão sobre a existência nas sociedades complexas de universos culturais contrastantes, que podem se interpenetrar e gerar conflitos (Velho, 1994). Ao assumir a coexistência de visões de mundo e estilos de vida variados nas sociedades modernas, destaca-se a presença de subculturas no interior de uma mesma sociedade.

A convivência de diferentes matrizes culturais não elimina o pressuposto da predominância de um sistema em relação ao outro entre os diversos grupos sociais que compõem as sociedades contemporâneas. Embora os diferentes segmentos sociais estejam expostos ao processo de modernização e compartilhem do mesmo espaço social urbano, a incorporação e reprodução dos valores individualistas moderno são diferenciadas<sup>7</sup>. Comparativamente as camadas subalternas têm um acesso mais limitado em relação às condições advindas da modernidade do que as camadas médias e altas; contudo também estão sujeitas a mudanças em termos da identidade social e das práticas. A literatura acerca da convivência entre duas grandes formas (tipos ideais) de interpretação do mundo – tradicional e moderna – registra a prevalência dos valores hierárquicos entre camadas populares (Duarte, 1988; Heilborn, 1997) e a presença da matriz individualista e igualitária entre segmentos médios (Velho, 1987; Salem, 1985).

Estudos etnográficos sobre representações da sexualidade (Duarte, 1987), fertilidade e contracepção (Leal, 1995) e construção social da identidade feminina (Gouveia, 1997) têm ressaltado que a matriz cultural ordenadora das classes trabalhadoras deve ser analisada de forma contrastiva e diferenciada da cultura da classe dominante. De acordo com esse ponto de vista, é preciso reconhecer a especificidade da cultura das classes trabalhadoras, associadas às noções de “relacionalidade, complementariedade e reciprocidade”, como “características

---

<sup>7</sup> Em seu estudo com mulheres de baixa renda, Vaitsman (1997) reconhece as diferenças das repercussões do processo de modernização entre os grupos sociais em termos da incorporação e tradução de valores. Todavia, a autora chama a atenção para o fenômeno da interpenetração dos sistemas culturais, por meio da presença - não necessariamente conflituosa - de valores individualistas e tradicionais no imaginário e na identidade do grupo feminino de segmento popular por ela investigado.

afirmativas, estruturantes e legítimas dessa cultura e não apenas como resíduo de uma tradicionalidade ou tradicionalismo perverso e teimoso”, contraposto ao individualismo moderno, informado por uma representação individual; psicológica e sexualista (Duarte, 1987:215).

Nesse sentido, a questão aqui colocada resume-se aos seguintes pontos: tendo em vista a coexistência de sistemas culturais nas sociedades complexas na atualidade, tem-se a intenção de analisar de que modo a lógica das práticas cotidianas do grupo em foco se define pelo predomínio de valores tributáveis a uma visão tradicional ou aqueles relativos ao ideário moderno, qualitativamente hegemônico. Essa indagação, articulada ao questionamento das implicações do perfil relacional da sociedade brasileira, irá nortear o entendimento do sistema cultural de proteção da população estudada. Objetiva-se verificar quais os valores dominantes desse grupo, em que medida as condições materiais e simbólicas da realidade em foco atualizam as esferas de significação da “casa”, do “outro mundo” e da “rua” (DaMatta, 1991) e quais as suas conseqüências para a construção e reprodução dos núcleos simbólicos organizadores da lógica cultural de proteção desses jovens. Tal meta tem a intenção de contribuir para a problematização e desenvolvimento de políticas de prevenção do HIV/AIDS mais efetivas, particularmente para esse segmento populacional.

De acordo com o recente relatório da UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/AIDS) e da OMS (Organização Mundial da Saúde), durante o ano 1998, mais de 5.8 milhões de pessoas foram contaminadas pelo HIV no mundo - cerca de 11 homens, mulheres e crianças por minuto - o que corresponde a um aumento de 10% nos casos globais. Metade dos novos casos está ocorrendo entre jovens de 15 a 24 anos. A África Subsaariana concentra o maior número de contaminações (34 milhões) e quase 12 milhões de mortes, demonstrando a relação entre vulnerabilidade ao HIV e baixo poder aquisitivo e a perspectiva dessa epidemia se tornar mais uma mazela das populações carentes.

Devido aos avanços no campo da assistência<sup>8</sup>, a quantidade de mortes tem diminuído nos países desenvolvidos (América do Norte e Europa Ocidental), mas o número de novos casos mantém-se estável (Pan American Health Organization, 1998).

O atual cenário da epidemia confirma a previsão de Mertens & Low-Beer (1996) sobre a tendência do número de novos casos de AIDS se estabilizar na maioria dos países industrializados, mas crescer nos países em desenvolvimento. Segundo os autores, a Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que no ano 2000 mais de 90% dos estimados 40 milhões de casos de HIV acumulados estarão concentrados nos países menos abastados. Os impactos em termos do aumento do números de contaminações e das condições de assistência aos soropositivos, decorrentes das grandes diferenças de recursos entre os países ricos e pobres, foi um dos eixos centrais da discussão da 12<sup>a</sup> Conferência Mundial de AIDS, ocorrida em Genebra em 1998, cujo o tema foi “*bridging the gap*” (“diminuindo a distância”) (Aids Bulletin, 1998).

No Brasil, até agosto de 1998 o total de casos de AIDS acumulados desde 1980 era de 140,362 (Ministério da Saúde, 1998). Vale salientar que o perfil da epidemia de AIDS no país têm mudado nos últimos 15 anos. Segundo as análises epidemiológicas foram identificadas quatro alterações principais, caracterizadas por: a) diminuição da taxa de mortes e aumento na média do tempo de sobrevivência das pessoas contaminadas pelo HIV; b) difusão da epidemia para o interior do país; 2,509 dos quase 5,000 municípios tem pelo menos um caso notificado; c) crescimento de casos entre a população heterossexual, que se reflete no aumento progressivo de casos de AIDS em mulheres (em 1984 a razão por sexo era de 23

---

<sup>8</sup> Cabe registrar que o Brasil é um dos únicos países que, através do Programa Nacional de DST/Aids, tem distribuído, na rede pública de saúde, um conjunto de medicamentos, denominado de coquetel, que são drogas antivirais (geralmente AZT, DDI e inibidores de protease). Sem dúvida que esta política é relevante e constitui um grande avanço, entretanto, encontra problemas relacionados à distribuição, à falta de garantia de continuidade (devido aos altos custos) e ao controle e avaliação dos efeitos dos medicamentos em decorrência das condições deficitárias e dos entraves administrativos do sistema público de saúde brasileiro.

homens:1 mulher, em 1998 é de 2H:1M); d) significativo aumento de casos entre pessoas com baixa escolaridade.

Até 1985, 76% dos casos eram de pessoas com nível superior ou 2º grau; em 1994, 69% de todos os casos eram de indivíduos analfabetos ou com 1º grau e somente 31% tinham 2º grau ou nível superior. Considerando a escolaridade como indicador de estratificação social, tais dados sugerem o fenômeno da pauperização da epidemia, isto é, o número de casos cresce entre os segmentos mais empobrecidos da sociedade.

A categoria de exposição ao HIV mais significativa acima de 12 anos é a via sexual (64%). Além disso, a grande maioria dos casos de exposição sangüínea, do total de 13%, 12,9% correspondem aos usuários de drogas injetáveis. Entre menores de 13 anos destaca-se a transmissão via perinatal, 89,3%. Na faixa de 15 a 24 anos, até agosto de 1998 foram notificados 18.271 casos, referentes a 13,1% do total acumulado; na faixa de 25 a 39 anos o percentual sobe para 59,7%. Devido ao longo período de incubação do vírus (em torno de 8 a 10 anos), conclui-se que uma parcela significativa da contaminação ocorre na juventude.

Em termos regionais, a região sudeste apresenta 72% dos casos do país, sendo que a incidência de AIDS cresce mais na região sul. O município de São Paulo apresenta o número mais expressivo de notificações (24,2%), seguido do Rio de Janeiro (9,9%) e Porto Alegre (3,4%). As cidades portuárias lideram a incidência acumulada: em Itajaí (SC) são 757,7 casos por 100.000 habitantes. O município do Rio ocupa o 27º lugar.

No Estado do Rio, até abril de 1998, foram notificados 18.821 casos de AIDS; 90% se referem aos municípios da região metropolitana. Desses casos, 70% concentram-se no município do Rio. Em termos de categoria de exposição ao HIV os dados do estado se aproximam das tendências nacionais, registra-se um crescimento da transmissão heterossexual entre adultos e da via perinatal (de 5,0% em 1983-90 para 90,2% em 1997). Nos casos de transmissão sangüínea nota-se um

aumento entre usuários de drogas e a diminuição entre receptores de sangue e hemoderivados (Secretaria Estadual de Saúde/RJ, 1998).

Frente a este cenário da epidemia, em nível nacional e internacional, observa-se que os esforços realizados não foram capazes de controlar o crescimento dos casos de AIDS particularmente entre as populações menos abastadas. Os avanços cotidianos no campo biomédico, expressos na produção de medicamentos inibidores da ação do vírus HIV, são inacessíveis à maioria dos necessitados.

Na ausência de uma vacina curativa ou preventiva, a importância de políticas preventivas, capazes efetivamente de minimizar o impacto dessa síndrome, amplia-se e ganha ainda mais destaque. Impõe-se, portanto, uma avaliação crítica dos trabalhos nessa área realizados até então.

Resumindo, a realidade da epidemia e a produção intelectual acadêmica sobre o tema, que será comentada posteriormente, sugerem que a atuação da sociedade civil e as políticas públicas e no campo da saúde e da educação, voltadas para a mudança do comportamento, devam ser estruturadas a partir do entendimento das conexões entre estilos de vida e determinantes econômicos, sociais e simbólicos dos diversos segmentos sociais. A adequação e/ou alteração da percepção e da ação rotineira, proposta no discurso preventivo precisa levar em conta que as manifestações culturais dos grupos sociais resultam de combinações variadas entre as lógicas simbólicas, as posições sócio econômicas e os vários contextos de existência. Este estudo visa contribuir para esse debate a partir de uma reflexão, estruturada em cinco capítulos.

Com base na literatura voltada para a problematização do discurso preventivo, o primeiro capítulo procura contribuir para a discussão sobre a interface entre AIDS, juventude e diversidade cultural, enfocando três vertentes reflexivas, quais sejam: interpretações sociológicas das epidemias; pluralidade cultural nas sociedades complexas; dimensão histórica e cultural do conceito de juventude.

No segundo capítulo são apresentados argumentos teóricos, desenvolvidos por Bourdieu (1994a,b,c), Douglas (1994) e Giddens (1991), referentes à lógica das práticas sociais, com ênfase naquelas afeitas ao campo da saúde e da proteção. Não obstante as diferenças entre os enfoques teóricos, tais análises sociológicas assumem uma visão crítica e desnaturalizada de conceitos apoiados na biologia, como sexo e idade; bem como no questionamento da concepção comportamental das propostas educativas, centrada na decisão racional e na responsabilidade individual. De acordo com esse ponto de vista, a visão de mundo e as práticas sociais são produzidas a partir da internalização e reprodução de modos de vida e das condições do meio. Essas orientações teóricas iluminam o entendimento acerca das variações de significado dos comportamentos dos diversos grupos sociais integrantes das sociedades contemporâneas. Além disso, fornecem subsídios para a compreensão de por que o conhecimento dos meios de transmissão de uma doença não é suficiente para gerar novas práticas, como propõe a visão preventiva calcada na divulgação de informações “corretas”.

O terceiro capítulo concentra-se na apresentação da abordagem metodológica adotada no estudo. Trata-se de uma caracterização das peculiaridades do processo de obtenção dos dados e das etapas do procedimento analítico, definido pela busca dos sentidos dos conteúdos colhidos. São privilegiadas a descrição das estratégias de investigação utilizadas e a contextualização do trabalho de campo, em termos da aproximação e interação com os moradores e os diferentes segmentos profissionais que atuam na comunidade de Vigário Geral. Nesse capítulo, também foram incluídas as informações sobre o perfil do universo estudado no que se refere à configuração do grupo doméstico e da trajetória escolar.

No quarto capítulo são focalizadas as trajetórias dos jovens pesquisados com destaque para as biografias femininas e masculinas e o processo de iniciação e desenvolvimento das práticas sexuais. A interpretação dos dados é informada pela argumentação da influência cultural e histórica na definição e diferenciação do

significado e dos padrões da experiência sexual e do gênero, bem como as inter-relações entre ambos (Gagnon, 1990; Vance, 1991; Heilborn, 1993). Na análise de tais manifestações culturais, procura-se identificar núcleos simbólicos organizadores do sistema cultural de proteção, com vistas à obtenção de subsídios capazes de orientar o debate acerca das possibilidades e limitações da adesão de jovens de camadas populares urbanas ao discurso preventivo moderno.

O quinto e último capítulo é dedicado à análise da percepção dos/as jovens relativa aos cuidados com a saúde, em particular com a transmissão do HIV e com os perigos do dia a dia. Com base nos relatos do grupo em estudo, procura-se problematizar a falta de convergência entre o conhecimento dos meios de prevenção e os comportamentos adotados. Empreende-se uma atenção especial à lógica do (não) uso do preservativo enquanto um recurso preventivo, haja vista que o mesmo é acessível e conhecido pelos entrevistados. Busca-se ainda analisar os nexos entre a lógica dos cuidados com a saúde e os riscos da vida cotidiana.

Tendo por base essa vertente analítica, pretende-se aprofundar a temática relativa à conformação de um sistema cultural de proteção, composto por núcleos simbólicos articulados, visando a verificação da existência, ou não, de uma lógica comum que perpassa a dinâmica e a integração dos mesmos.

Na conclusão, com base nos resultados do estudo, procura-se salientar os desafios da prevenção do HIV entre a população pesquisada e apontar sugestões para o enfrentamento dessa problemática.

Em suma, tendo em vista: o crescimento da epidemia de HIV/AIDS, especialmente entre populações jovens de baixo poder aquisitivo; as limitações do discurso preventivo centrado na informação técnica, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco; e a contribuição do enfoque etnográfico na compreensão de manifestações culturais, estabeleceu-se como meta a análise da dimensão simbólica da proteção, da vida e da saúde, de um grupo de jovens de uma comunidade popular urbana. Acredita-se que o resultado deste trabalho poderá

colaborar para as reflexões acerca da eficácia, ou não, de políticas preventivas voltadas para a redução do crescente número de casos de HIV/AIDS.

### **Capítulo I:**

### **AIDS, JUVENTUDE e DIVERSIDADE CULTURAL**

## **I.1 Desafios da prevenção**

A literatura sobre o papel das campanhas e programas educativos no controle da AIDS tem evidenciado que, durante a primeira década da epidemia, o discurso preventivo enfatizou a veiculação de informações básicas das formas de (não) transmissão do vírus HIV, dentro de uma visão fatalista, normativa e discriminatória. Com exceção de perspectivas alternativas, criadas por organizações não governamentais<sup>9</sup>, prevaleceu a abordagem alarmista, caracterizada pela divisão entre os culpados pela disseminação do vírus (homossexual, ‘desviante’, ‘promíscuo’, ‘drogado’, africano, profissional do sexo) e as vítimas indefesas (crianças e hemofílicos). Tal visão gerou ações de discriminação, principalmente entre populações marginalizadas e contribuiu para a disseminação do vírus entre os diversos segmentos sociais, dentre os quais aqueles considerados “fora de risco”. (Shilts, 1987; Oppenheimer, 1992).

Informados pela construção do conceito de ‘grupo de risco’, os modelos de prevenção adotados foram centrados numa abordagem epidemiológica e comportamental. Dentre as limitações dessa abordagem, cabe ressaltar a associação da transmissão do HIV com a noção de promiscuidade; a presunção de uma homogeneidade de representações e práticas dos grupos sociais no campo da sexualidade e do uso de drogas; e a falta de ênfase em alternativas de sexo mais seguro, para além do uso da camisinha ou da abstinência. Identifica-se ainda a pouca problematização das dificuldades de adesão às práticas preventivas e do acesso aos serviços de assistência. Em suma, o discurso preventivo não levou em conta a complexa dinâmica de fatores sociais, históricos e econômicos envolvidos na definição, adequação e mudança das práticas do cotidiano e, em consequência,

---

<sup>9</sup> Ao analisar as respostas sociais frente à epidemia de HIV/AIDS, Bastos (1998) afirma: “A partir da sida, o processo de produção da ciência médica ficou mais acessível ao escrutínio público; abriram-se janelas e portas nos muros das torres de marfim e nas paredes das caixas pretas cujos produtos finais fôramos habituados a consumir sem conhecer ou questionar os detalhes do seu fabrico” (1998:17). Como complemento, ver Patton (1985) e Altman (1995).

aquelas relacionadas a saúde (Homans & Aggleton, 1988; Bolton, 1992; Schoepf, 1992; Ingham *et al*, 1992; Packard & Epstein, 1992; Farmer, 1993; Patton, 1996).

No contexto brasileiro, mesmo com suas especificidades, há semelhanças em relação à realidade internacional no que se refere às restrições ao discurso preventivo hegemônico (Santos, 1992; Schall & Struchiner, 1995) e às contribuições das organizações não governamentais na criação de visões e ações diferenciadas, voltadas para a concepção de solidariedade e dos direitos das pessoas contaminadas (Vallinoto, 1991; Daniel & Parker, 1991; Parker *et al*, 1994).

No final da segunda década da AIDS, nota-se em termos mundiais que às críticas as políticas de intervenção hegemônicas, o aumento de casos e as mudanças no perfil da epidemia, estimularam reformulações no campo da prevenção. Ao fazer um balanço das respostas sociais frente à AIDS, Parker (1996) identifica que na década de noventa houve mudanças nos paradigmas das pesquisas sociais e comportamentais voltadas para o controle da epidemia, como a ênfase na dimensão social, política, econômica e cultural na análise das causas relacionados à transmissão do HIV. Segundo o autor, gradualmente as abordagens educativas centradas na informação e na responsabilidade individual foram sendo substituídas por modelos multi-dimensionais, orientados pela concepção de mobilização comunitária e “*empowerment* coletivo”. Nas suas palavras:

Perhaps the single most important transformation in our thinking about HIV/AIDS in the early to mid-1990s has been the attempt to move beyond this contradiction (between ‘risk groups’ and ‘the general population’) by shifting from the notion of individual risk to a new understanding of social vulnerability as crucial not only to our comprehension of the dynamics of the epidemic, but to any strategy capable of diminishing its advance. (1996:s28)

De acordo com essa visão, compreende-se que os esforços para conter a disseminação da epidemia estão relacionados à busca da superação das desigualdades e injustiças sociais, por meio de ações globais integradas. Apenas mudanças na estrutura social, visando a conquista dos direitos básicos de cidadania e

da equidade de oportunidade dos variados segmentos sociais e do gênero, podem diminuir a exposição ao HIV. O aumento significativo do número de casos de AIDS entre as populações de menor poder aquisitivo demonstra que as políticas de prevenção precisam considerar as conexões entre saúde pública, direitos humanos e transformações na estrutura social.

O conceito de vulnerabilidade, desenvolvido por Mann *et al* (1992) forneceu a base de sustentação dessa perspectiva. Segundo os autores, para além da vulnerabilidade biológica e comportamental, comum aos indivíduos expostos ao HIV (por meio da relação sexual e/ou por contato sanguíneo), existem dimensões que diferenciam a maior ou menor possibilidade de uma pessoa ser contaminada. Nesse sentido, para avaliar a vulnerabilidade é preciso considerar três planos, quais sejam: (1) *Individual*: trata-se do comportamento e dos atributos pessoais, decorrentes das condições objetivas do meio social, do grau de consciência dos indivíduos dos riscos e do poder de mudança da conduta/situação; (2) *Programática*: referente ao desenvolvimento de políticas comprometidas com o controle da epidemia como fornecimento de informação/educação e investimentos nos serviços sociais e de saúde; (3) *Social*: caracterizada pela estrutura social, política e econômica relacionada à garantia dos direitos humanos e de cidadania e as condições de bem estar social da população. De acordo com Ayres,

(...) essa proposição já tem o inegável mérito de dar um passo positivo no sentido da superação de uma compreensão tecnocrática da relação entre conhecimento e práticas de saúde, pois busca ativamente relacionar subsídios científicos a respeito do HIV e da AIDS às implicações de caráter sócio-político da epidemia (1996:6).

Frente ao exposto, constata-se que as políticas preventivas precisam relativizar o enfoque exclusivo na responsabilidade individual, conjugando o plano dos valores culturais compartilhados pelos diferentes grupos sociais<sup>10</sup> com as

---

<sup>10</sup> Para complementar, vale citar as contribuições da antropologia médica a partir da compreensão da influência dos aspectos biológicos e culturais na definição de comportamentos de saúde e doença, indicados nas críticas de Nations (1986) sobre as inadequações dos métodos tradicionais da epidemiologia na compreensão da

condições materiais de existência e as políticas comprometidas com os serviços sociais, de saúde e educação.

Embora apresente singularidades políticas, econômicas, culturais e geográficas, a estratégia nacional cubana de controle da AIDS pode enriquecer o debate acerca do conceito de vulnerabilidade. Adotado em 1983, no início da epidemia, tal programa caracterizou-se pelo fim da importação de produtos hemoderivados, testagem da população<sup>11</sup>, avaliação médica continuada e separação dos soropositivos notificados em comunidades, denominadas de sanatórios, voltadas para o aconselhamento e atendimento médico.

Esse modelo, sem dúvida, gera críticas procedentes pois em nome da garantia e promoção da saúde impõe o controle e o isolamento da população<sup>12</sup>, violando os direitos humanos de liberdade e privacidade (Kane, 1994)<sup>13</sup>. Contudo, conforme assinala Scheper-Hughes (1994), o programa cubano aponta para lições importantes no sentido de revelar a fragilidade das políticas preventivas centradas no direito individual em contextos marcados pela desigualdade social e econômica. Apesar de identificar contradições nesse modelo (ao mesmo tempo que oferece cuidados adequados às pessoas infectadas, protege a sociedade através do isolamento das mesmas), a autora destaca:

Until all people - women and children in particular - share equal rights in social and sexual citizenship, an AIDS program built exclusively on individual rights to bodily autonomy and privacy cannot possibly represent the needs of groups who have been historically excluded from these (1994:1002).

---

transmissão e prevenção de doenças; nas análises de Helman (1994) sobre hábitos alimentares, dor, crenças na cura e nos medicamentos e nas pesquisas de Kleinmam (1980) acerca da relação entre medicina, psiquiatria e cultura.

<sup>11</sup> Foram testados cubanos ausentes do país desde 1981, doadores de sangue, grávidas, pessoas com DSTs, pacientes hospitalizados e prisioneiros; os parceiros das pessoas contaminadas também eram contatados.

<sup>12</sup> Essa temática tem sido tratada nos estudos sobre o movimento higienista, conforme indica o trabalho de Costa (1979).

<sup>13</sup> Criticado por profissionais e pesquisadores de comunidade internacional, este programa, quando aberto à visitação também gerou impressões positivas em relação à qualidade da assistência médica e produção científica.

As limitações das políticas preventivas centradas apenas na concepção voluntarista individual, entre populações com expressivas assimetrias sociais, econômicas, de gênero, raça e nível educacional podem ser encontradas nas reflexões de Weeks (1986). Para o autor somente uma ação coletiva cria condições para escolhas individuais. Nesse sentido, ele desenvolve o conceito de democracia sexual, caracterizado por um processo de desmantelamento da exploração econômica, da opressão racial, da hierarquia de gênero e do autoritarismo moralista; enfim, de uma reformulação das forças políticas. Sendo a luta pela democracia um ideal de enfrentamentos constantes, as ações no campo da prevenção do HIV/AIDS podem contribuir no sentido de não reproduzirem algo já estabelecido, mas questionar as suas razões e interesses e propor mudanças na estrutura política e social.

Um dos passos importantes relacionados a essa meta é a compreensão do processo de construção, manutenção e transformação das expressões culturais, isto é da articulação das condições materiais e simbólicas. Nesse sentido, o complexo cenário que caracteriza a dinâmica da epidemia de HIV/AIDS estimula o desenvolvimento de investigações voltadas para a identificação da visão de mundo e das práticas dos diferentes grupos sociais, integrantes das sociedades contemporâneas.

Diante da amplitude dessa tarefa, o presente estudo privilegiou a interface entre AIDS, juventude e grupos populares<sup>14</sup>. Para subsidiar tal reflexão foram organizados três tópicos: interpretações sociológicas acerca de uma epidemia<sup>15</sup>; diversidade cultural nas sociedades complexas; dimensão histórica e cultural da noção de juventude.

---

<sup>14</sup> Há variações e particularidades dos termos utilizados para definir grupos populares: classe trabalhadora, classe operária, camadas populares e grupos de baixa renda. Vale esclarecer que classes trabalhadoras refere-se ao: “universo de categorias sociais que se encontram numa posição subordinada ou inferior na sociedade de classes, moderna e urbana” (Heilborn, 1997; Duarte, 1988).

## **I.2 Epidemia: algumas interpretações**

Para iluminar o entendimento das representações sociais dos sujeitos frente à AIDS, cabem algumas considerações sobre a construção do discurso médico, bem como sobre as reações sociais diante de uma epidemia.

Ao contextualizar o nascimento da medicina moderna a partir do aparecimento da anatomia patológica e do desenvolvimento do capitalismo, Foucault (1988) argumenta que no século XIX, especialmente na Inglaterra, surgiu uma medicina coletiva, interventiva e controladora do corpo. Posterior à medicina de Estado da Alemanha (centrada na organização e normalização de um saber médico estatal) e à medicina urbana francesa (voltada para a medicalização da cidade), a medicina social inglesa prevaleceu sobre as demais. Sua característica foi predominantemente o controle da saúde da população pobre através de programas de assistência gratuitos e de intervenção médica, visando o controle da força de trabalho e a proteção da saúde das classes mais ricas.

De acordo com o autor, ao longo da história pode-se identificar movimentos de resistência da população frente à medicalização autoritária, centrada no controle da saúde e do corpo das classes menos abastadas (1988:97). Foucault argumenta que a medicina moderna é uma prática social que socializou o corpo como produção, criando condições para a organização de três formas de poder: a medicina assistencial para os pobres, a medicina administrativa para as ações amplas, como a vacinação e a medicina privada para atender os ricos.

A identificação das origens do discurso médico científico, bem como suas repercussões na definição e controle das práticas tem orientado uma série de reflexões críticas no campo da saúde pública (Costa, 1979). Segundo estudos na área das ciências sociais, a conexão entre problemas de saúde e aspectos morais tem sido uma tradição ao longo da história das doenças. As interpretações morais e as

---

<sup>15</sup> Segundo o Dicionário Aurélio (1986), epidemia é uma doença que surge rápida num lugar e acomete simultaneamente grande número de pessoas.

narrativas construídas em torno da cólera, tuberculose, sífilis<sup>16</sup> e do câncer exemplificam o significado simbólico atribuído a uma doença, decorrentes das associações com a noção de fraqueza/deficiência individual, desvio moral de conduta e/ou marginalização social (Weeks, 1989; Sontag, 1989). No caso da AIDS as representações sociais construídas em torno da epidemia indicam por um lado uma reedição de determinados discursos e práticas e por outro introduzem novos elementos relacionados às suas características epidemiológicas e ao seu período histórico de surgimento, a atualidade.

Para ilustrar esse ponto de vista, optou-se por tecer comentários sobre as reações sociais diante de determinados problemas de saúde de caráter epidêmico. De acordo com Slack (1992) as percepções de ameaça frente às epidemias variam tanto no que se refere ao contexto social, histórico e político, como em relação à natureza mais ou menos desconhecida da doença, proporção de casos de mortalidade e morbidade, local geográfico, grupo populacional atingido e intensidade durante um período de tempo. Com base em dados da literatura, o autor afirma:

(...) the most radical responses may be expected to follow epidemics which are novel, violent and intense, random (at least as initially perceived), and associated with other social disturbances. (1992:7)

As ressalvas do autor acerca das implicações da interação entre as diferentes variáveis de uma doença de dimensões epidêmicas, bem como a sua dimensão simbólica, política e econômica, podem ser exemplificadas pela descrição de Longrigg (1992) sobre a grande peste<sup>17</sup> de Atenas, informada pelo relato de Tucídides. Um dos pontos ressaltados refere-se à natureza desconhecida da doença e à violência do ataque. O cenário caracterizava-se pela incapacidade de controle por

---

<sup>16</sup> Sobre as intervenções sociais relacionados ao combate da sífilis no Brasil, durante o final do século XIX até meados da década de 40, ver Carrara (1996).

<sup>17</sup> Durante a guerra de Peloponeso (431 AC), poucos dias após o exército de *Lacedaimonian* ter invadido Attica a peste se manifestou em Atenas, causando um número de mortes jamais descrito. De acordo com os

parte dos médicos que, associada à vulnerabilidade dos animais, ao calor e aos sintomas de apatia, dificultava a assistência e facilitava o contágio, elevando o número de mortos. A falta de eficácia das preces aos oráculos, a iminência da morte e a ausência de perspectivas de continuidade do grupo social - devido ao contingente de pessoas atingidas e à velocidade da contaminação - estimulava a desordem social, a valorização do gozo e ações imediatas, enfim potencializava o afrouxamento das regras sociais<sup>18</sup>.

A subversão das normas sociais indica uma das conseqüências sociais e morais da peste. Embora admita que a desilusão com a religião convencional levou à rejeição dos constrangimentos tradicionais da lei e da moralidade, o autor - contradizendo o relato de Tucídides - conclui que a peste também contribuiu para fortalecer visões conservadoras, capazes de legitimar a punição dos desafidores do poder divino, tidos como responsáveis pela deflagração da catástrofe.

A menção às reações sociais e as implicações políticas, econômicas e éticas provocadas pela peste objetiva demonstrar que a ameaça à manutenção da sociedade potencializa tanto a transformação e a revisão de valores vigentes, quanto o fortalecimento de forças conservadoras. Quer dizer, o desconhecimento e a falta de controle de uma doença podem gerar a percepção de ameaça à continuidade do grupo social, estimulando movimentos e reações voltadas para a explicação do novo fenômeno.

Ao longo da história há outras indicações das interpretações morais, ideológicas e políticas nas explicações causais das doenças. Brandt (1993) ilustra esse ponto de vista ao descrever as repercussões da revolução bacteriológica. Segundo o autor a grande ênfase na eliminação dos microorganismos causadores de

---

relatos a peste teria se originado na Etiópia, depois alastrou-se pelo Egito, Líbia e grande parte do Império Persa; em seguida vizinhança de Lemnos e Attica (Longrigg, 1992:21)

<sup>18</sup> Outras interpretações da peste expressas na literatura revelam pontos de contradição em relação ao relato de Tucídides no que se refere, por exemplo, à desilusão religiosa e ao fim dos ritos fúnebres. Diadoros, por exemplo, menciona o castigo divino. Segundo Longrigg, Tucídides tem uma visão mais racional e cuidadosa dos sintomas, aproximando-se da abordagem Hipocrática voltada para o prognóstico e não o diagnóstico,

problemas de saúde, por meio da produção tecnológica das “pílulas mágicas” (*“magic bullets”*), colaborou para o enfraquecimento do enfoque nos atributos morais e pessoais das doenças. Entretanto, ao longo do século XX, a estratégia centrada no combate aos microorganismos foi se revelando ineficaz frente às doenças crônicas e multicausais (como câncer e cardiopatias), que assinalavam a complexidade da relação entre agente, hospedeiro e vetor. A valorização das causas externas na origem e significado das doenças favoreceu a retomada da ênfase nos fatores sociais, morais e comportamentais das mesmas e a legitimação dos estudos epidemiológicos. Nas palavras do autor:

“From tracking microbes that were uniformly seen as the ‘cause’ of disease, researchers began to identify risks: the social, environmental, and behavior variables that were statistically associated with patterns of chronic disease”(1993:60)

As críticas à biomedicina/tecnologia médica e os resultados das pesquisas epidemiológicas sobre as correlações entre variáveis de risco (relacionadas ao meio e ao comportamento) e as doenças, contribuíram para que a noção de responsabilidade individual ganhasse relevância e credibilidade na prevenção dos problemas de saúde<sup>19</sup>.

Os comentários feitos até então tiveram o intuito de relativizar as concepções das ciências médicas acerca das doenças. Procurou-se chamar a atenção para as contribuições do olhar sociológico na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos diante de agravos à saúde de proporções epidêmicas. Ao descortinar a lógica modeladora das representações e práticas dos sujeitos sociais em relação a uma doença, acredita-se que a abordagem sócio histórica forneça subsídios para o

---

visando o reconhecimento da doença. Seu relato é uma descrição histórica da guerra de Peloponeso; as observações sobre possíveis invenções não desmerecem o seu trabalho.

<sup>19</sup> O autor acrescenta que o enfoque no controle individual do corpo guarda relação com as incertezas da atualidade no campo social, da saúde e do meio ambiente, apesar e por causa dos avanços tecnológicos. Dito de outra maneira, nos últimos vinte anos, frente aos incontroláveis riscos externos, tem-se voltado a atenção para os riscos sobre os quais os indivíduos têm controle (1993:67,70).

entendimento dos sentidos subjacentes aos comportamentos dos atores frente ao HIV, orientando as reflexões sobre políticas de prevenção.

Buscando nesses elementos iluminar o caso específico da AIDS, cabe descrever algumas particularidades dessa síndrome. Originalmente identificada entre a população gay norte americana no início da década de oitenta, a epidemia da AIDS se caracterizou por apresentar um agente etiológico desconhecido, desafiar os sofisticados tratamentos médicos científicos atuais e não ter cura. A postura sensacionalista da imprensa, os discursos médicos e pedagógicos sobre moral e sexualidade, a associação com populações marginalizadas ou vítimas indefesas e o significado social das vias de transmissão do vírus - sangue, esperma e leite materno<sup>20</sup> - contribuíram para a divulgação de abordagem fatalista<sup>21</sup> e alarmista, fomentadora da noção de descontrole e desordem social. Tais características, somadas à omissão inicial por parte das instituições governamentais e a pouca visibilidade desta síndrome (o período médio entre a infecção e o aparecimento dos sintomas é de 8 a 10 anos), potencializaram a transmissão do vírus; a AIDS rompeu barreiras geográficas e cresceu de forma acelerada e descontrolada nos diferentes segmentos populacionais.

Um bom exemplo das conseqüências das representações construídas em torno dessa epidemia é o estudo de Knauth (1995; 1997) sobre as implicações da soropositividade na rede de relações sociais de mulheres de camadas populares no Brasil, em decorrência dos aspectos simbólicos e fisiológicas (invisibilidade e caráter progressivo) da AIDS. Nas suas palavras:

A AIDS não é uma doença que ameaça exclusivamente o corpo; ela é uma doença que afeta diretamente a identidade social das pessoas envolvidas, razão pela qual é

---

<sup>20</sup> Segundo Knauth (1997) fluidos corporais como sangue, esperma e leite materno, em várias sociedades, são vetores por onde passam e são significadas relações de filiação, consangüinidade e parentesco.

<sup>21</sup> As notícias divulgadas na mídia demonstram a manutenção dessa visão. A reportagem de capa do Jornal do Brasil (14/01/98) sobre as conseqüências de um erro no resultado do teste anti-HIV, revela que uma artista plástica vítima do engano, além de sentir vários sintomas, deixar de dormir, comer e de 'viver' e escolher o lugar onde queria morrer, declarou que mesmo com o resultado negativa ela era "um HIV positivo na alma"

em torno dos aspectos sociais e morais nela implicados que se estabelece uma identidade entre as mulheres HIV+ (1997:298).

A população investigada pela autora, embora soropositiva, não se identifica com a imagem do denominado ‘grupo de risco’ (homossexual, prostituta, drogado). Para resgatar o *status* social ameaçado, essas mulheres buscam se diferenciar desse ‘grupo’ a partir da oposição entre aqueles que ‘procuram’ a doença e elas cuja forma de contaminação resulta do sua condição social de mulher, esposa e mãe. Cabe ressaltar que tal percepção não contribui para a desconstrução da AIDS como uma doença do “outro”<sup>22</sup>.

De forma complementar, Seffner (1995) - a partir do conceito de estigma social<sup>23</sup> e de entrevistas com soropositivos de Porto Alegre (RS) - analisa as reações de isolamento social, o sentimento de inferioridade, a busca da manutenção da ‘normalidade’, entre outras formas de proteção ou ataque frente à pressão social decorrentes do estigma da AIDS

As narrativas e metáforas criadas em torno da AIDS demonstram, mais uma vez, que uma epidemia é percebida como ameaçadora não apenas em função da sua dimensão epidemiológica, mas dos significados simbólicos construídos em torno da mesma; isto é, das informações produzidas e legitimadas como “verdades”. A afirmação de Treichler (1992) é esclarecedora:

“(...) to inform is also to perform; communicate is also to construct and interpret. Information does not simply exist; it issues from and in turn sustains a way of looking at and toward the world; it shapes programmatic agendas and even guides capital investments (1992:401)

---

<sup>22</sup> A percepção da AIDS como uma doença do ‘outro’ tem sido assinalada em vários estudos sobre representações da epidemia fora e dentro do contexto nacional (ver, por exemplo, Herzlich & Pierret, 1988; Daniel & Parker, 1991, respectivamente).

<sup>23</sup> Sobre o conceito de estigma social, ver Goffman (1982)

### **I.3 Representações e práticas: polifonia de sentidos**

Para realizar a difícil e ambiciosa tarefa da prevenção é preciso compreender o processo de construção, manutenção e transformação dos discursos e das práticas, principalmente quando se considera a diversidade dos comportamentos e visões dos grupos sociais nas sociedades complexas contemporâneas (Velho, 1994). No caso da AIDS, tal desafio tem contribuído para um aprofundamento das discussões no campo da sexualidade, conforme indicam os estudos sobre as variações em termos das identidades, dos gêneros e das representações e práticas relativas à sexualidade (Gagnon, 1990; Carrier & Bolton, 1991; Vance, 1991; Ehrhardt *et al*, 1991; Parker, 1991).

Com base nessas evidências, observa-se que a perspectiva generalizante e uníssona do discurso preventivista não contempla a polifonia das práticas dos grupos sociais. Dito de outra maneira, a abordagem sócio histórica, ao revelar a diversidade das manifestações culturais nas sociedades modernas, tem trazido contribuições importantes no sentido de apontar para os equívocos das campanhas educativas descontextualizadas<sup>24</sup> e orientar mudanças nesse campo (Kane, 1993; Green *et al*, 1993; Amaro, 1995; Parker, 1997).

Para fornecer um exemplo extremo acerca da necessidade de se equacionar a prevenção a partir dos determinantes simbólicos, políticos e econômicos, convém citar um recente estudo etnográfico com jovens negros norte americanos (Tourigny, 1998). Inseridos em um ambiente de grande vulnerabilidade social - decorrente do baixo poder aquisitivo, falta de apoio familiar e institucional e ausência de perspectivas de mudança de vida - um grupo de jovens se submeteu propositadamente a situações de exposição ao HIV (via relação sexual ou contato sanguíneo com pessoa contaminada). De acordo com os relatos, eles/as planejaram a

---

<sup>24</sup> MacGraft et al (1992) salientam as aspectos culturais e econômicos na transmissão do HIV. A partir de entrevistas com 130 mulheres de Kampala (Zaire), os autores constataram o baixo uso de preservativos, a associação entre parceiro sexual e sustento econômico e a aceitação cultural da poligamia masculina, indicando a dificuldade das mulheres negociarem práticas sexuais mais seguras.

contaminação com objetivo de obter o mesmo apoio social fornecido aos seus familiares soropositivos, conforme indica a fala de uma das meninas:

Maybe now I'se sick I'll be maybe able to get things I needed before, the counseling and the assistance and the money I'se asked for all these times and nobody could get me. I never existed for them before; now they have to count me because I'se one of them (Touringny, 1998:155).

A produção acadêmica brasileira referente à predominância do ideário tradicional nas classes populares urbanas, citada na introdução, permite um aprofundamento das críticas às limitações da universalização das políticas preventivas hegemônicas. Não basta apenas admitir as diferenças sócio-culturais entre as classes, é preciso reconhecer as restrições das propostas voltadas para as camadas populares no campo da saúde, centradas numa universalização da ideologia individualista. A dificuldade de determinados grupos sociais aderirem à concepção moderna do conceito de sexo mais seguro está enraizada na própria concepção de mundo que advogam. Os trabalhos sobre as implicações para a prevenção do HIV entre mulheres de baixo poder aquisitivo, decorrentes da presença da hierarquia do gênero nas relações conjugais<sup>25</sup> (Simões Barbosa, 1994; Guimarães, 1996; Villela, 1996; Goldstein, 1996), exemplifica esse ponto de vista. Reflexões sobre a lógica que orienta a noção de risco no universo do(a)s profissionais do sexo (Peterson, 1994; Alves, 1994) e entre moradores de favelas cariocas (Fernandes & Monteiro, 1997) também enriquecem as interrogações em torno das abordagens no âmbito da educação em saúde centradas na matriz cultural moderna.

Dentre os desafios da prevenção da epidemia de AIDS, priorizou-se a transmissão via relação sexual. Entre os usuários de drogas injetáveis e os seus parceiros sexuais, além da via sexual, há a exposição ao vírus por meio do

---

<sup>25</sup> Convém ressaltar o predomínio de estudos sobre mulheres neste campo.

compartilhamento de seringas. Embora o presente estudo não focalize essa questão<sup>26</sup>, a transmissão via uso de drogas endovenosas tem um importante papel na vulnerabilidade dos jovens ao HIV<sup>27</sup> (Castilho & Szwarcwald, 1998). Nesse sentido, é válido acrescentar que as diferenças de gênero relativas à frequência e motivação para o uso de drogas lícitas e ilícitas na população jovem (Bastos & Carlini-Cotrim, 1998), bem como a associação entre uso de drogas e certas situações de conflito, (exemplo timidez na iniciação sexual), sugerem a necessidade de se contemplar a articulação das temáticas sexualidade, gênero, AIDS e consumo de drogas na abordagem educativa.

#### **I.4 Juventude<sup>28</sup>: singularidade e pluralidade**

Visões do senso comum definem a adolescência como um período de conflito, necessidade de afirmação, mudanças físicas e psicológicas, associadas à impaciência e irresponsabilidade. Trata-se de uma perspectiva universalizante e naturalizadora do desenvolvimento humano, característica de abordagens médicas e

---

<sup>26</sup> A epidemia de AIDS revelou a carência de estudos referentes à compreensão das variações dos comportamentos e identidades tanto na área da sexualidade como no campo do consumo das drogas e impulsionou a produção de pesquisas voltadas para essas temáticas. O trabalho de Singer *et al.*, (1992) sobre a variação entre o comportamento de consumidores de drogas endovenosas, de contextos urbanos norte americanos, em relação ao local e frequência de uso, acesso à seringa limpa, combinação e forma de consumo de diferentes drogas e a atividade sexual. O estudo de Connors (1992), por sua vez, investigou a hierarquia de risco referente ao consumo de drogas (prisão, *overdose*, hepatite, roubo, violência) entre usuários de drogas injetáveis de Massachusetts (EUA). Na visão desse grupo o risco é uma atividade rotineira e positiva pois, na maioria das vezes, o seu resultado está relacionado a situações boas como o acesso à droga. Segundo a autora mudanças no contexto social, como a revisão da criminalização das drogas ilícitas, podem influenciar a adoção de práticas preventivas.

<sup>27</sup> Convém destacar alguns pontos sobre os desafios da prevenção do HIV entre consumidores de drogas injetáveis na realidade nacional, quais sejam: resistências à implementação de estratégias de redução de danos centradas na distribuição de seringas (Mesquita & Bastos, 1994); correlações entre a incidência de casos de AIDS e as localidades da rota de tráfico de drogas (Bastos, 1995); necessidade de se desenvolver pesquisas voltadas para a compreensão da singularidade dos tipos de droga, de consumo e de usuário.

<sup>28</sup> Segundo a Organização Panamericana de Saúde, “a **adolescência** é um processo primariamente biológico que transcende à área psicossocial e constitui um período durante o qual se aceleram o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange o período de 10 a 19 anos e compreende a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência (15 a 19 anos). **Juventude** é uma categoria fundamentalmente sociológica e se refere ao processo de preparação para que os indivíduos possam assumir o papel social de adulto, tanto do ponto de vista da família e da procriação, quanto profissional, com plenos direitos e responsabilidades. Estende-se dos 15 aos 24 anos de idade e compreende também duas faixas distintas: 15 a 19 e 20 a 24 anos” (Mello Jorge, M.H.P., 1998:210).

psicológicas, na qual a adolescência é analisada como um fenômeno estruturalmente psicobiológico e não como uma invenção cultural.

Uma perspectiva universalizante desse grupo etário também pode ser encontrada nas interpretações sociológicas acerca da função dos jovens, mais particularmente dos estudantes, na transformação da ordem estabelecida. Mediante um estudo sobre a expressão de grupos juvenis no cenário urbano brasileiro nos anos oitenta, como os *punks e darks*, Abramo (1994) reflete sobre essa temática. Segundo a autora o movimento dos *punks* tem uma forma peculiar de protestar, basicamente no âmbito do lazer e do consumo, sem procurar alternativas ao sistema produtivo e institucional vigente. Apesar de não apresentar uma proposta de mudança da situação, tal movimento sinaliza o sentimento de insatisfação com as condições de emprego, a falta de oportunidade e a injustiça social e, dessa forma, faz uma “intervenção crítica no espaço urbano”.

A análise da categoria juventude enquanto uma construção social favorece o entendimento das teorias subjacentes às produções acadêmicas acerca desse tema. Pesquisas sobre o surgimento do conceito de infância e adolescência no período moderno - relacionadas às transformações na composição e na função da família revelam a origem e a consolidação de tais concepções. De acordo com o clássico estudo de Ariès (1978), a família tradicional da Idade Média não tinha uma função afetiva; seu principal objetivo era a conservação dos bens. A socialização das crianças não era controlada pela família, sua aprendizagem se dava através da convivência com os adultos, sendo comum os filhos serem afastados dos pais e enviados para outra família. Foi entre os moralistas e educadores<sup>29</sup> do século XVII que o sentimento de infância foi adquirindo importância, a partir da ênfase nos aspectos psicológicos e morais do desenvolvimento humano. Ao demarcarem regras de disciplinas as escolas adquiriram - além do ensino - a função de “vigilância e

---

<sup>29</sup> O autor afirma que “os reformadores escolásticos do século XV (...) os organizadores dos colégios e pedagogias e, (...) acima de tudo, os jesuítas, os oratorianos e os jansenistas do século XVII” (1981:188) contribuíram para a noção de psicologia da infantil e elaboração de um método adaptação da mesma.

enquadramento da juventude”. A evolução da instituição escolar está assim relacionada a uma conscientização das especificidades da infância e da juventude. Paralelo à valorização da educação, a família recolheu-se à vida privada e transformou-se no lugar de intimidade, restrito aos pais e filhos. Em suma, entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança passou a ocupar um lugar diferente, tornando-se um elemento central na dinâmica das relações familiares.

As análises de Griffin (1995) acerca da emergência e as repercussões das representações em torno do conceito de juventude no campo da sociologia e da psicologia corroboram esse ponto de vista. A autora identifica duas vertentes interpretativas desse período etário – uma eminentemente biológica e psicológica e outra, contraposta, que privilegia a dimensão histórica, política, econômica e cultural – e demonstra suas conseqüências em termos da definição de políticas públicas.

Demais implicações das características atribuídas aos jovens são encontradas na argumentação de Luz (1993). Segundo a autora a própria ordem social constituída define o *status*, o papel e as possibilidades de integração do adolescente, classificando-o como imaturo. Essa concepção associa a irresponsabilidade jurídica e civil à necessidade de proteção, alijando o jovem das decisões políticas e econômicas. Apenas aos 21 anos, o jovem torna-se um cidadão completo. Dentro dessa perspectiva, a definição de imaturidade não está referida aos aspectos psicobiológicos e sim a interesses políticos e/ou crises econômicas.

A literatura antropológica tem trazido contribuições relevantes para esse debate ao revelar a influência do momento histórico, do contexto social, econômico e cultural na modelação das representações e práticas diversificadas durante essa etapa da vida. Reflexões sobre culturas juvenis (Pais, 1993; Amit-Talai & Wulff, 1995) e etnografias acerca da sociabilidade familiar e amorosa (Heilborn, 1984), identidade homossexual (Parker, 1989), pobreza, violência e drogas (Zaluar, 1985; 1994; Silva & Milito, 1994; Bourgois, 1996), salientam a necessidade de se pensar a juventude

como um fenômeno plural, gerado e reproduzido pelas condições materiais e simbólicos do meio.

A ênfase na dimensão histórica do conceito de juventude - combinada às análises etnográficas acerca das singularidades dessa população - permite uma inflexão nas políticas públicas de caráter universal, para uma perspectiva capaz de contemplar a heterogeneidade dos diferentes segmentos sociais. Todavia, é importante não perder de vista aspectos de ordem geracional, relacionados a características biológicas e a experiências sociais comuns, como as marcas de uma identidade juvenil difundidas nas sociedades modernas<sup>30</sup>.

Outro ângulo importante na definição de políticas sociais voltadas para esse período da vida refere-se às abordagens demográficas. No Brasil, a queda nas taxas de fecundidade e mortalidade nas últimas três décadas tem se refletido em um aumento absoluto no contingente da população jovem, denominado de “onda jovem”. Em 1995 o número de adolescentes (15-19 anos) correspondia a 10,4% da população (15.7 milhões) e o de jovens (20-24 anos) totalizava 8,5% (13 milhões). Segundo as estimativas, no ano 2000 a geração de 20 anos será a mais expressiva da história brasileira. Com base nessas projeções, Madeira (1998) apresenta um retrato da situação no campo da profissionalização, do emprego e da educação de jovens que serve de referência para gestores de políticas públicas desenvolverem programas sociais nessas áreas.

As questões apresentadas trazem conseqüências para o estudo em foco na medida em apontam para o reconhecimento da singularidade e pluralidade do público jovem. Observa-se que um dos desafios dos programas de prevenção do HIV/AIDS é contemplar tendências geracionais e heterogeneidades dessa faixa etária, cuja orientação sexual, condições econômicas, inserção étnica minoritária ou

---

<sup>30</sup> Para um aprofundamento dessa questão ver Novaes & Mafra (1998), Madeira (1998) e os dois volumes da coletânea: “Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas” (1998), editada pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, onde são abordadas as seguintes temáticas em torno da população juvenil: condições sócio-demográficas; saúde; educação, trabalho e previdência; cultura e gastos públicos com políticas públicas.

não, ambiente sócio-familiar, entre outros, caracterizam variações significativas nas representações e práticas (Aggleton, 1994). No próximo capítulo objetiva-se aprofundar a discussão sobre as referências culturais que informam a visão de mundo dos diversos grupos sociais e de que maneira tal visão se reflete nas práticas de prevenção da AIDS.

## **Capítulo II:**

### **REPRESENTAÇÕES e PRÁTICAS: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS**

A análise das representações e práticas do cotidiano, particularmente aquelas relacionadas à proteção da vida e da saúde, será orientada pela abordagem sociológica, caracterizada por uma visão relativizadora de invariantes biológicas como sexo e idade. Ao introduzir um olhar desnaturalizador das concepções das ciências médicas e biológicas acerca da sexualidade, a visão sócio histórica salienta

a dimensão simbólica, ordenadora do comportamento dos sujeitos sociais, bem como o contexto de sua produção.

As reflexões de Foucault (1988) sobre a relação intrínseca entre a produção de verdades e as relações de poder iluminam esse ponto de vista. Ao sustentar que uma determinada visão é referendada como verdade a partir de um conjunto de relações tecidas pelo poder, o autor critica a noção de neutralidade e imparcialidade da produção científica, afirmando que a verdade é política, estratégica e controladora. A definição da legitimidade dos discursos (verdadeiro ou falso) é dada por uma ‘política da verdade’, resultante das condições de produção do conhecimento e das estratégias de dominação nesse campo.

Informado por essa premissa, Foucault (1985) argumenta que nas sociedades modernas industriais a repressão ao sexo não foi introduzida ou intensificada. O que caracteriza esse período não é tampouco a inauguração da liberdade sexual e sim uma explosão “discursiva do sexo” no qual o dispositivo da lei (modelo do direito) é substituído por produções discursivas e técnicas variadas ( modelo estratégico), por meio das quais o poder penetra e controla a conduta sexual de forma positiva. Dessa forma, questiona os estudos centrados na teoria da “hipótese repressiva do sexo, expressa em proibições, negações e interdições sociais da “força natural do sexo” Nesse sentido, se propõe a desvendar a história e as transformações das instâncias de dominação como os discursos científico, médico e pedagógico, procurando demonstrar que a sexualidade é historicamente produzida e datada; sua invenção está relacionada a processos de fabricação do sujeito tais como interiorização e individualização, bem como à afirmação da racionalidade científica que caracteriza a modernidade<sup>31</sup>.

A interpretação da sexualidade enquanto uma construção social datada chama a atenção para a diversidade das manifestações culturais no exercício da atividade

---

<sup>31</sup>Ao discutir as construções sociais da sexualidade, Bozon e Leridon (1993) apontam para a contribuição da reflexão foucaultiana e destacam as dificuldades, desafios e possibilidades de se analisar a sexualidade como uma atividade social.

sexual. Dessa forma, se contrapõe à visão essencialista, centrada no significado universal do ato sexual. Embora haja diferenças e especificidades entre as teorias sobre o construtivismo social, existe uma premissa comum relacionada ao peso da influência cultural e histórica na definição e diferenciação do significado e dos padrões da experiência sexual dos grupos sociais (Gagnon, 1990; Vance, 1991). A restrição ao determinismo anátomo-fisiológico do comportamento humano norteou o debate acerca do processo de internalização de padrões sociais e suas mudanças ao longo do tempo, conduzindo as análises sobre a construção social das identidades sexuais e dos atributos culturais referidos ao sexo feminino e masculino - expresso no conceito de gênero (Heilborn, 1993) - bem como reflexões acerca das inter-relações entre gênero e manifestações da sexualidade.

Em suma, ao assumir uma visão relativizadora das concepções sobre determinações biológicas como o sexo, a visão sócio histórica permite uma contextualização da produção dos significados sociais de representações e práticas dos diversos grupos. Em consonância com esse argumento, compreende-se de que maneira a concepção de infância, adolescência e juventude foi construída (Ariès, 1978; Griffin, 1995).

## **II.1 Estruturas e práticas sociais na produção do significado**

A análise das práticas da vida cotidiana a partir de um enfoque sociológico nos remete para a dinâmica da relação entre o indivíduo e as estruturas sociais, bem como para a discussão dos aspectos subjetivos e objetivos da produção científica, voltada para a análise da cultura. De forma generalizada, pode-se dizer que a reflexão em torno desse tema orientou a construção de métodos de conhecimento do mundo social, denominados de objetivismo e subjetivismo, cujas figuras paradigmáticas são Durkheim e Weber, que junto com Marx são considerados os fundadores do pensamento sociológico moderno<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Reis (1989) analisa de que maneira as obras de Weber e Durkheim apresentaram alternativas de reflexão frente ao imperialismo economicista.

Na busca de proposições teóricas visando a superação das visões orientadas pela premissa da determinação da estrutura social sobre o indivíduo (objetivismo), bem como das abordagens fenomenológicas centradas na experiência individual (subjativismo), Bourdieu sugere uma perspectiva analítica alternativa, denominada de conhecimento praxiológico, voltada para a análise das relações dialéticas entre o ator e a estrutura social.

As restrições do sociólogo francês aos pressupostos durkheimianos e seus desdobramentos como o estruturalismo estão centradas na premissa da precedência lógica e moral do social sobre o indivíduo. Na sua visão, a ênfase apenas na determinação das normas e estruturas torna o ator social um mero executor de algo exterior, objetivamente programado. As implicações do discurso ideológico e a sua reprodução através dos agentes sociais não estão aí incluídas. Nas suas palavras:

(...) por não construir a prática senão de maneira negativa, quer dizer enquanto execução, o objetivismo está condenado ou a deixar na mesma a questão do princípio de produção das regularidades que ele se contenta em registrar, ou a reificar abstrações por um paralogismo que consiste em tratar os objetos construídos pela ciência - a 'cultura', as 'estruturas', as 'classes sociais', (...) como realidades autônomas, dotadas de eficácia social e capazes de agir enquanto sujeitos responsáveis de ações históricas ou enquanto poder capaz de pressionar práticas. (1994a:56)

A crítica à omissão do ator social na análise estrutural aproxima-se do relevo dado à dimensão subjetiva realizada pela abordagem weberiana, centrada na compreensão do significado das ações humanas. Contudo, na visão do sociólogo a perspectiva praxiológica se diferencia do subjativismo pelo fato de salientar as relações de poder envolvidas na ação social. Para tal, propõe uma análise das relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições nas quais as estruturas são atualizadas e reproduzidas. Os modelos interpretativos – voltados para a apreensão da objetividade do social através das ações individuais e da análise das ações subjetivas e de suas significações, como no caso da visão fenomenológica

(Shutz,1972) e do interacionismo simbólico (Becker & MacCall, 1990; Blumer,1969) - não levam em conta que a interação social se dá em um campo em que as posições sociais estão objetivamente estruturadas (Bourdieu, 1994c)<sup>33</sup>.

Em síntese, segundo o conhecimento praxiológico as práticas não são o produto da obediência às regras “objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, conforme propõe o objetivismo; nem tampouco resultam de uma ação organizada de um regente”, segundo sugere o subjetivismo (Bourdieu, 1994a:61,65). Essa proposição pode ser compreendida por meio do conceito de *habitus*, definido como um **sistema de disposições**, decorrente de experiências passadas, **duráveis** (inscrito na construção social da pessoa) e **transponíveis** (de um campo para o outro) que gera as percepções e ações dos indivíduos. Quer dizer, é um “princípio gerador e estruturador” das representações e práticas, resultante da interiorização das estruturas objetivas; sendo caracterizado como um sistema subjetivo, sem ser individual, de estruturas internalizadas comuns a um grupo ou classe.

O aspecto objetivo da prática subjetiva pode ser melhor entendido a partir do conceito de campo, definido como espaços relativamente autônomos, no quais as posições dos agentes estão fixadas *a priori*. De acordo com esse ponto de vista, o mundo social é um espaço multidimensional caracterizado por uma rede de campos, com uma dinâmica e uma lógica próprias, investidos de capital (poder), seja econômico, ou cultural. A interação entre os campos é marcada por disputas que visam manter ou mudar a configuração dessas forças<sup>34</sup>. A classe dominante por ter mais acesso e possuir mais capital tende a controlar os campos investidos de poder e estabelecer uma distinção social em relação às outras classes.

---

<sup>33</sup> Ortiz (1994) ressalta que a visão bourdieana voltada para a caracterização do peso das condições objetivas na definição das práticas está identificada com uma análise macro-sociológica e, desta forma se diferencia da abordagem micro-sociológica do interacionismo simbólico centrada na compreensão das ações individuais.

<sup>34</sup> Bourdieu analisa o campo científico como um campo social, ou seja, um espaço de forças e lutas políticas pelo “monopólio da *competência científica*”. Segundo o autor, “não há ‘escolha científica’ (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientado para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (1994c:126/127).

Diferentes posições sociais no interior dos campos indicam variações de estilos de vida. O gosto - escolhas e preferências dos indivíduos, aparentemente voluntárias - forma a base do estilo de vida das práticas sociais, funcionando simbolicamente como sinais da posição social, status e de distinção. Assim, o estilo de vida em relação à alimentação, estética, vestuário, esporte<sup>35</sup>, *hexis* corporal (maneira das pessoas se relacionarem com seu corpo), entre outros, guarda estreita relação com a posição social; conforme evidenciam os levantamentos das preferências e práticas culturais entre as classes populares, médias e superiores (Bourdieu, 1994b). O gosto é portanto, uma ‘objetividade interiorizada’ que informa a escolha estética.

A ênfase na dificuldade de mudanças de estilos de vida em decorrência do processo de naturalização das práticas, de certa forma, contradiz a própria trajetória de vida do autor. Apesar de ser filho de camponeses e experimentar a discriminação<sup>36</sup>, Bourdieu conseguiu estudar em um colégio de elite em Paris, *École Normale Supérieure* e construir uma respeitada e destacada carreira acadêmica no campo da sociologia francesa. Tais fatos desafiam seus pressupostos teóricos acerca do mito da democracia escolar na França (Bourdieu e Passeron, 1975). Quer dizer, sua biografia, em alguma medida, indica a possibilidade de transformações significativas nas condições objetivas do contexto social e simbólico.

Essa suposta provocação aponta para uma importante crítica ao trabalho do autor devido ao lugar privilegiado da explicação da reprodução da ordem social e à dificuldade de entendimento dos processos de transformação social. Apesar de considerar a dimensão subjetiva das práticas e dos bens simbólicos, sua obra sugere a forte influência das condições objetivas na formação das disposições orientadoras das práticas. A interação social pensada a partir das relações de poder contribui, de forma original, para o entendimento da reprodução das condições sociais mas, por

---

<sup>35</sup> No texto, “Como é possível ser esportivo?” Bourdieu (s/d) analisa a construção do gosto em relação à prática esportiva, ressaltando as mudanças ao longo da história.

outro lado, limita a percepção das mudanças em termos das trajetórias pessoais e da construção histórica. Os comentários de Ortiz indicam esse ponto de vista:

“Se o *habitus* se define por sua tendência à reprodução, como articulá-lo ao movimento de mudança social? (...) como considerar o campo, *locus* de consenso, como espaço de transformação? (...) Sabemos que toda ordem se assenta na hegemonia (consenso) e que os agentes se encontram perpassados por campos sociais diferentes que tendem à reprodução, (...), onde se situaria a mudança?” (1994:26,27)

Bourdieu, no entanto, responde às críticas. Quando perguntado (Bourdieu & Wacquant, 1992) sobre o viés determinista de sua teoria - expresso na crítica da fórmula: “estruturas produzem *habitus*, que determinam práticas, que reproduzem estruturas” - o autor argumentou que sua proposição vem de encontro justamente aos modelos circulares pelo fato de ser um sistema aberto de disposições, durável, mas não eterno. Embora reconheça que todos os estímulos exteriores são percebidos a partir de experiências anteriores e que as experiências originárias são prioritárias nesse sistema de disposições, o autor sustenta que um mesmo *habitus* pode produzir práticas distintas, pois é um sistema de potencialidades produzidas na **relação** com as estruturas; portanto, é capaz de reproduzi-las e modificá-las. A concepção da prática enquanto resultado da relação dialética entre a estrutura objetiva (definidora das condições sociais de produção do *habitus*) e a situação (espaço social) de exercício do *habitus*, revela o sentido de continuidade e regularidade, mas aponta para a possibilidade de mudança<sup>37</sup>.

As observações críticas apresentadas de forma alguma esgotam a amplitude e complexidade desse debate, mas sugerem que a argumentação teórica de Bourdieu pode nortear a investigação da relação dialética entre estruturas e práticas no campo da prevenção de doenças, principalmente, no que se refere à lógica das práticas

---

<sup>36</sup> O autor era denominado um *pied-noir* (pé-negro ou pé na África), maneira pejorativa de se referir aos nascidos na África do Norte.

<sup>37</sup> Para complementar as discussões sobre as contribuições de Bourdieu na compreensão da ação social ver Calhoun (1993).

rotineiras. Ao introduzir a dimensão de poder nas interações sociais e a noção de multiplicidade das condições objetivas de existência, material e simbólica, esse autor inaugurou uma interessante perspectiva no campo das ciências sociais, voltada para a superação das limitações das principais correntes do pensamento sociológico.

Assim, conclui-se que os argumentos do sociólogo francês fornecem um consistente instrumental teórico para a compreensão dos mecanismos de poder e de reprodução das práticas. Todavia, apresenta algumas restrições para estudar certos processos de mudanças. Convém observar, no entanto, que as teorias de um modo geral encontram restrições para explicar todos os fenômenos sob uma certa ótica, ou seja, há limitações que desafiam as regras, estimulando o questionamento e a busca de revisões e/ou de abordagens complementares. No interior desse eixo de reflexão, optou-se por pensar as contribuições da visão de Bourdieu na análise das práticas cotidianas no campo da saúde.

A clássica pesquisa de Boltanski ([1979],1984) sobre práticas médicas entre grupos populares franceses pode ser vista como um exemplo da compreensão das ações no campo da saúde a partir da perspectiva teórica desenvolvida por Bourdieu. A percepção da doença, da relação entre médico e paciente e o consumo de medicamentos entre diferentes segmentos sociais são efeito, segundo Boltanski, do processo de reinterpretação do discurso médico oficial pelos extratos sociais menos abastados. Com base nessa abordagem identifica-se os nexos entre práticas e representações no campo da saúde e as estruturas de classe.

## **II.2 Práticas no campo da saúde**

O estudo de Williams (1995) acerca da relação entre classe, saúde e estilo de vida e o de Santos (1992) sobre práticas sexuais e prevenção do HIV/AIDS apresentam uma análise crítica dos trabalhos voltados para comportamentos no campo da saúde, centrados ora nas crenças e no conhecimento do indivíduo (*health belief model*), ora na determinação das condições sócio econômicas. Os autores

refletem sobre a construção e reprodução das práticas de saúde a partir do uso de alguns dos principais conceitos desenvolvidos por Bourdieu.

Williams afirma que, na maioria das vezes, não precisamos pensar para agir, grande parte das práticas do dia a dia, inclusive os comportamentos referentes à saúde, obedecem a uma lógica, em geral, não consciente ou planejada, definida pelo autor como: “largely unthinking, logic of which actors are dimly aware” (1995:585). Nesse sentido, os estudos nem sempre são capazes de identificar a lógica das ações e sim repetições das recomendações presentes no discurso preventivo oficial. Essa constatação aponta para o limite dos métodos de pesquisa centrados no esclarecimento e nas explicações dos informantes sobre as práticas de saúde adotadas.

Uma outra evidência da literatura refere-se à correspondência entre o significado social das práticas e, conseqüentemente, das noções de saúde e doença e a posição do indivíduo/grupo na hierarquia social (Boltanski ([1979],1984); Loyola, 1984). Compreende-se tal variação a partir do conceito de *habitus* que visa explicar em que medida a inserção social gera o processo de construção e reprodução das práticas; embora as ações sejam percebidas como formas naturais de sentir, pensar, agir e se localizar no mundo social.

Mesmo identificando críticas relacionadas à falta de ênfase nos tipos de disposições internalizadas, capazes de produzir práticas reativas e desafiadoras, Williams (1995) conclui que Bourdieu oferece alternativas para o entendimento de práticas rotineiras no campo da saúde. Com base nos fundamentos da lógica da prática cotidiana é possível explicitar a inter-relação e reconhecer a interação entre os estilos de vida e as condições econômicas, sociais e simbólicas de existência.

Dentro de um eixo similar, o trabalho de Santos (1992;1995) demonstra as restrições dos estudos acerca das culturas eróticas e práticas individuais e sugere uma releitura das mesmas a partir do conceito foucaultiano de produção e de *capital simbólico*, *habitus* e *hexis corporal*, formulados por Bourdieu. Para a autora, as

diferentes manifestações de interação sexual expressam o passado estrutural dos sujeitos por meio de disposições resultantes dessa posição social. Neste sentido, as pesquisas voltadas para o entendimento das práticas sexuais devem buscar identificar a relação entre os sistemas de disposições (*habitus*) que informam os indivíduos sobre os padrões aceitos e valorizados e as suas condições de surgimento (espaços sociais).

Esse ponto de vista pode ser ilustrado pela maior adesão ao uso de camisinha entre parceiros que não compartilham de uma identidade e uma estética comum, como no caso das relações sexuais comerciais; em contraposição à tendência do não uso de preservativos nas relações informadas pela “ilusão da eleição mútua” e pelas afinidades estéticas, de *ethos* e de *hexis* corporal. Quer dizer as variações nas formas de interação social e sexual resultam do contexto (“situação social”) e dos padrões internalizados ao longo da vida (disposições). Dentro dessa perspectiva, as propostas de prevenção voltadas para mudanças nas práticas sexuais devem levar em conta a construção das disposições e os contextos de emergência das práticas dos diferentes grupos sociais. A autora conclui:

What is at issue is that there is no complete separation between a cultural product and its separation in raw material for a new productive cycle. In this sense, the uses of the body, the calculations of sex, therefore sexuality, are the results of the interposition of multiple discourses and praxis. They are the product and the beginning of a constant cultural reproduction. Paradigms aimed to change them should account for this, even if the processes are not fully understood. (1992:275)

Castiel (1994) complementa as críticas apresentadas em relação às limitações do modelo biomédico e comportamental, argumentando sobre a necessidade da epidemiologia considerar a complexidade do processo saúde/doença. O autor problematiza o uso do conceito de risco, centrado nas noções de previsão, probabilidade e mensuração, bem como os aspectos ideológicos e morais em torno dessa idéia, destacando “os descompassos entre as prescrições ‘técnicas’ (...) e suas

correspondentes traduções no universo das representações (e valores) das pessoas” (1994:156). A biomedicina representa o organismo como uma “máquina bioquímica”, na qual a influência dos aspectos psicossômicos e contextuais na origem e desenvolvimento das doenças não é percebida como significativa. Tendo em vista que a epidemiologia baseia-se na perspectiva da clínica médica, fica clara a dificuldade da mesma em incorporar a dimensão subjetiva do adoecer humano. Nessa perspectiva classificadora, as pessoas ficam reduzidas a medidas e padrões de referência.

Avalia-se assim, que a separação entre o organismo e o indivíduo permitiu um conhecimento das funções orgânicas, todavia os elementos relacionadas à individualidade e o contexto sócio histórico não foram consideradas. Tais limitações sugerem alterações no quadro epistêmico hegemônico, capazes de oferecer abordagens mais adequadas às questões de saúde na atualidade. Na busca de soluções, o autor observa que a inclusão da visão de singularidade do adoecer humano e da concepção de multiplicidade na prática clínica e epidemiológica, requer a incorporação da noção de eventos inesperados, aleatórios e casuais e de “níveis básicos e interativos de complexidade” dos sistemas biológicos e sociais.

### **II.3 Práticas de proteção**

De que maneira as considerações feitas até então colaboram para a análise das práticas de proteção? A crítica de Mary Douglas (1994) à concepção compartimentada e individualizada de risco, característica da abordagem psicológica e econômica, aponta para necessidade dessa concepção ser estudada a partir de respostas culturais padronizadas. Seguindo tal eixo de reflexão, as situações de risco devem ser avaliadas em função de um contexto político e moral, de atitudes compartilhadas socialmente e não de forma isolada e/ou limitada à probabilidade de um acontecimento<sup>38</sup>. Isto é, o comportamento de risco não decorre necessariamente

---

<sup>38</sup> Para exemplificar essa argumentação, Douglas demonstra de que forma os indivíduos transferem suas decisões para as instituições (1994:55-78). Esta temática também é desenvolvida em Douglas (1986).

da falta de informação sobre os meios de prevenção, mas de visões de mundo resultantes das experiências sociais onde o risco é minimizado ou super reconhecido.

De acordo com esse ponto de vista, é preciso caracterizar o viés cultural das percepções e modos de vida em relação aos acontecimentos da vida em sociedade. *Grosso modo*, pode-se identificar distintas reações frente às recomendações médicas hegemônicas, seja no sentido da aceitação e legitimação da mesma; ou da crítica a esse saber técnico associada a alternativas de tratamentos; ou então de indiferença devido a uma visão fatalista ou de valorização de situações de risco<sup>39</sup>.

Considerando que essas visões coexistem nas sociedades modernas, de forma dinâmica e não excludente, observa-se que a informação científica não é percebida e absorvida de forma semelhante pelos sujeitos sociais. Existem diferenças entre as percepções e modos de vida, indicando as limitações das mensagens preventivas baseadas apenas numa abordagem hegemônica, centrada no conhecimento técnico-científico. Os achados de uma pesquisa realizada na Bretanha (França) revelam, por exemplo, crenças populares acerca do corpo que interferem na percepção do risco de infecção do HIV: para alguns o corpo está sempre suscetível ao perigo; outros acreditam na competência do sistema imunológico; há os que se apoiam na proteção das fronteiras sociais da comunidade e existem os que percebem o corpo como uma máquina, cujo funcionamento deve ser garantido por meio de medidas profiláticas (Douglas, 1994: 110,111). Dito de outra maneira, a não adoção de práticas preventivas não depende apenas do acesso a informações “científicas corretas”, mas sim de percepções diferenciadas relacionadas às variações dos modos de vida dos sujeitos sociais.

Informado por esse referencial teórico, Calvez (s/d) sustenta que se as práticas preventivas são originadas na experiência social, a percepção de risco em relação ao HIV será mais claramente percebida se estiver associada à noção de

perigo e incerteza compartilhada pelo indivíduo socialmente. Do mesmo modo, o envolvimento dos atores na luta contra a AIDS guarda relação com a identificação (em termos de uma percepção comum) desse sujeito/grupo social com uma determinada ação voltada para o controle da epidemia. Nas suas palavras:

Les acteurs sociaux qui s'investissent dans la lutte contre le sida la construisent comme catégorie d'action et lui attribuent des significations en fonction des **préférences** (grifo meu) qu'ils affirment pour un type de communauté apte à répondre au sida.(s/d:1)

Apoiada nessa argumentação teórica e no relato de franceses na faixa de 20 a 40 anos, Paicheler (s/d) analisa aspectos simbólicos da percepção do risco e da vulnerabilidade pessoal ao HIV/AIDS relacionados a: representações sociais da epidemia (fatalismo, descontrole, visão discriminatória) e dos fluidos corporais (sangue, esperma, secreção vaginal); identidade social dos sujeitos; convivência e proximidade com a realidade da doença<sup>40</sup>; bem como aspectos referentes à compreensão das vias de transmissão do HIV, percepção do/a parceiro/a e dos meios de prevenção, condições de negociação do uso de preservativo, entre outros fatores.

Em suma, a percepção do risco de uma doença e a adoção de medidas preventivas não estão limitadas ao acesso a informações e à decisão individual. A compreensão das diversas práticas adotadas frente a epidemia de AIDS devem ser pensadas como o resultado de um processo interativo e dinâmico, construído a partir da experiência social e da visão de mundo dos sujeitos. Nessa perspectiva estão

---

<sup>39</sup> A autora propõe uma tipologia para explicar as diferenças de visões de mundo dos sujeitos (Douglas, 1994:107-110).

<sup>40</sup> Por meio de uma abordagem comparativa das representações sobre a AIDS de comunidades populares de Porto Alegre, Knauth *et al* (1998) analisam em que medida a familiaridade com a realidade da epidemia de HIV/AIDS altera a percepção da mesma. No bairro com menor incidência de casos de AIDS, a doença é identificada com grupos distantes e diferenciados; em contraposição, no bairro onde os casos são visíveis e recorrentes a epidemia é vista como algo normal, que 'pode acontecer com qualquer um' da comunidade. As autoras argumentam que esse processo de banalização da AIDS não tem contribuído para a conscientização da epidemia e para adoção de medidas preventivas e de assistência, fomentando a diluição da noção de risco e de vulnerabilidade ao HIV.

conjugadas as representações das formas de vulnerabilidade à doença e a percepção pessoal do risco e dos meios de controle do mesmo.

As conexões entre a experiência social e as representações e práticas de risco ou de proteção devem ser entendidas a luz das considerações de Giddens (1991) sobre as mudanças nos sentidos de confiança e risco, promovidas pelas condições da modernidade. De acordo com essa perspectiva, as instituições sociais modernas imprimiram uma série de transformações, dentro de um ritmo rápido e de grande extensão. Nas sociedades pré-modernas há uma grande coincidência entre tempo e espaço, tendo em vista que as atividades da vida social ocorrem predominantemente nos contextos localizados, isto é, na presença dos atores envolvidos. Já na modernidade há um *distanciamento do espaço em relação ao tempo*, estimulando elos entre outros ‘ausentes’, em termos de presença concreta e interação face a face.

Um segundo ponto destacado pelo autor refere-se à elaboração de *mecanismos de desençaixe* dos sistemas sociais, com base no sentido de confiança, que deslocam as atividades sociais dos contextos locais e reorganizam as relações sociais por meio de distâncias indefinidas de tempo-espaço. Tais mecanismos envolvem a criação de *fichas simbólicas* (como o dinheiro, fundamental para negociações de longa distância) e o estabelecimento de *sistemas peritos* (sistemas de excelência técnica ou competência profissional, avaliados ao longo do tempo, que geram no leigo expectativas de funcionamento<sup>41</sup>).

Um terceiro aspecto da modernidade salientado por Giddens diz respeito à *apropriação reflexiva do conhecimento* na organização das práticas sociais. A conscientização do papel do ser humano na criação e construção da realidade social enfraquece a crença na força da natureza e da influência divina e, dessa forma, contribui para a substituição da percepção da noção de destino (fortuna) pela concepção de risco.

---

<sup>41</sup>Fazemos uso de uma série de meios (carros, aviões, medicamentos, ...) dos quais desconhecemos o processo de elaboração e funcionamento porque confiamos na competência dos responsáveis pela projeção e manutenção dos mesmos.

As repercussões dos três fenômenos descritos no modo de vida dos sujeitos sociais podem ser melhor compreendidas a partir da perspectiva comparativa entre o sistema tradicional e o moderno. De acordo com o autor, na ordem pré-moderna, os ambientes de confiança identificam-se com o valor do sistema de parentesco e das relações locais em termos de estabilidade e proximidade tempo-espaço. Assim como na importância das crenças religiosas e dos rituais tradicionais nas interpretações morais da ordem e práticas da vida pessoal e da natureza. Os ambientes de risco nesse contexto são associados às ameaças do mundo físico (doenças, desastres naturais), à violência humana (exércitos invasores, piratas, ladrões) e à “perda da graça religiosa”.

De forma contrastiva, na modernidade a confiança nas relações familiares, particularmente as nucleares se mantém, mas a construção de laços sociais de amizade e da intimidade sexual ganha relevância. Segundo Giddens, “a confiança pessoal torna-se um projeto a ser trabalhado pelas partes envolvidas e requer a abertura do indivíduo para o outro” (1991:123). As relações de confiança em mecanismos sociais desconhecidos, por sua vez, possibilitam a construção dos sistemas abstratos (*fichas simbólicas* e *sistemas peritos*). Embora as crenças religiosas não desapareçam de todo, o conhecimento reflexivo, fundamentado na observação empírica e no pensamento lógico, substitui as explicações mágico-religiosas e orienta as ações para o futuro. As novidades em termos da percepção do risco em tempos modernos decorrem das ameaças resultantes da reflexividade, expressa no impacto da tecnologia na destruição ambiental e material, na industrialização da guerra, assim como na “falta de sentido pessoal” ou “pavor existencial”.

Observa-se que a reflexividade da vida social introduziu uma dimensão de renovação e revisão do conhecimento e das práticas sociais, contraposta ao sentido de permanência e de resistência à mudança, característico das sociedades tradicionais. A instabilidade e imprevisibilidade das conseqüências do conhecimento

reflexivo, associadas ao distanciamento entre tempo-espaço e ao desenvolvimento de *mecanismos de desencaixe*, resultaram na construção do sentido de confiança e percepção de risco, noções estas diferenciadas das de crença e destino, prevalente nas culturas pré-modernas.

A aproximação entre os argumentos de Douglas, Bourdieu e Giddens se funda na adoção de uma perspectiva sócio-histórica, caracterizada pelo entendimento dos comportamentos como culturalmente fabricados por um meio social, em contraposição às abordagens centradas simplesmente na ação individual e na decisão racional. Ao ressaltar a dimensão objetiva das práticas subjetivas, os autores - guardando as suas particularidades teóricas em relação à interpretação dos fatos e da dinâmica social - sugerem que a lógica das ações rotineiras expressa a incorporação e reprodução de visões de mundo, isto é, as condições materiais e simbólicas de existência, datadas historicamente.

Com base nessa argumentação, compreende-se que as práticas tendem a ser percebidas pelos sujeitos como naturais e espontâneas. Tal ponto de vista indica as dificuldades de se mudar o comportamento de forma dissociada das experiências sociais compartilhadas, conforme propõem diversas campanhas preventivas, e estimula investigações capazes de identificar as articulações entre sistemas culturais, discursos e ações rotineiras. Quer dizer, considerando o processo de naturalização das práticas, as propostas preventivas devem ser pensadas em função das possibilidades de se mudar ou adequar os dispositivos que estruturam o comportamento e as condições de seu surgimento.

A compreensão do comportamento dos sujeitos sociais enquanto produto das relações entre as estruturas objetivas e as construções simbólicas, nos remete para a discussão sobre a pluralidade de sistemas culturais (geradores de percepções e modos de vida diversos) nas sociedades modernas. Tal enfoque aponta para as fontes de tensão/conflito e interação da vida social no mundo moderno, decorrentes

da presença comum de um conjunto de trajetórias sociológicas e culturais (Velho, 1994).

Admitir que nas sociedades complexas, em momentos diferenciados de suas trajetórias, os indivíduos transitam entre contextos diferenciados, “não exclui a vivência e englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias”, mas “permite e sustenta maiores possibilidades de trânsito e circulação, não só em termos sociológicos, mas entre dimensões e esferas simbólicas”. A circulação entre visões de mundo variadas, no entanto, não gera necessariamente mudanças referentes à “**identidade vinculada a grupos de referência** e implementadas através de mecanismos básicos de socialização” (Velho, 1994:27,29).

A convivência entre diferentes sistemas culturais e o compartilhamento cultural não elimina o pressuposto da predominância de um sistema em relação ao outro entre os variados segmentos sociais das sociedades modernas. As análises das repercussões do individualismo moderno, decorrente do processo de modernização, entre os segmentos urbanos menos favorecidos ilustra esse ponto de vista (Duarte, 1988). Dentro dessa perspectiva, pretende-se identificar em que medida a lógica das representações sociais relativas à proteção, de um grupo de jovens de camadas populares urbanas, se define pela preeminência de valores tradicionais ou modernos. Por meio desse eixo analítico, objetiva-se analisar quais os dispositivos que estruturam a lógica ordenadora das representações e das práticas dessa população. Desse modo, tem-se o intuito de verificar os nexos entre a posição na hierarquia social desse grupo, suas experiências sociais e as fronteiras simbólicas conformadoras de uma identidade social.

Nesse sentido, nos capítulos subsequentes tem-se a intenção de refletir sobre a dimensão simbólica da proteção a partir das seguintes indagações: Qual(is) o(s) núcleo(s) simbólico(s) que informa(m) a construção do sistema cultural de proteção da vida e da saúde dos jovens pesquisados? Existe um nexo lógico que articula os núcleos simbólicos que estruturam o significado de proteção das representações e

das práticas do grupo frente aos perigos percebidos no dia a dia? Em que medida o perfil relacional (tradicional) da sociedade brasileira, expresso na dinâmica das categorias sociológicas da “da casa, da rua e do outro mundo” (DaMatta, 1991) e as condições materiais e simbólicas de existência do grupo orientam a conformação do significado simbólico de proteção?

## Capítulo III:

### PROCEDIMENTOS e RECURSOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo abordar aspectos da metodologia adotada e apresentar informações da população estudada, o presente capítulo foi organizado nos seguintes tópicos: 1) especificidade da perspectiva etnográfica na compreensão do comportamento e dos fatos sociais, em especial no campo da sexualidade; 2) descrição das estratégias de investigação; 3) contextualização do trabalho de campo na comunidade de Vigário Geral; 4) processo de interpretação do conteúdo dos dados colhidos; 5) caracterização do perfil do universo pesquisado, particularmente em termos da configuração do grupo doméstico e da trajetória escolar.

#### III.1 Enfoque etnográfico: (re) conhecendo o outro

Estratégias de investigação são geralmente definidas considerando-se as singularidades da apreensão de práticas e fatos sociais. Para Becker (1994) a solução para o problema da legitimidade “científica” no campo das pesquisas sociológicas não está na adoção de modelos matemáticos universalizantes<sup>42</sup> e sim na criação de estratégias alternativas, tendo em vista as especificidades do objeto em estudo. Por meio da descrição de recursos metodológicos qualitativos, o autor destaca as contribuições desse olhar na compreensão de aspectos da vida social, bem como a importância da inter-relação das evidências colhidas a partir de diferentes situações.

Dentro dessa perspectiva Minayo (1993) discute a aplicação de metodologias qualitativas no campo da saúde. Informada por uma análise crítica do positivismo sociológico, da sociologia compreensiva e da dialética marxista, a autora afirma que o objeto da sociologia é “complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação” (1993:22).

---

<sup>42</sup> Expressa pela “preocupação com métodos quantitativos, com a concepção *a priori* da pesquisa, com técnicas que minimizem a chance de obter conclusões não confiáveis devido à variabilidade incontrolada de nossos procedimentos” (Becker, 1994:19).

Apontar essa perspectiva analítica permite um delineamento dos objetivos da antropologia, identificada como “uma não disposição nomológica, sistemática e generalizante de leis sociais” e sim uma proposta de “formulação de uma idéia de humanidade construída pela diferença”. Neste sentido, “submete conceitos pré-estabelecidos à experiência de contextos diferentes e particulares para então analisar a adequação de tais conceitos” (Peirano, 1990: 4,5).

A utilização de métodos de pesquisa qualitativos (observação participante, entrevista aberta, contato direto com o grupo em estudo), visando captar o ponto de vista do outro “nos seus próprios termos”, adquire contornos específicos de acordo com uma série de fatores: maior ou menor distância social e psicológica da população/objeto investigado; grau de envolvimento, contato e interação entre pesquisador e grupo pesquisado; particularidades do tema em questão em termos de acesso, possibilidade de observação e diálogo. As etnografias em sociedades "exóticas" (Malinowsky, 1990; Seeger, 1980; Berreman, 1990) ilustram em que medida tais fatores influenciam e definem a construção e desenvolvimento da pesquisa.

As observações de Velho (1987) sobre estudos em sociedades complexas e familiares ao pesquisador apontam nesse direção. O autor sustenta que o familiar não é necessariamente conhecido; as cenas do cotidiano a que o pesquisador está afeito escondem as particularidades dos cenários sociais que as compõem. O argumento do antropólogo brasileiro apóia-se no pressuposto de que temos um mapa de orientações para interpretar o cotidiano, que advém de nossa posição na hierarquia social. Quando nos dispomos a pesquisar determinado objeto, coloca-se em pauta a avaliação e redefinição do olhar marcado por esses valores iniciais. Nessa análise é preciso levar em conta a multiplicidade de visões de mundo que coexistem numa metrópole.

O processo de (re) conhecimento do outro não é indiferente, espelha, reflete e retorna sobre si mesmo. Um dos aspectos da dimensão subjetiva do processo de

interação entre o pesquisador e seu objeto de estudo encontra-se na observação de Nordstrom & Robben (1995) acerca de etnografias de guerra, estupro e terrorismo. Tal ponto de vista ilustra as singularidades do fazer antropológico, impostas pelo tema da investigação, tendo sido um referencial interessante para pensar as situações de violência do cotidiano nos centros urbanos como o tráfico de drogas na favela de Vigário Geral.

“Many ethnographers who study violence have experienced bewilderment on first seeing it. The tension experienced by most of us (the authors) can be better qualified as existential shock (...) It is the paradoxical awareness that human lives can be constituted as much around their destruction as around their reconstruction and that violence becomes a practice of negating the reason of existence of others and accentuating the survival of oneself. It is this confrontation of the ethnographer’s own sense of being with lives constructed on haphazard grounds that provokes the bewilderment and sense of alienation experienced by most of us” (1995:13).

Em síntese, os estudos etnográficos têm evidenciado a peculiaridade do lugar do antropólogo na busca da compreensão dos fatos sociais e de seus significados. O diálogo teórico ilumina e é iluminado pelo trabalho de campo. Ao valorizar o caráter subjetivo e interpretativo de aspectos da vida social, tal abordagem fomenta um questionamento dos postulados positivistas de objetividade e neutralidade. A tensão entre visões universalistas e relativizadoras dos acontecimentos sociais constitui uma das riquezas e um dos desafios do fazer antropológico<sup>43</sup>.

Cabe trazer as contribuições da perspectiva antropológica para a prevenção do HIV/AIDS. Um dos aspectos ressaltados pela produção acadêmica específica é a questão da busca do significado num campo onde se supõe haver um sentido universal para atividades como o sexo. São ressaltados os limites dos *surveys* quantitativos para o entendimento da dinâmica da sexualidade (Newman et al, s/d) e

---

<sup>43</sup>Zaluar (1994: 202-218) analisa alguns dilemas do relativismo cultural, chamando a atenção para as implicações éticas da posição do antropólogo e para os aspectos intersubjetivos (ambiguidades e tensões) presentes no interior das culturas. Scheper-Hughes (1993:28), responsável por uma etnografia sobre amor materno e mortalidade infantil em uma região do nordeste do Brasil, salienta o compromisso social do antropólogo com os temas que são objeto de estudo.

os problemas das generalizações e falta de objetividade da terminologia nos questionários sobre essa temática (Lhomond, 1996). Indica-se a necessidade de se investir em pesquisas capazes de abordar a dimensão sociocultural das representações e práticas sexuais.

Parker *et al* (1995) descrevem métodos qualitativos capazes de fornecer subsídios para a compreensão da “cultura sexual” - definida como “sistemas de significado, de conhecimento, de crenças e práticas que estruturam a sexualidade nos diferentes contextos sociais”(1995:20) - e suas associações com outros sistemas socioculturais (religião, economia, política, ...). Esse gênero de investigação visa demonstrar as particularidades das práticas e repertórios sexuais dos diferentes grupos sociais e as eventuais contradições entre as manifestações sexuais no âmbito público e privado, entre o discurso e a prática, entre normas e ação. Em suma, a metodologia qualitativa pode oferecer um instrumental muito relevante para a formulação de políticas de prevenção do HIV/AIDS.

A literatura qualificada como construtivista, que norteia as pesquisas qualitativas sobre atividade sexual é muito variada (Vance, 1991). Ainda que haja elementos comuns entre tais teorias, em termos das críticas à visão essencialista da sexualidade e à valorização do significado social e subjetivo do ato sexual, existem diferenças importantes. Enquanto a perspectiva mais radical nega a existência de um impulso (desejo) sexual essencial, a abordagem da influência cultural reconhece a universalidade e determinação biológica do impulso sexual (“sex drive”).

Para a autora, o surgimento do fenômeno da AIDS evidenciou a carência de estudos sobre práticas sexuais e estimulou uma reedição da abordagem interventiva e biomédica da sexualidade, através da associação entre sexo e doença. Na sua visão, o campo da antropologia também foi influenciado pela abordagem biomédica, havendo um fomento de pesquisas predominantemente identificadas com o modelo da influência cultural. Entretanto, a discrepância e as contradições entre discursos da sexualidade e as experiências vividas - observadas no sistema de classificação, de

identidades, na relação entre comportamento e auto-definição, no significado e estabilidade da preferência sexual - revelaram a utilidade das teorias da construção social. O crescimento de tal paradigma tem permitido a identificação de discursos e práticas sexuais diferenciados do discurso de setores dominantes, incrementando o desenvolvimento das pesquisas antropológicas no campo da sexualidade.

### **III.2 A investigação**

Buscou-se neste estudo desenvolver uma abordagem o mais próximo da orientação antropológica relativa ao trabalho de campo. Considerando os possíveis riscos decorrentes de conflitos armados entre policiais e traficantes na favela e os limites relacionados à disponibilidade pessoal, a metodologia utilizada neste trabalho - embora incorpore elementos da abordagem antropológica - não se identifica com um estudo clássico de etnografia. Esta demandaria um contato mais intenso com a localidade.

#### ***Estratégias***

Optou-se por privilegiar entrevistas individuais aprofundadas, ao estilo história de vida, centradas nos temas da auto-proteção, gênero, sexualidade e AIDS (roteiro em anexo). Foram realizadas ainda três reuniões em grupo (uma só com moças, outra só com rapazes<sup>44</sup> e uma com ambos os sexos) onde foram debatidas questões sobre iniciação sexual e amorosa e relações de gênero. Para complementar as informações colhidas e obter um acervo mais variado das formas de interação e interpretação dos acontecimentos da vida cotidiana do grupo pesquisado (Becker, 1994), foram feitas observações do contexto de sociabilidade por meio de visitas à comunidade e manutenção de diário de campo.

A entrevista permite a apreensão de aspectos subjetivos como valores e opiniões, revelando a relação da estrutura social e política e os modelos culturais

interiorizados. A interpretação dos sentidos da fala deve considerar o contexto da entrevista e a posição social, ou melhor, o *habitus* do entrevistador e do entrevistado. Nesse sentido, é importante descrever o cenário e os atores envolvidos, chamando a atenção para algumas peculiaridades que imprimem uma especificidade nos dados colhidos. Uma delas refere-se à dificuldade de se abordar assuntos relacionados a atividades ilícitas como o comércio ilegal de drogas, onde a questão do sigilo e da confiança são essenciais para o seu funcionamento (Zaluar, 1985). Temas do âmbito privado, como atividade sexual, também são delicados. Segundo Duarte (1987) a sexualidade não é um domínio sobre o qual as pessoas discursam; particularmente nas camadas populares esse tema se organiza com referência a uma moralidade de gênero.

A outra questão diz respeito ao distanciamento entre a condição da entrevistadora (mulher, branca, adulta, de classe média, sem vínculo com a comunidade) e do grupo em estudo (jovens de segmentos populares, de ambos os sexos). Com o objetivo de promover um clima de confiança capaz de favorecer o diálogo e a expressão da cultura local, todos os contatos com os/as jovens entrevistados/as foram mediados por pessoas da comunidade e realizados na própria favela em locais escolhidos por eles/as.

A participação de um homem na entrevista coletiva com jovens do sexo masculino teve por objetivo introduzir a questão do gênero no processo da coleta de dados, haja vista que todas as entrevistas individuais foram realizadas pela autora. A constatação posterior de que algumas informações relativas à prática sexual só foram mencionadas nas reuniões de grupo, sugere que a diferença de gênero e do contexto (individual ou em grupo) pode interferir no conteúdo dos depoimentos.

---

<sup>44</sup>O grupo de homens foi conduzido por um assistente de pesquisa do sexo masculino, Renato Quemmel, do

### *A comunidade*

Situada no bairro de Vigário Geral, ao norte do município do Rio de Janeiro, a favela de Vigário Geral é plana e apresenta uma população de cerca de 6.500 habitantes. Denominado de Parque Proletário de Vigário Geral, essa favela localiza-se ao norte do município do Rio de Janeiro, entre Duque de Caxias, o bairro de Parada de Lucas e Jardim América e o Rio São João de Meriti. A favela foi construída em área de mangue há cerca de 50 anos e foi sendo ampliada aos poucos através do aterramento realizado pelos moradores. A maioria das casas é de alvenaria e de pequeno porte, mas existem barracos de madeira nas margens do poluído valão do rio Meriti, revelando as precárias condições de salubridade. O rio Meriti atravessa regiões bastante povoadas e com muitas indústrias, recebendo esgoto, lixo e restos da indústria. Na altura da favela de Vigário Geral o rio é muito poluído, praticamente sem vida. (ISER<sup>45</sup>, 1994)

A coleta de lixo foi conquistada apenas em 1994, mas a área que não é beneficiada pelo recolhimento, justamente a da população mais empobrecida que mora as margens do valão do rio Meriti, ainda joga o lixo no valão. O abastecimento de água também é inadequado, mas as obras do projeto Profase/Prosaneer da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgoto), voltada para a ampliação da rede de esgoto, estão em curso.

O estudo do ISER revela que a maioria dos nomes das 53 ruas largas foi escolhida pelos moradores em homenagem a pessoas ou lugares queridos. Para os moradores mais antigos, “é importante deixar nossa história escrita, marcada com tinta, para que os mais jovens possam saber de quem eles descendem. Para que todos saibam que havia força suficiente para construir uma comunidade, lutando sem violência e dentro da lei”.

---

LEAS, Biologia/IOC-FIOCRUZ.

<sup>45</sup> ISER (Instituto de Estudos Religiosos) é uma organização não-governamental voltada para pesquisa e ação social nas áreas de cultura, religião e desenvolvimento humano, social e ambiental.

No que se refere à distribuição da população, os dados do IBGE de 1991 indicam que a grande maioria está na faixa de 0 a 54 anos, apenas 10% tem mais de 55 anos. A diferença de proporção entre os sexos é mais significativa na faixa de 15 a 19 anos; constatou-se que há 12,5% mais mulheres do que homens, sendo que no bairro de Vigário Geral, que fica nas imediações da favela, essa diferença é de apenas 4,2%. A presença cada vez maior de jovens do sexo masculino no comércio ilegal de drogas pode ser um indicador da disparidade da razão de sexo nessa faixa etária, pois a maior parte deles morre precocemente. Na faixa de 20-24 anos existem mais homens que mulheres na favela.

Considerando os moradores com mais de cinco anos, 77% são alfabetizados, sendo que na faixa de 10-24 anos o percentual chega a 94%. Existem o CIEP Mestre Cartola e três escolas da prefeitura próximas, que atendem de 5° a 8° série, Cardeal Câmara, República do Líbano e Jorge Gouveia. Os colégios de 2° grau e os cursos técnicos ficam mais distantes.

No campo profissional, com base nos dados das fichas do CIEP o relatório do ISER constatou-se que a maioria das mulheres é dona de casa, sendo que o emprego mais freqüente é de diarista e doméstica, seguido de funções na indústria (metalúrgica, operária, auxiliar de produção) e outras indefinidas quanto ao local do trabalho como costureira, copeira e servente. Dados colhidos em visitas à comunidade revelaram atividades de parteira, enfermeira, curandeira e “explicadora” (professora particular). Entre os homens, observou-se uma maior variedade de trabalho relacionada às obras de construção (manutenção e serviços), transporte (operação e manutenção) e indústria. Foi citado o preconceito de empregadores em relação aos moradores de favela. O contingente que trabalha no comércio não foi significativo.

É interessante acrescentar que a localização da favela de Vigário Geral não favorece uma convivência com a população do “asfalto” mais comum nas favelas da zona sul da cidade. Ali a proximidade entre grupos de alto e baixo poder aquisitivo

permite um contato mais freqüente com indivíduos de outras inserções sociais<sup>46</sup>. A ocupação da polícia diminuiu a circulação de pessoas “de fora” que vinham comprar ou consumir drogas e utilizavam o comércio local. Todavia, as repercussões da chacina de Vigário Geral e o surgimento de organizações comunitárias contribuiu para a presença de jornalistas, estrangeiros e pesquisadores na favela. Os próprios moradores reconhecem que a chacina trouxe visibilidade para o local, chamando a atenção para a realidade da favela e gerando alternativas: “*eu acho que males vêm para o bem, se não tivesse morrido, não ia ter Casa da Paz, Médicos sem Fronteiras, não tinha criança estudando*” (Maria, 15 anos)<sup>47</sup>.

### ***Aproximação e interação***

Em outubro de 1996 entrei em contato com João Duarte - então secretário executivo de uma organização comunitária de Vigário Geral, a Casa da Paz - levando uma carta de recomendação do sociólogo e líder comunitário Caio Ferraz<sup>48</sup>. Após alguns encontros, foi proposto um convênio de cooperação técnica entre a Casa da Paz e a Fundação Oswaldo Cruz, assinado em janeiro de 1997. No convênio foi previsto o desenvolvimento desta pesquisa e a formação de recursos humanos da organização comunitária local, bem como o fomento de parcerias institucionais. Os Médicos sem Fronteiras, na época responsáveis pelo gerenciamento do ambulatório médico de atenção primária<sup>49</sup>, e o grupo cultural Afro Reggae também foram contatados<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup> Quando levei uma israelense e um rapaz carioca (por ser louro e usar óculos escuros, ele foi identificado como um morador de Copacabana), portadores do HIV, na casa de uma moradora, ela ficou impressionada com o inglês (“*Será que meu filho vai falar assim?*”), deu conselhos para os visitantes, ofereceu refrigerante e café e agradeceu muito a oportunidade de ter contato com uma realidade diferenciada.

<sup>47</sup> Todos os nomes dos/as entrevistados/as são fictícios.

<sup>48</sup> Caio Ferraz foi um dos principais responsáveis pela criação e implementação da Casa da Paz. Em maio de 1996, tive a oportunidade de entrevistá-lo em Boston (USA), onde ele estava morando com a família desde o final de 1995 após sofrer ameaças de morte, devido às denúncias de violência policial na comunidade. Caio foi muito receptivo e forneceu informações ricas sobre sua trajetória de vida e as características da vida na favela.

<sup>49</sup> A organização distribuía camisinhas para pessoas cadastradas, realizava oficinas de prevenção, atendimento, diagnóstico e tratamento de DSTs; além de encaminhar para testagem do HIV. Segundo informação colhida apenas 4 moradores buscaram orientação quanto a viver com AIDS. Na faixa de 18 a 60 anos 70% dos atendidos eram mulheres, com grande incidência de DSTs. Conforme previsto, durante o ano de 1998, o posto

Por intermédio dessa iniciativa, procurei oferecer uma contrapartida para a comunidade que fosse além do acesso aos dados da pesquisa e criar uma oportunidade para conversar sobre as expectativas, avaliações e barganhas geradas durante um trabalho de campo. Assim, repassei materiais e sugestões de programas de prevenção do HIV/AIDS e sugeri a colaboração de outras unidades da FIOCRUZ na área da educação em saúde, através das agentes comunitárias do Centro de Saúde Germano Sinval Faria da ENSP. Afora de estimular parcerias institucionais locais, realizei atividades visando a estruturação de um projeto na comunidade sobre HIV/AIDS<sup>51</sup>. Mesmo havendo interesse de profissionais da Casa da Paz, a organização não priorizou a estruturação de uma ação nesse campo, mas foi muito cooperativa durante todo o trabalho de campo da pesquisa, facilitando o acesso aos entrevistados.

Nesse período alguns moradores e profissionais da Casa da Paz mediarão o meu acesso a diferentes regiões e contextos da favela (casa dos moradores, organizações comunitárias, festa junina, chá de bebê). Ademais forneceram informações sobre a vida cotidiana na comunidade e ajudaram nos contatos iniciais com os jovens entrevistados. Prevaleceu um sentido de cooperação, simpatia, receptividade e segurança. Em momento algum me senti ameaçada ou em perigo. Desde a ocupação da polícia civil na favela, em outubro de 1996, os tiroteios foram interrompidos. O incômodo ficava por conta do calor excessivo, pois praticamente não há vegetação na favela, e do alto volume dos rádios que fazia soar pagode. Quando caminhava sozinha (andava sempre a pé, o carro ficava do outro lado da passarela que dá acesso à favela) tinha a impressão - principalmente pelos olhares que ora indicavam reciprocidade pelo sorriso discreto, ora indiferença - de ser

---

foi assumido pela prefeitura e é gerido pelo Movimento Organizado de Gestão Comunitária (MOGEC), uma organização comunitária local que realiza atividades no campo da saúde e da educação.

<sup>50</sup>Estes dois grupos mantêm uma parceria e já tiveram uma ação integrada com a Casa da Paz, entretanto, devido a divergências, atualmente a relação é cordial, mas distanciada.

<sup>51</sup>Junto com Sandra Rebello (pesquisadora do LEAS-Biologia/IOC/FIOCRUZ) realizei um treinamento de 16 horas com dez profissionais da Casa da Paz, da área de psicologia, fonoaudiologia, serviço social, fisioterapia,

percebida como uma pessoa “de fora”, mas não ameaçadora. Por vezes fui identificada como professora - possivelmente por freqüentar a Casa da Paz e/ou por “estar fazendo um estudo”- ou jornalista<sup>52</sup>.

A maioria dos jovens aceitou participar por curiosidade e/ou para atender ao pedido de um amigo, parente ou conhecido. Não consegui entrevistar os/as namorados/as dos que já haviam sido entrevistados. Eles/as alegavam que tinham esquecido de avisar, que a pessoa não queria ou não podia. Essas escusas sugerem algum constrangimento das temáticas abordadas ou talvez receio da verificação das informações colhidas.

Após as primeiras entrevistas houve algumas adequações no roteiro. Além de reformular perguntas indutivas, alguns temas foram reordenados, priorizando inicialmente o cotidiano e a história de vida, depois questões de proteção e, por fim, gênero, sexualidade e AIDS. Ao focalizar primeiro a realidade do entrevistado e depois temas mais específicos, procurei minimizar a associação imediata sugerida pelo convite: “participar de uma pesquisa sobre saúde”. O tema da AIDS, objeto da tese só aparece no final da entrevista. Temáticas acerca do significado de proteção, ameaça, vida na comunidade e destino foram incrementadas e perguntas sobre o tráfico de drogas, violência doméstica e preconceito foram incluídas.

### ***Definindo a população***

Foram entrevistados 32 jovens, 18 moças e 14 rapazes. Inicialmente, a seleção dos mesmos foi orientada pelas indicações de moradores e profissionais da Casa da Paz. Além do gênero e da faixa etária, os/as informantes levaram em conta critérios de classificação relacionados à trajetória de vida dos jovens que visavam contemplar diferentes “tipos” da comunidade. Convém esclarecer que tais critérios

---

direito, serviço comunitário. Conforme citado, foram feitas reuniões em grupo com jovens participantes de atividades promovidas pela organização.

<sup>52</sup>Enquanto conversava e almoçava numa pensão local, um morador ao me ver anotando no caderno de campo falou rindo: “Cuidado, você fica escrevendo depois faz um livro e conta tudo igual ao Zuenir”. (Zuenir Ventura

tinham como base a percepção do informante e eram definidos segundo as seguintes categorias: o/a estudante, trabalhador/ra, direito/a, de boa família e bem comportado/a, em oposição ao envolvido/a no tráfico, de família desestruturada, “perdido/a” ou “vadia”. Uma moradora falou: “*Vou te indicar umas meninas, aquelas vadias de lá, garanto que não estão nem aí pra doenças venéreas*”). Tais oposições serão analisadas no processo de interpretação dos dados. Para alguns informantes a entrevista era vista como uma oportunidade de aprendizagem de “coisas sobre saúde e AIDS” e uma forma de colaboração com uma pessoa “de fora” que, eventualmente, poderia dar algum retorno para a comunidade e/ou para eles.

Com a intenção de ampliar as redes de sociabilidade e neutralizar os mediadores, procurei incorporar sugestões de amigos/as, parentes e conhecidos daqueles que já haviam participado das primeiras entrevistas. Houve a preocupação de atingir diferentes regiões da favela (as mais nobres e as mais pobres) e identificar jovens com e sem vínculo nas instituições comunitárias locais.

Resumindo, na definição da população foram privilegiados a faixa etária (13 a 19 anos), o gênero (ambos os sexos) e local de moradia (diferentes regiões da favela de Vigário Geral). Levou-se em conta a rede de sociabilidade dos entrevistados, a participação nas organizações comunitárias locais e a convivência com o tráfico de drogas e estigmas sociais como pobreza e marginalidade.

O local da entrevista era definido pelo/a entrevistado/a; a única solicitação era a escolha de um espaço onde houvesse privacidade e silêncio. Com a autorização dos jovens e o compromisso do sigilo, a conversa era gravada. O encontro foi privado (houve algumas interrupções, em geral de irmãos mais novos, facilmente contornadas) e teve uma duração média de uma hora, sendo complementado com conversa informal e observações do campo.

Além do local de moradia, fiz entrevistas dentro de um carro, nas organizações comunitárias, no quarto de casal da vizinha, na casa de amigos ou

---

é um jornalista que escreveu “Cidade Partida” (1994) sobre aspectos da vida dos moradores da favela de

parentes, no fundo do quintal e até em um aposento com uma jovem dormindo. A entrevistada argumentou, “*não tem problema, ela tá virada*”; ao final de nossa conversa ela aumentou o volume do rádio que havia sido diminuído no início da entrevista e saiu; a moça continuou a dormir. Os lugares das entrevistas revelam a barreira difusa do espaço privado. A pequena área física, o rádio alto, o grande número de pessoas, a substituição de paredes por lençóis e as funções variadas dos cômodos (quarto de dormir, TV, som e sala) indicam que a noção de privacidade nessa realidade difere da visão moderna de valorização da individualização dos espaços. As três reuniões em grupo foram feitas na Casa da Paz, com jovens que participavam de atividades da organização e que não tinham sido entrevistados. Com duração média de duas horas, esses encontros não foram gravados, mas anotadas.

### III.3 Perspectiva analítica

Com base nas discussões de estudos sobre métodos qualitativos e alternativas de interpretação de dados nesse campo (Patton, 1990; Blanchet & Gotman, 1992; Minayo, 1993; Becker, 1994; Marshall & Rossman, 1995), conclui-se que o referencial teórico da pesquisa norteia a escolha da metodologia e o instrumental para a análise dos dados. Não há regras ou fórmulas para delimitar as estratégias de investigação, ordenar, estruturar e interpretar as informações colhidas e sim orientações para serem adaptadas às especificidades de cada estudo. Sugestões da literatura, combinadas com a fundamentação teórica orientadora das hipóteses do trabalho, definem a perspectiva analítica singular da pesquisa. A interpretação dos dados deste estudo foi inspirada na análise do conteúdo - definido por Blanchet & Gotman (1992) como um subcomponente da análise do discurso - cujo objetivo é a identificação dos sistemas de representação expressos pelo discurso<sup>53</sup>.

De forma resumida, o processo de ordenação do conteúdo das entrevistas e das anotações do campo foi estruturado em fases, não necessariamente lineares, compostas pelas seguintes ações: transcrição literal das gravações; leituras recorrentes das entrevistas e das observações do caderno de campo; criação de quadros com o conteúdo resumido dos discursos; estabelecimento de grades de leitura com vistas às relações de oposição; revisão da literatura existente e interlocução com outros profissionais.

Ao fornecer um sumário das entrevistas, os quadros funcionaram como um mapa orientador das freqüentes (re)leituras das falas, facilitando a identificação de recorrências e singularidades dos assuntos abordados, assim como comparações por oposição entre a trajetória dos gêneros, as biografias individuais e assuntos em foco.

---

<sup>53</sup>Os autores classificam quatro tipos de análise de conteúdo: 1) entrevista por entrevista, que informa sobre o processo de construção das singularidades; 2) análise temática: identifica temas comuns ou tipos, por meio de um recorte horizontal; 3) análise proposicional do discurso (APD), onde as unidades semânticas são definidas; 4) relações por oposição (ARO) que procura identificar as relações de significação entre os significantes e os significados, revelando os elementos de oposição e a estrutura ideológica subjacente ao discurso.

A ordenação das falas e observações colhidas foi adquirindo formatos e sentidos a partir da sua confrontação com as hipóteses do estudo e as reflexões apresentadas na produção acadêmica existente. A conjugação de tais elementos permitiu reforçar e/ou contrapor argumentos já elaborados e construir novas interpretações apresentadas ao longo do trabalho, visando a identificação da visão de mundo e das práticas do grupo pesquisado.

### **III.4 Universo do estudo**

Dos 32 entrevistados, dezoito são mulheres (a maioria entre 14 e 18 anos) e quatorze são homens (prevalece a faixa de 15 a 19 anos). Criados na própria favela ou em outros subúrbios cariocas, com origem familiar no Rio de Janeiro, Norte ou Nordeste do país, esses jovens são filhos de donas de casa ou prestadoras de serviços domésticos. Seus pais trabalham na construção civil, transporte de cargas, segurança, manutenção, ou ainda como açougueiro, mecânico, metalúrgico e gráfico; alguns já se aposentaram. Com remuneração baixa, tais atividades indicam pouca escolarização e falta de perspectivas de mudança no padrão de vida. No caso das mulheres é marcante a presença do emprego doméstico; mesmo aquelas que trabalham fora exercem funções relacionadas ao mundo da casa, como faxineira, copeira, passadeira.

#### ***Grupo doméstico***

Em termos gerais, o tamanho da família é relativamente grande, em torno de 5 a 6 filhos. Há variações das combinações do núcleo familiar: pai (ou padrasto), mãe e filhos/as ou apenas mãe e filhos/as, sendo que há situações na qual a avó, sobrinho/as, tio/as, cunhado/as são agregados a este núcleo.

Entre as moças que já experimentaram uma vida conjugal, três vivem na própria casa com o marido e uma divide o lar com demais membros da família. Outra voltou para a casa da mãe após se separar do marido. Existem duas grávidas que não moram com os pais da criança. Uma delas planeja morar junto com o pai do

bebê, mas está esperando “*um pouco*”, por enquanto eles estão juntando “*algumas coisas*”. A outra não quer viver junto com o namorado para não perder o quarto, próximo a casa do seu pai, onde ela mora sozinha:

“*Se eu for morar com ele (namorado) e a gente continuar brigando aí a gente tem que se separar, aí eu saio desta casa e meu pai depois não vai querer me devolver (...) por isso eu não quero morar com ele*”. (Julia, 15 anos)

A experiência de conviver com parentes vai além da divisão da mesma moradia, pois é comum encontrar familiares morando no mesmo terreno ou em casas vizinhas. Através de um mutirão com os moradores “sobe-se uma laje” ou “constroi-se um quartinho ao lado” para abrigar os novos parentes. Com exceção da presença ostensiva do policiamento, a vizinhança congregando parentes, a fileira de casas pintadas de verde claro no terreno plano<sup>54</sup>, as ruas estreitas de terra batida, os bares, mercadinhos, salões de beleza e farmácias sugerem um cenário mais próximo a uma pequena cidade do interior. Essa visão se opõe à imagem que prevalece dos centros urbanos com grupos familiares mais dispersos e autônomos e relações de vizinhança mais raras.

Há diferenças no padrão de vida do grupo de moradores pesquisado, indicadas pelas variações das condições de moradia expressas pela: maior ou menor proximidade do poluído valão do rio Meriti, onde se concentra uma das áreas mais insalubres da favela; estrutura da casa (alvenaria ou madeira; com ou sem piso e acabamento); existência ou não de eletrodomésticos (televisão, vídeo, microondas, som); relação entre tamanho da casa, número de moradores e funções dos cômodos. A definição e delimitação de um local privado para a realização das entrevistas, descrita acima, ilustra este contexto.

Para a maioria dos/as entrevistados/as a relação com os pais, particularmente com a mãe, é amigável e fornece um apoio importante (“*é bastante tranqüila, eles apoiam em muitas coisas*” - Rodrigo, 18). No entanto, existem brigas, diferenças e

problemas: “*meu pai, eu tenho guerra com ele, meu pai é igual a água e eu sou o azeite que nem um imã, que se quebra e não volta pro lugar*”(Pedro, 18 anos). Os problemas em relação ao pai são exagero na bebida, “*ignorância*” ou pouca compreensão e diálogo. Apenas entre as meninas (5 dentre as 18) houve casos de desconhecimento ou um contato raro com a figura paterna. Suas mães se casaram de novo, sendo que duas estão solteiras e sustentam a casa.

A despeito de haver reclamações em relação às agressões e abandono da mãe - “*minha mãe a gente se vê de vez em quando, ela também me largou eu tinha 6 anos, aí eu não considero ela como mãe não*” (Veronica, 14 anos) - e de sua tolerância com os padrastos que batiam, não trabalhavam ou molestavam as filhas, a ausência e/ou queixas do pai são mais significativas. As restrições à mãe - referentes à censura excessiva e desconfiança - são em menor proporção e foram mais freqüentes entre as meninas. O papel central da mãe no cuidado e educação dos filhos foi descrito por um líder comunitário:

*“minha mãe sempre teve uma presença muito forte, esse fato do meu pai jogar o prato no chão, pra mim a minha mãe é uma deusa em pessoa. Ela construiu essa referência nela e essa paciência dela, essa coisa bonita dela de não querer sacrificar a maioria das pessoas. Ela sabia, ruim com meu pai, mas pior seria sem ele, e era mesmo pior sem ele. Pô, meu pai trabalhava muito, tinha a questão do vício (...) gastava muito dinheiro com esse negócio de cerveja, cigarro pagava muito pros outros. Ele era muito porra louca com isso, mas ela sabia que pelo menos ela tinha alimentação, ele trabalhava, ajudava a ela quando era necessário e tal, quer dizer fora da cerveja era uma pessoa muito legal. Hoje ele não bebe é uma pessoa super alegre (...) **O papel da mulher na favela é de ser serviçal mas é matriarcal pois a influência da educação e da moral é da mãe, mesmo que o pai more com a família.***

A importância da mãe como núcleo de orientação de valores morais fica evidente nas respostas sobre as pessoas de confiança, capazes de influenciar o comportamento e ajudar nas situações de dúvida. Tal perspectiva tem sido

---

<sup>54</sup>Segundo informação colhida, essa homogeneidade de cor é para confundir as buscas policiais.

assinalada em vários estudos antropológicos voltados para segmentos populares (Salem, 1981; Duarte, 1988; Guimarães, 1996; Sarti, 1996; Gouveia, 1997; Heilborn, 1997). O conteúdo do cartaz da festa do “chá de bebê” de uma moradora a que compareci ilustra esse ponto de vista: “A mão que balança o berço é a mão que rege o mundo”. O papel crucial da família na construção da identidade social e na elaboração do projeto de vida das pessoas tem sido apontado na literatura, mesmo entre segmentos médios permeados pelo *ethos* moderno individualista (Velho, 1987; Salem, 1985).

A presença, apenas no relato dos homens, da noção de autonomia (contar consigo próprio) nas situações problemas ou de desamparo (“*ninguém me ajuda não, eu mesmo decido o que devo fazer*” - David, 16 anos), indica a expectativa social em relação à independência masculina. A predominância da assimetria do gênero nas representações e práticas do grupo foi observada ao longo dos relatos: cabe à figura masculina o papel de provedor e de elo de ligação com o mundo público; a feminina (mãe) representa a força moral e a referência do mundo privado (a casa). Nessa atualização da divisão tradicional, embora a subsistência familiar seja atribuída ao homem, a noção de esteio está vinculada principalmente à mãe.

A associação entre o sentido de proteção e o universo da casa se articula com a dimensão relacional da sociedade brasileira, orientadora da visão de mundo e da ética das pessoas (DaMatta, 1991). A dinâmica de interação entre as categorias sociológicas da “casa”, da “rua” e do “outro mundo” e suas implicações para a construção do significado de proteção no universo pesquisado será retomada no capítulo 5. No momento cabe assinalar que, a partir do depoimento dos/as jovens, foi observado que a lógica da proteção está orientada pelo significado social do mundo privado (casa, mãe, família, vizinhança) e da força divina.

### ***Escolaridade***

Ainda que todos tenham entrado no ensino formal por volta dos 6 anos, apenas metade, 15 dentre os 32, mantinha-se na escola. Conforme demonstram os

dados sobre o sistema público brasileiro, o aumento crescente da frequência das crianças à escola não significa a diminuição da evasão escolar. As trajetórias escolares também revelaram uma maior permanência das meninas no sistema de ensino (onze meninas e quatro meninos), refletindo os indicadores educacionais de um melhor desempenho escolar feminino. Madeira (1997) argumenta que esse sucesso é relativo, pois se insere numa problemática mais ampla referente ao fracasso do ensino público em ambos os sexos. A autora credita ao caráter autoritário e homogeneizador do ensino centrado em modelos de alunos idealizados esses índices de insucesso. Segundo ela “não é só o trabalho que afasta a criança da escola, mas a escola, ao expulsar a criança, colabora decisivamente na trajetória de colocá-la seja no mercado de trabalho (sobretudo os meninos), seja no trabalho doméstico (as meninas)” (1997:90).

A compreensão dessa problemática precisa levar em conta também as inter-relações entre os roteiros de gênero e as diferenças de desempenho escolar entre rapazes e moças; o ambiente escolar pode ser um espaço de interesse principalmente para as meninas devido à maior liberdade social dos homens. Nas palavras da autora: “a escola era vivida pelas adolescentes dos setores populares como respiradouro, um lugar de trocas sociais, um espaço de convívio entre pares” (1997:66). Quer dizer, para as meninas o ambiente escolar pode representar um espaço mais estimulante pela possibilidade de ampliar o contato e a convivência para além do mundo privado. Madeira salienta ainda que a evasão escolar não pode ser entendida apenas sob o ponto de vista da sua relação com a pobreza e o trabalho infanto-juvenil. A literatura demonstra que entre crianças de camadas populares o trabalho não é contraposto ao estudo, relacionando-se à socialização e “a expectativa de reciprocidade e solidariedade na dinâmica familiar” (1997:103). No caso do adolescente a motivação para o trabalho está associada às ofertas do mercado, o sentido de liberdade, autonomia e a mobilização para o “consumo de símbolos juvenis”. Justificar a incidência da evasão escolar entre camadas populares apenas

pela necessidade de contribuir para a subsistência familiar é adotar uma visão reducionista.

Tal perspectiva vem ao encontro dos depoimentos dos/as entrevistados/as. Todos foram unânimes na afirmação da importância dos estudos para aprender a ler e escrever, “*ser alguém na vida*”, ter um emprego mais qualificado e obter reconhecimento social:

“*no jornal (...) qualquer trabalho tem que ter o 2º grau completo*” (Lucas, 17 anos)

“*(...) você pode até escolher a profissão que quer*” (Monica, 16 anos)

“*eu ganho muito, frente aos meus colegas que não estudaram, eles me respeitam pelas coisas que eu falo, porque eu tenho escolaridade*” (Rodrigo, 18 anos)

Segundo os próprios jovens as interrupções e abandono do ensino formal ocorrem devido ao desestímulo (ausência de professores ou de vagas nos cursos noturnos), sendo que entre os homens predominou o “desejo” ou “necessidade” de trabalhar (para ajudar em casa, se divertir e adquirir roupas e tênis de “marca”); entre as mulheres prevaleceu a ocupação com tarefas domésticas, problemas familiares e gravidez.

Resumindo, constata-se que a formação escolar nas camadas populares tem um valor enquanto garantia da não exclusão social e do aumento das perspectivas de ascensão social. A importância do investimento na educação formal não é excludente do valor do trabalho para aquisição de bens de consumo e autonomia. Busca-se combinar a frequência à escola com uma atividade remunerada. Os cursos noturnos facilitam essa conjugação. Todavia, o cansaço e o desestímulo com o sistema de ensino levam a definição de escolha. Entre os rapazes pesquisados prevaleceu a opção por uma função capaz de gerar recurso financeiro. No caso das meninas solteiras foi observado que a maioria tende a compatibilizar o estudo com as tarefas domésticas, todavia aquelas com vida conjugal não se mantiveram na escola.

É interessante registrar um ponto de vista complementar onde o valor social do ensino formal em termos de aprendizagem, acesso à informação e formação de valores é posto em questão. Segundo um jovem entrevistado, o investimento na escolarização não garante necessariamente a ascensão social. Sua biografia espelha a coerência do seu raciocínio. Mesmo tendo parado de estudar na 5<sup>o</sup> série, o conhecimento adquirido no campo da leitura, escrita e da matemática foi suficiente para ele obter uma renda expressiva através de atividades do tráfico ilegal de drogas. Sua condição “privilegiada” opõe-se à realidade daqueles assalariados que completaram o 2<sup>o</sup> grau e exercem funções que, na concepção dele, não deveriam exigir esse grau de escolarização:

*“Cozinheiro tão pedindo 2<sup>o</sup> grau (...) Ué pra que precisa ter 2<sup>o</sup> grau? Não dá pra entender, nego com 2<sup>o</sup> grau varrendo rua e nego que nem tem a sétima série tá com carro (...) é gerente de supermercado” (Pedro, 18 anos).*

Embora não seja possível generalizar essa visão, nota-se que as experiências do fracasso escolar, o estímulo para consumir bens de consumo, a dificuldade de ascensão social (atestada na trajetória de familiares e das pessoas da comunidade), o *status* e poder proporcionados pelo comércio ilegal permitem o entendimento de por que o ensino formal é percebido por alguns apenas como um meio capaz de viabilizar o domínio básico da leitura, escrita e matemática. A aquisição deste saber elementar gera alternativas de remuneração fora do mercado de trabalho formal, onde as opções para jovens de setores populares são restritas e, em geral, não oferecem perspectivas de mudança de padrão de vida. Segundo um líder comunitário, os principais chefes do tráfico de Vigário, antes de entrarem para esta atividade concluíram parte da educação formal e se inseriram no mercado de trabalho com carteira assinada e salário mínimo.

As relações entre frequência à escola e o comércio ilegal de drogas são complexificadas pelo trabalho de Guimarães (1998). Segundo a autora o tráfico impõe a sua lógica nas escolas situadas em locais estratégicos, visando o controle da

área e dos grupos sociais e, desta forma, provoca o rompimento das funções das instituições de ensino de transmissão de valores representativos da ordem legal e social e de acesso à “cultura letrada”. Tal subordinação ocorre dentro de um contexto de fragilidade do poder legal público onde o poder paralelo torna-se a referência de autoridade, isto é, ocorre:

“na malha frouxa da ação do Estado, não só no nível das políticas sociais diluídas no caldo de interesses particularistas, mas na incapacidade demonstrada por esse mesmo Estado de incorporar aos padrões da cidadania as diferentes regiões e os diferentes segmentos sociais” (1998:221).

A percepção e experiência escolar do grupo pesquisado revelam que a questão do fracasso escolar entre setores populares não pode ser reduzida aos “problemas” individuais dos alunos. É preciso considerar as conseqüências das deficiências das políticas públicas no campo da educação e aspectos relacionados aos valores culturais, como as diferenças assinaladas entre a experiência social feminina e masculina. Visando avançar nessa ampla discussão, no próximo capítulo, será realizada uma análise cotejada das trajetórias de gênero dos jovens.

## **CAPÍTULO IV:**

## **EXPERIÊNCIA SOCIAL do GÊNERO e SEXUALIDADE**

No presente capítulo privilegiou-se a descrição das trajetórias femininas e masculinas e do processo de iniciação sexual e caracterização das práticas do grupo pesquisado, a partir do relato dos/as jovens. Por meio do enfoque nas representações e práticas relativas à sexualidade e ao gênero, objetiva-se identificar os valores predominantes nessa população e pensar suas conseqüências para o controle da epidemia de HIV/AIDS, cuja principal via de transmissão é a relação sexual. A argumentação proposta será informada pela abordagem etnográfica no entendimento e interpretação das práticas do dia a dia, resumidas nos seguintes pontos:

- 1) as restrições às políticas preventivas voltadas para a mudança de comportamento, apoiadas na informação, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco. Tal pressuposto destaca a necessidade de se considerar as condições objetivas de existência e as referências culturais orientadoras da visão de mundo e das práticas dos diferentes grupos sociais, integrantes das sociedades complexas contemporâneas;
- 2) a perspectiva crítica das teorias da construção social da sexualidade em relação à visão essencialista, centrada no significado universal do ato sexual. Com base nas manifestações variadas da sexualidade nas diversas culturas, essa abordagem salienta a modelação cultural e histórica na definição e diferenciação do significado e dos padrões da experiência sexual dos grupos sociais, bem como a importância da compreensão das inter-relações entre gênero e sexualidade (Gagnon, 1990; Vance, 1991; Heilborn, 1993);
- 3) o pressuposto da predominância do ideário tradicional na visão de mundo das camadas populares urbanas, na qual prevalece o sistema hierárquico nas relações de gênero, apesar da hegemonia do discurso moderno no conjunto da sociedade (Duarte, 1988).

## IV.1 Trajetórias femininas

### *Manutenção no espaço doméstico: esposa e mãe*

Na trajetória feminina a nostalgia da liberdade do período da infância, quando se ocupava o espaço público (a rua) sem receio ou “vergonha”, assinala que constrangimentos sociais vão inserindo as meninas no espaço doméstico (a casa). As boas e saudosas recordações das brincadeiras na rua com os/as colegas - em contraste com as lembranças negativas (controle familiar, surras e os tiroteios) - revelam esse ponto de vista:

*“eu brincava muito na rua, agora tudo mudou, eu cresci, eu hoje tenho vergonha daquelas coisas que eu brincava de correr, de pique esconde”* (Irene, 14 anos)

*“Tenho 14 anos, sou mocinha, aí não posso ficar brincando na rua”* (Veronica, 14 anos)

A presença feminina no mundo privado foi observada nas atividades do cotidiano. A maioria das entrevistadas revelou assumir, total ou parcialmente, as tarefas do lar (cozinhar, lavar, arrumar) e os cuidados com irmãos/filhos, mesmo no caso daquelas que estudam. Grande parte já esteve envolvida em atividades remuneradas em período integral (operária, vendedora, costureira, doméstica, babá), mas foram demitidas ou abandonaram: *“Parei porque eles adoram explorar gente de menor”*. Todas as três que saíram da escola para trabalhar não continuaram nos empregos e retomaram os estudos. No momento da entrevista nenhuma das meninas estava empregada.

Tais fatos ganham relevância quando articulados à recorrência do casamento e da maternidade em idade precoce. A vida conjugal e os filhos parecem viabilizar o projeto de (re)constituição de uma vida familiar harmoniosa e feliz, capaz de

fornecer apoio, segurança e companhia<sup>55</sup>. Casamento e maternidade aparecem como valores centrais em seus projetos de vida. Sandra, de 15 anos, recorda que quando sua mãe tem filhos, mesmo em situações adversas (sem marido e com gêmeos) “*ela fica feliz*”. Leticia, de 18 anos, afirma que se perder o seu marido, que “*é uma pessoa de valor, muito importante*”, tudo acaba para ela. O relato de Julia, de 15 anos, também é ilustrativo:

*“Agora [o filho] vai representar um pouco de alegria na minha vida, mas eu ainda fico pensando muito em tirar e agora eu penso em ter para ter alegrias e não me sentir sozinha”.*

A interrupção de um investimento continuado na formação escolar no universo feminino em foco relaciona-se às inadequações e problemas do ensino público, assim como a ausência de um ambiente que favoreça a dedicação aos estudos. A falta da disponibilidade de livros e publicações diversas no ambiente doméstico e na comunidade – gibis e revistas foram as leituras mais citadas entre aquelas que afirmam gostar de ler - e de um acompanhamento das atividades escolares pelos familiares, ilustram o contexto pouco estimulante em termos da educação formal.

As condições objetivas e o ideal tradicional de identidade feminina fazem com que as perspectivas de construção de uma carreira profissional, capaz de gerar ascensão social e satisfação pessoal, sejam limitadas na população investigada. Assim, não obstante a maior participação da mulher no mercado de trabalho e o crescente número de mulheres chefes de família (nos casos de abandono ou desemprego do cônjuge ou como mãe solteira), suas funções tendem a ser vinculadas ao mundo doméstico. Essas atividades embora possam gerar renda, em geral, são consideradas como complementares ao rendimento do marido, sendo somadas às tarefas do lar e à responsabilidade pela educação da prole. O papel

---

<sup>55</sup> Os filhos ocupam um importante papel para o grupo pesquisado, tal como revela o estudo de Salém (1981:85-89) sobre a expectativa de mulheres de camadas populares em relação à retribuição dos filhos,

feminino na vida familiar<sup>56</sup> será retomado no capítulo seguinte; de qualquer modo, convém destacar aqui o atributo social do homem enquanto principal responsável pela fonte de subsistência da família.

O amparo financeiro ao grupo doméstico sugere nexos entre o significado de proteção e a função masculina de provedor. O relato de um rapaz, de 16 anos, durante a observação de uma conversa entre um grupo de moradores, fornece mais uma ilustração desse ponto de vista. Após se relacionar sexualmente com uma menina virgem, ele foi chamado pela mãe da moça para assumir as despesas relativas a ela. Para “se livrar” da situação ele convenceu a menina de que estava interessado em outra pessoa e que não dava para eles ficarem juntos. Vale salientar o tom de ironia do relato, indicando uma visão crítica do garoto em relação à expectativa da mãe para que ele passasse a cuidar da menina, ou seja, assumisse a sua proteção e subsistência.

Entre as entrevistadas com vida conjugal, os homens assumiam a subsistência da casa. Todas as casadas (total de 4) eram sustentadas pelos seus maridos, jovens entre 19 e 23 anos. Há uma tendência do casamento legal ou união consensual ocorrer entre moças mais novas e homens mais velhos, confirmada nos estudos demográficos. Segundo Berquó (1998:94,100) na faixa de 15 a 19 anos 15,6% das moças e 3,1% dos rapazes declaram-se casados. Nesse mesmo período etário, 50% das garotas casam-se com homens de 5 a 10 anos mais velhos; esta disposição se mantém na faixa de 20-24. Em suma, a diferença de idade na formação do par

---

particularmente os “filhos eleitos”, em termos de amparo e assistência econômica e afetiva.

<sup>56</sup> Os dados da pesquisa DataFolha - com 2.038 pessoas a partir de 16 anos, de 94 municípios, a maioria com a renda de até 10 salários e com o 1º grau – indicam que a mãe é o membro mais importante da casa. Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, além de ser a referência da família no campo da educação, disciplina, interlocução e afeto, a mulher ocupou um papel relevante na renda familiar e conquistou autoridade, isto é, de “dona de casa, passou a dona da casa”. Como a divisão do espaço público com os homens não foi acompanhada da divisão das funções domésticas, a ampliação e fortalecimento da função da mãe na ordem familiar resultou numa sobrecarga de trabalho para ela e numa diminuição da participação do pai nas relações familiares. Tais informações demonstram que, não obstante as conquistas das mulheres na ocupação do espaço público, a dimensão afetiva e familiar continua sendo um espaço feminino (Folha de São Paulo, 20/9/98).

demonstra a expectativa social de que o homem usufrua uma posição mais estabilizada como provedor (Bozon, 1995; Bourdieu, 1995).

Para complementar, cabe citar a conexão entre maior precocidade da união conjugal e menor nível de escolaridade. Na faixa de 15 a 19 anos o percentual de mulheres casadas sem instrução é de 23,9%, enquanto o percentual daquelas com escolaridade superior (incompleto ou mais) é de 4,4%. Entre os homens de 15-19 anos a relação é de 3,7% para os sem instrução e 1,6% para aqueles com escolaridade superior incompleta ou mais (Berquó, 1998:98).

Vale ressaltar que o baixo nível de escolarização do grupo contrasta com o ideal profissional relatado pelas entrevistadas. A maioria citou carreiras que demandam longos investimentos na educação formal como direito<sup>57</sup>, medicina e informática. O valor social da escolarização enquanto um bem simbólico e as dificuldades de realização de projetos escolares e profissionais permitem a compreensão desse aparente paradoxo. As representações sociais do feminino relativas ao significado da situação marital e da maternidade também colaboram para o entendimento da interrupção dos estudos. Tais elementos ilustram as inter-relações entre condições de existência, representações, estilos e trajetórias de vida, auxiliando o entendimento da manutenção de mulheres de grupos populares no espaço privado, conforme indica o processo de formação do núcleo doméstico das moças de Vigário Geral.

Foi observado que a saída da casa dos pais - decorrente da iniciação da vida conjugal, com ou sem filhos, ou da falta de apoio familiar no caso da adolescente mãe solteira - tende a definir a entrada da moça na vida adulta. Essa suposição tem como base a aquisição da independência do controle familiar pela garota e as novas funções que ela passa a ocupar na “sua” própria casa. Apesar das atividades guardarem semelhanças, haja vista que as tarefas exercidas na casa dos pais não são diferentes daquelas realizadas no seu lar - lavar, cozinhar, arrumar, cuidar das

---

<sup>57</sup>Direito foi a profissão mais citada.

crianças (irmãos menores ou filhos) -, tais compromissos adquirem um novo significado. Como esposa e/ou de mãe a garota altera o seu *status* social de filha e põe em prática o ideal do casamento e da maternidade. As funções assumidas estimulam o abandono da escola com mínimas perspectivas de retorno e inibem atividades de lazer como a ida aos bailes e, dessa forma, restringem a circulação da mulher no âmbito público.

Para as jovens a saída do lar devido ao casamento e/ou a maternidade permite a independência do grupo familiar, a realização de um ideal e aquisição de novas funções sociais, quais sejam, mãe e/ou esposa. A filha se torna mulher. Essa passagem não está associada à autonomia financeira resultante da profissionalização, comum na realidade feminina das camadas médias e altas (Lavinias, 1997) e sim à reprodução do papel feminino tradicional, identificado com a manutenção da mulher no espaço doméstico e com a atribuição masculina de subsistência.

Um segundo padrão observado nas trajetórias biográficas das jovens desse segmento social refere-se aos casos em que a gestação e/ou maternidade não são acompanhadas da convivência marital e da independência dos pais; ou seja, a menina se mantém na casa de seus familiares que compartilham ou assumem a criação do bebê. Nessa circunstância a passagem para a vida adulta não é tão nítida. O filho tende a se tornar meio irmão. O mais provável é que os estudos sejam interrompidos, mas há possibilidade de retorno. As mudanças no cotidiano, nas atividades de lazer e nas funções sociais dentro e fora do lar tendem a ser menos significativas. Ainda dentro desse padrão, há aqueles casos em que a vida conjugal se inicia na casa dos familiares, mas, com base no relato de informantes, a expectativa do marido (homem) assumir o papel de provedor se mantém. Quando esse papel não é cumprido, os familiares se sentem no direito de cobrar e podem até mandar o rapaz ir embora da casa.

### ***Relações com o comércio ilegal***

A saída do lar em decorrência de problemas com os pais (agressão doméstica, alcoolismo e abandono) também configura uma terceira maneira de marcar a independência do grupo familiar das meninas<sup>58</sup>. Foram observados elementos comuns nas trajetórias das moças em foco relacionadas ao abandono do lar, resultante de conflitos familiares. A partir da biografia de 6 dentre as 18 entrevistadas, foi possível notar um nexo entre as situações de desorganização do grupo doméstico - agressões, abuso sexual e abandono – e uma tendência à aproximação com o comércio ilegal de drogas. A inserção nessa atividade gera autonomia financeira, independência do grupo familiar e formas de defesa (acesso a armas e respeito), se apresentando como uma aventura e/ou saída frente às dificuldades da vida. Os depoimentos são reveladores:

*“fui morar com umas amigas (...) me divertia bastante (...) eu era meio doida, aí eu levava a carga e todo final de semana eu recebia cem reais<sup>59</sup> (...) Um dia quando eu voltei daqui aí fui pra lá encontrei os irmãos das minhas colegas morto. Aí eu fiquei com medo e pedi minha mãe pra voltar”* (Valeria, 17 anos).

*“Teve hora na minha vida que eu passei muitas dificuldades, entrei para o tráfico, depois eu vi que não estava dando certo, que ia acabar morrendo. Aí eu saí e coloquei a minha cabeça no lugar (...) muitas vezes eu estava dentro do carro e o carro foi metralhado, de eu rezar e nenhuma bala pegar em mim, de ver o cara que tava do meu lado morrer”*(Leticia, 18 anos).

É importante esclarecer que no universo do tráfico, predominado pelo *ethos* masculino (Zaluar,1985;1994), as mulheres ocupam diferentes papéis quais sejam: consumidora; esposa de traficante e profissional. Como consumidoras dependentes submetem-se a favores diversos, que incluem sexo, carregamento de armas e drogas

<sup>58</sup> Esses problemas não estão restritos aos setores populares urbanos, acontecendo em todas as classes sociais. Todavia, as análises acerca da violência doméstica (Heilborn, 1996; Soares, 1996; Brandão, 1998) chamam a atenção para as singularidades do seu significado entre os diferentes segmentos sociais.

<sup>59</sup>O valor do salário mínimo no Brasil em março de 1999 era de R\$ 130,00 (cento de trinta reais), correspondente à cerca de US\$ 65 (sessenta e cinco dólares).

ilícitas. Nessa posição perdem os vínculos familiares, não conseguem cuidar dos filhos, morrem em ações arriscadas ou acabam presas. Um dos jovens entrevistados envolvido no tráfico relatou:

*(...) várias se vendem também por cocaína(...) elas esquecem [o uso da camisinha], só quer saber da ambição do pó da cocaína (...). Agora o homem não, o homem já pensa logo (Pedro, 18 anos)*

No papel de namorada ou esposa “oficial” (“menina de fé”) dos líderes as moças desfrutam do acesso aos bens de consumo valorizados socialmente (vestuário, perfumes), ganham *status*, respeito e uma certa proteção na comunidade. O uso do prestígio da posição de “viúva de bandido” no jogo de sedução com os rapazes ilustra este ponto de vista. O vínculo amoroso com pessoas “*envolvidas no movimento*”<sup>60</sup> tem seu preço, o companheiro tende a morrer cedo ou ser preso, além disso há o risco de vingança de policiais e de traficantes inimigos. Todavia, os benefícios materiais e simbólicos, combinados com a assimetria do gênero que caracteriza a cultura viril do comércio ilegal das drogas, dificultam o rompimento dessas meninas com o universo do tráfico.

*“A garota da favela hoje escolhe, ou vira mulher de alguém ou trabalha pro tráfico (...) as que trabalham não duram muito porque ficam sabendo demais. Quando vira **mulher de fé** é melhor porque todo mundo respeita (...) Tá vendo este anel é igual a cartão de crédito, com ele faço compra na venda e pego quanto pó eu quiser na boca. **Todo mundo sabe quem sou eu**”* (fonte: Jornal do Brasil, 16/08/1998)

“As meninas são seduzidas por homens mais velhos, geralmente pessoas que elas admiram, ex. professor mas predomina o bandido. Estar com ele significa poder, ganhar roupas, ir ao cabeleireiro, eles compram as meninas, elas ficam com uma dívida, ou seja, tem que ficar disponível para eles” (*líder comunitário*)

É interessante comentar que os casos amorosos com pessoas “envolvidas” citados pelas jovens entrevistadas, mesmo resultando em morte ou prisão do

namorado, são lembrados como grandes paixões que não foram esquecidas. Ainda que de forma vaga, este dado aponta para uma possível romantização do papel de bandido que faz justiça com as próprias mãos, é capaz de impor respeito e realizar o sonho de consumo de “suas” mulheres. Apesar da grande maioria do grupo pesquisado condenar as atividades dos traficantes devido à violência, busca de dinheiro fácil e acesso à “mulé”, frente à visão negativa da polícia, à ineficácia das instituições judiciárias e ao descaso do poder público, o bandido assume o papel de benfeitor e protetor.

Como profissionais do tráfico, na maioria dos casos as garotas ocupam posições inferiores<sup>61</sup> como fogueteira (solta fogos quando a polícia chega) e avião (leva a droga). Todavia, as estatísticas policiais divulgadas na mídia<sup>62</sup> têm atestado o aumento da profissionalização feminina no comércio ilegal e a existência de mulheres em posições hierárquicas com cargos de gerência (Folha SP, 28/7/98). Frente à identidade social feminina associada à noção de fragilidade - expressa pela fala de um rapaz (*mulher não agüenta pancada se for pega (...) é fofoqueira*, JB,16/6/98) - as meninas que se profissionalizam tendem a acionar o modelo masculino, agressivo e heróico se vestindo e falando como homens para serem respeitadas e aceitas naquele grupo<sup>63</sup>.

As descrições apresentadas revelam semelhanças com a análise de Zaluar (1994:224-233) sobre o papel feminino dentro de um cenário ordenado pelo tráfico. A autora destaca: a função secundária da mulher na atividade profissional; a exposição ao estupro daquelas próximas ao ambiente dos bandidos e com grande

---

<sup>60</sup>Quando as pessoas querem se referir à participação no comércio ilegal de drogas utilizam a expressão “envolvida no movimento”.

<sup>61</sup>Um líder comunitário relatou: “O papel da mulher no crime é de segunda categoria, é raro ver uma mulher armada, geralmente elas jogam pisa (roubam e escondem debaixo da saia), fazem chorra (roubar sem que percebam) e fazem mula (levar a droga)”.

<sup>62</sup>Segundo o Jornal do Brasil (16/8/98:29) dos 5.353 casos de registro de menores infratores no Rio de Janeiro 10% envolviam garotas. De acordo com a Folha de São Paulo (Revista da Folha 28/7/98) atualmente 65% das detentas da Casa de Detenção Feminina de Taubaté foram presas por envolvimento com drogas ilícitas. Em 1996 esse percentual era inferior a 40%.

<sup>63</sup>A reportagem do Jornal do Brasil (16/8/98:29) divulgou que numa instituição de recuperação a mãe levou cuecas para a filha; outra mãe se referia à filha pela versão masculina do seu nome.

número de parceiros e/ou com práticas homoeróticas; a cumplicidade da esposa oficial do bandido; a força moral da mãe; a reprodução do papel tradicional (dona de casa, esposa e mãe); a incorporação dos atributos masculinos por uma minoria que ingressa nesse universo viril.

Ao adotar um comportamento masculino, visando o respeito e a proteção, a menina nega a identidade feminina tradicional. Desenfaticando a condição de mulher, ela não deixa de afirmar que a feminilidade deve ser exercida no âmbito doméstico. De qualquer modo, é possível supor que a entrada das meninas no mercado ‘profissional’ do poder ilegal não permite mudanças na visão tradicional do papel feminino, tendo em vista o fenômeno da masculinização, a não permanência (transitoriedade) das mulheres nessa atividade e os limites da ascensão feminina a determinados postos hierárquicos nessa atividade.

Exemplificando, todas as seis entrevistadas que afirmaram ter trabalhado para o tráfico exerciam funções periféricas. Diante dos riscos de morte, prisão e perda de amigos e namorados, elas decidiram sair e constituir uma família (casamento e maternidade). Assim como a posição de mulher de traficante, tal movimento sugere a atualização e reprodução dos papéis sociais masculino e feminino, dentro de uma perspectiva assimétrica, que também se expressa no significado de proteção por meio de uma oposição complementar. O universo masculino se conecta com a força física, o sustento econômico pela atividade remunerada e o domínio do espaço público. Enquanto a mulher ocupa o mundo doméstico; no lugar de esposa organiza o lar e cuida da prole, na posição de mãe fornece esteio moral.

## **IV. 2 Trajetórias masculinas**

### ***Ocupação do espaço público: profissional e provedor***

A trajetória masculina é distinta da feminina e a ela complementar. Alguns garotos disseram que ainda se sentiam crianças, sugerindo que o adiamento da

entrada na vida conjugal - entre os quatorze entrevistados nenhum estava casado - e a permanência no âmbito público pode gerar um prolongamento da percepção da infância no universo masculino; mesmo sendo acompanhada da conscientização de novos compromissos e do abandono do ensino formal. Nesse sentido, não obstante a aproximação com o relato do grupo feminino sobre as lembranças boas e ruins (surras e tiroteio) da infância, foram observadas variações de gênero relativas às formas de ocupação do espaço público. A riqueza das citações das brincadeiras de rua (futebol, bola de gude, pião, pegar doce e pipa), assim como o valor atribuído ao trabalho, exemplificam o diferencial de gênero.

Entre os rapazes, observa-se que a saída da infância não corresponde à limitação da ocupação do mundo público e sim a alterações na percepção desse espaço, devido às pressões sociais para assumir atos e compromissos e à entrada no mercado de trabalho. O início da vida adulta masculina guarda assim uma relação com a mudança de significado da rua; isto é, mesmo mantendo o significado de lazer (futebol, baile), o espaço público passa a representar a concepção de local de trabalho, de responsabilidade e de busca da atividade remunerada (“*quando a gente começa a trabalhar deixa de ser criança*”).

A expressão “*pegar responsabilidade*” sugere a internalização da expectativa social da função masculina, referente ao compromisso pela subsistência da família, assim como a citação do termo “*ser mais cabeça*” - registrado em outros estudos sobre grupos populares - incorpora “uma forte conotação moral positiva, abrigando os significados de responsabilidade, inteligência e conduta moral” (Heilborn, 1997:308) . Tais qualidades são requisitos importantes para o papel social de provedor e protetor da mulher e se opõem ao descompromisso (molecagem, “*ficar zoando*”) dos tempos de criança. Isto significa dizer que a falta de investimento na educação formal e a não participação nas tarefas domésticas são percebidas pelo grupo como tendências “naturais” da trajetória masculina, reproduzidas e atualizadas (Bourdieu, 1995).

Ainda que presente nos relatos das meninas, a importância do trabalho objetivando a obtenção de uma renda para ajudar nas despesas da casa e adquirir bens de consumo<sup>64</sup> aparece de forma mais recorrente entre os homens. No momento da entrevista, além de estarem mais ausentes da escola do que as garotas, vários, em contraste com apenas duas meninas, recebiam remuneração. Dentre as atividades prevalecia o trabalho ou participação nas organizações comunitárias locais; alguns recebiam auxílio desemprego ou atuavam no comércio ilegal de drogas.

As experiências profissionais se diferenciam daquelas das meninas pela função, mas se aproximam pela variedade (mecânico, engraxate, gráfico, flanelinha, feirante). Realizadas em tempo integral não geram vínculos, qualificações ou estímulo, com exceção da profissionalização em informática, proporcionada pela organização comunitária local. Entre aqueles que assumiram funções de coordenação nas instituições da sociedade civil locais foi enfatizado o papel do trabalho na transformação social; eles acreditam que suas atividades podem mudar a imagem da favela e melhorar a vida dos moradores.

*“eu sou o coordenador desse Centro Cultural, é um trabalho social, é uma responsabilidade muito grande fazer projetos para trazer pra aqui”. (...) “acho que [a organização] está conscientizando um pouco a galera, tem meninos que andavam descalços agora andam de chinelo, **passam a se cuidar mais.**” (Rodrigo, 18 anos)*

Novaes (1997) reflete sobre os efeitos da ação de mediadores - como organizações civis, igreja, entre outros - na trajetória social de jovens de camadas populares urbanas, argumentando que movimentos e organizações<sup>65</sup> orientados pela

<sup>64</sup>A relação entre motivação para a atividade remunerada e investimento em bens de consumo, que já aponte apoiada em Madeira (1997), foi observada entre os rapazes e as moças. O vídeo documentário *Formou o Bonde* (1994) sobre sexualidade e AIDS, realizado na favela de Vigário Geral, registra os cuidados do/as jovens com a aparência durante a produção para o baile, como ida ao cabeleireiro, passar creme no corpo, escolha da roupa e do tênis, etc.

<sup>65</sup>Movimentos citados: Viva Rio (integra setores da sociedade carioca visando formulação de propostas no campo educação e cidadania); GerAção (composto por jovens de classe média originados da Ação de Cidadania contra a Miséria e a Fome). Organizações comunitárias mencionadas: Casa da Paz e Grupo Afro Reggae, localizadas em Vigário Geral.

idéia de cidadania e solidariedade têm contribuído para a ampliação de alternativas da vida de alguns jovens moradores em termos de “ressocialização, reconversão e reafirmação de valores”, reduzindo os efeitos perversos da ‘cultura do medo’<sup>66</sup>. Conquanto reconheça as restrições, a autora conclui:

“podemos dizer que esses jovens aportam um capital simbólico para toda a comunidade (...) e, em conseqüência, são questionados os limites que interiorizam (e tornam naturais) os mecanismos de exclusão e segmentação social. Parte deles se torna ‘profissionais dos Projetos’ adquirem uma competência específica para um outro tipo de mediação entre os jovens das áreas pobres e as instituições externas”(1997:153)

Duarte *et al* (1993), todavia, apresentam uma visão crítica sobre a intervenção de organizações voltadas para a promoção social de classes populares indicada na seguinte afirmação:

“é possível que já seja possível compreender que a ordem liberal individualista não pode prescindir da construção do Estado (da “macro-institucionalização”) e que a conversão pela racionalização nunca é suficiente para a produção de cidadãos: impõe-se a reprodução pela ‘disciplinarização’”(1993:17).

As diferenças das visões de Novaes (1997) e Duarte *et al* (1993) estimulam uma discussão acerca do papel de mediação das organizações comunitárias na trajetória de jovens de camadas populares. Tal empreendimento demandaria uma análise dos fundamentos das propostas e as suas repercussões na realidade em questão, a partir da caracterização de seus desdobramentos futuros e os diferentes impactos entre os gêneros. Todavia, essa tarefa está além do escopo deste estudo. Considerando, no entanto, que 27 dentre os 32 rapazes e moças participam ou participaram de alguma atividade nas instituições comunitárias locais, vale registrar impressões gerais colhidas durante o trabalho de campo:

---

<sup>66</sup>Informada por Soares (1996), a autora descreve a ‘cultura do medo’ como: “uma certa ‘estrutura simbólica de articulação entre representações’, no interior da qual fenômenos diferentes (...) (indisciplina do trânsito, ...

- 1) as motivações dos/as jovens para entrar nessas instituições são diversas; curiosidade, “*pra matar o tempo*”, “*preencher a mente*”, “*ganhar um troco*”, adquirir uma qualificação; mesmo aqueles que nunca participaram - alegando falta de tempo, desinteresse, “preguiça” - têm uma visão positiva das iniciativas e admitem participar no futuro;
- 2) A diferença mais destacada entre aqueles que frequenta(ra)m em relação aos que nunca participaram refere-se ao gênero; os homens criam mais vínculos nas organizações e são mais atingidos pelas propostas de profissionalização, sugerindo, mais uma vez, o maior envolvimento masculino com o trabalho remunerado;
- 3) O recurso financeiro oferecido pelas organizações é dividido entre as despesas da casa e os gastos pessoais (vestuário, lazer); essa evidência corrobora o argumento já apresentado sobre a relação entre motivação para a atividade remunerada e investimento em bens de consumo.
- 4) as atividades não geram necessariamente qualificação, inserção profissional e/ou mudança no padrão de vida; no entanto, há casos de possibilidades concretas de profissionalização, evidenciadas nas atividades no campo da informática, da indústria de lazer e de coordenação de programas na organização comunitária.
- 5) profissionais que atuam em serviços de assistência questionam a não adesão dos moradores aos programas oferecidos e a acomodação e vitimização dos mesmos; tais dados sugerem o conflito de lógicas e valores já apontado na literatura (Leal, 1995; Duarte *et al*, 1993);
- 6) a comunidade tem um visão positiva das organizações comunitárias pelo fato delas contribuírem para mudança da imagem negativa da favela e oferecer alternativas: “*Vigário Geral sempre teve a fama de ser violento e agora eles [a organização] transmitem que tem cultura aqui dentro*”;

---

briga de galeras (...) tendem a ser homogeneizados e definidos como manifestações típicas de um fenômeno comum: ‘a violência carioca’ (1997:153).

7) os líderes do tráfico local se informam sobre o funcionamento das organizações comunitárias, convocam seus coordenadores para conversar e até propõem apoio financeiro que, segundo relatos, não é aceito; além de fomentar a postura de benfeitor do traficante, reforça o papel masculino de dominação, controle e proteção da área.

É interessante pensar que um dos motivos para a tolerância e cordialidade entre instituições com princípios tão diversos pode ser decorrente da não interferência das organizações comunitárias na ação do comércio ilegal de drogas. Isso significa dizer que as instituições da sociedade civil pretendem ser uma alternativa ao tráfico, contudo, mesmo permitindo mudanças na trajetória de alguns jovens, suas ações parecem não enfraquecer de forma significativa o sistema de funcionamento das atividades ilegais, que se amplia e envolve pessoas cada vez mais jovens.

Sem dúvida que a compreensão das repercussões das organizações voltadas para educação, saúde e cultura de comunidades populares urbanas e das suas relações com o tráfico é um tema amplo e complexo, que foi apenas aventado com base em relatos e impressões. Este rápido registro pretende estimular desdobramentos e debates futuros.

### *A sedução do poder paralelo*

Ainda no campo das atividades remuneradas, é preciso considerar os apelos do comércio ilegal de drogas. Num universo de baixo nível sócio econômico, a participação nessa atividade pode significar poder de consumo, acesso a estratégias de defesa pessoal e aquisição de *status* social. Quer dizer, o garoto de família pobre, sem recursos e perspectivas de mudança de padrão de vida, torna-se uma pessoa temida e respeitada, com condições de consumir os produtos das classes abastadas, conquistar o objeto de desejo feminino, enfrentar a polícia e presentear e apoiar a sua comunidade. A força moral, bélica e financeira proporcionada pelo tráfico

representa assim uma forma de “proteção” contra a escassez dos bens materiais e simbólicos da cultura dominante, inacessíveis aos segmentos populares.

A adesão de parte do grupo ao tráfico de drogas sugere, portanto que, em termos de profissionalização e mobilidade social, a geração adulta não representa um modelo positivo a ser seguido. Zaluar (1994, 1997) ao analisar essa temática ressalta que existe um conflito entre a valorização de uma ética do trabalhador que é moralmente superior à do bandido, percebido como vagabundo e a visão negativa do trabalho, concebido como escravidão ou coisa de “otário”, devido à intensa carga horária, baixos salários e a submissão aos mandos dos patrões.

A autora sustenta que nesse universo há uma interpenetração de lógicas culturais, na qual a matriz holista vem sendo confrontada com a matriz moderna. Informada por uma reflexão crítica das teorias sobre violência urbana, destaca que o crescimento do mercado ilegal de drogas expressa o rompimento dos laços sociais; nas suas palavras:

“a fragmentação das organizações vicinais e familiares facilitou o domínio dos grupos de traficantes no poder local, que, por sua vez, aprofundou a ruptura dos laços sociais dentro da família e entre as famílias da vizinhança, acentuando o isolamento, a atomização, o individualismo” (1997:41)

Dentro de uma abordagem similar, Velho (1996) argumenta que as desigualdades sociais do mundo moderno associadas à massificação de costumes, a incapacidade das instâncias governamentais para mediar e promover o bem estar da população e a crise de valores que orientam as relações sociais, em especial as expectativas de reciprocidade, têm influenciado a combinação de lógicas diversas. Para o autor a participação de jovens de classes trabalhadoras urbanas no tráfico ilustra este ponto de vista. Nas suas palavras:

“Certamente, o crescimento e difusão de valores individualistas na sociedade brasileira não significou o fim da hierarquia. Encontramos coexistência e combinações das duas visões de mundo, com matizes e nuances (...) no próprio

mundo do crime registram-se atitudes e comportamentos que podem estar reproduzindo mecanismos de patronagem, ao lado de manifestações de um individualismo frenético” (1996:18)

A questão da interpenetração de lógicas culturais, ou melhor, a apropriação do ideário moderno pelos segmentos populares urbanos, está presente na reflexão de Vaitsman (1997; 1998) sobre as alterações na família e nas relações de gênero entre mulheres de baixa renda a partir do processo de modernização. De acordo com seu ponto de vista as mudanças na esfera da cultura - decorrentes de transformações no âmbito econômico, institucional e político - produzem impactos diferenciados nos variados grupos sociais. Entretanto, simultaneamente, geram similaridades na medida em que os novos contextos são, mesmo que em parte, compartilhados pelos diversos segmentos. A autora explica:

“Da perspectiva do sujeito, a participação em distintos contextos e jogos discursivos implica simultaneamente em produção de similaridade e diferença, pois ele atua em novos universos comuns, dos quais ao mesmo tempo se diferencia. Sobretudo na cena urbana, ele toma parte simultaneamente de mundos diferentes que, no entanto, se interpenetram” (1997:307).

As reflexões em torno da interpenetração das lógicas culturais revelam o caráter dinâmico, plural, em movimento, produtor de (re)arranjos diversos<sup>67</sup> da vida em sociedade, principalmente no espaço urbano contemporâneo permeado pela coexistência de discursos e práticas de segmentos variados que se renovam continuamente. Para Giddens (1991) uma das características das “condições de modernidade” refere-se às implicações da reflexividade da vida social, haja vista a dimensão de renovação, instabilidade e revisão do conhecimento e das práticas sociais, contraposto ao sentido de permanência e de resistência à mudança das sociedades tradicionais.

---

<sup>67</sup> Para analisar a dinâmica entre as singularidades individuais e o contexto sócio-histórico, Velho (1994) utiliza os conceitos de *projeto*, (“conduta organizada para atingir finalidades específicas”); *campo de possibilidades* (“dimensão sócio cultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*”) e *potencial de*

Ao buscar elos de conexão entre tal pressuposto e os dados das trajetórias de rapazes e moças de Vigário Geral observa-se a presença, pouco expressiva, de relatos identificadas com o ideário moderno. Prevaecem nas falas e nos dados das biografias evidências recorrentes da atualização de traços do ideário tradicional como o valor da rede de parentesco, vizinhança e localidade e a assimetria dos gêneros na construção da identidade social desses jovens.

Nesse sentido, existe uma tendência em concordar com o argumento da predominância de um caráter holista na população investigada, conforme proposição de Duarte (1988). O que não significa negar as repercussões do ideário moderno nas camadas populares, já que a noção de predomínio não implica exclusão ou impossibilidade de convivência entre lógicas diversas. Nem muito menos desconsiderar indicações da mudança no valor do trabalho na população investigada, particularmente entre os jovens envolvidos no tráfico.

### ***Casamento e paternidade: um projeto adiado***

A paternidade e a criação de um núcleo familiar harmônico também integram o projeto de vida dos rapazes mas, em comparação com as meninas, são mais tardios. Os casos de gravidez não planejada não aceleram, necessariamente, o convívio conjugal:

*“eu tenho um filho, eu engravidei uma menina (...) ela resolveu ter o filho, eu preferia que ela tivesse tirado”. Você já teve situações de outras pessoas engravidarem? Já e as pessoas tiraram ou perdeu o filho”* (Alvaro, 18 anos)

*“Rolou, aí ela tomou remédio e tentou tirar ficou tudo resolvido, tiraram e nunca tive filhos”* (Rodrigo, 18 anos)

Quando a gestação é mantida se não houver vínculo amoroso, na visão masculina a mulher tende a assumir sozinha a criação do/a filho/a. Alguns rapazes

---

*metamorfose* (“capacidade de circulação entre os diferentes domínios e situações, sem maiores danos ou custos psicológicos-sociais”) (1994:40,82).

citaram o compromisso com a criança (*“vou tá ali cumprindo com a minha obrigação, mas ela vai pra um lado e eu pro meu né”* - Pedro, 18 anos). Não foi notado qualquer tipo de constrangimento social provocado pela gravidez não planejada. Deve ser considerado que a concepção é um sinal de afirmação da virilidade frente a si mesmo e aos pares e de realização do papel de reprodutor no grupo doméstico<sup>68</sup>.

No universo feminino a interrupção da gravidez significou tristeza, sofrimento, abandono e medo da infertilidade:

*“ele me largou eu tinha 4 meses de gravidez, eu sofri muito com ele, ele me batia, eu grávida apanhava muito”* (Maria, 15 anos)

*“a pessoa vai tirando uma porção de vezes o útero vai ficando fraco, aí quando quiser ter filho mesmo não vai ter”* (Helena, 19 anos)

*“no início eu contei pra ele e ele falou que o filho não era dele, (...) quase sempre o homem não quer o filho mas tem homem que gosta”* (Julia, 15 anos)

Ambos os sexos admitem que uma criança pode unir o casal, todavia observam que ela não garante a continuidade do vínculo conjugal se não houver interesse dos dois: *“acho que gravidez não prende o homem não”* (Teresa, 18 anos); *“tem uns que gostam outros ficam duvidando se o filho é seu”* (José, 15 anos).

Leal e Lewgoy (1995) enriquecem essa discussão ao concluírem que garotas de grupos populares, diante de um sinal como atraso da menstruação, tendem a tomar chás ou remédios abortivos para a regra descer, caso não identifiquem condições familiares, morais e materiais favoráveis à geração de uma criança. As medidas adotadas não são percebidas como abortivas, pois não se chega a reconhecer a gravidez e sim um tipo de desordem; isto é, “sem o reconhecimento

---

<sup>68</sup> Com base numa pesquisa qualitativa entre homens (de 17 a 45 anos) de baixo poder aquisitivo, Villa (1998) analisa dilemas na construção da identidade masculina. Destaca-se a contradição entre o incentivo ao exercício de sexualidade autônoma, que motiva a regulação da fecundidade no momento de constituição da união conjugal e o valor social e cultural da paternidade (papel de reprodutor) no âmbito doméstico. O controle da

social da gestação não há embrião, nem feto e nem ao menos gravidez” (1995:70). O reconhecimento social da gravidez geralmente ocorre quando se avalia a viabilidade de se assumir o projeto de formação de uma nova família.

#### **IV. 3 Roteiros sexuais: o contraste entre os gêneros**

Gagnon (1990) analisa as fontes sociais do processo de aprendizagem da conduta sexual, introduzindo a concepção de cenário sexual. Com base nessa visão, salienta a importância da identificação e compreensão das regras implícitas e explícitas da cultura que estruturam as práticas sexuais e dos elementos objetivos e subjetivos que integram a experiência sexual, como gênero, faixa etária, espaço (localidade), expectativas, sentimentos, relações de poder (dominação), entre outros. A apreensão de tais aspectos, no entanto, impõe uma série de desafios, assinalados por Parker *et al* (1995) e Lhomond (1996).

Com vistas a minimizar as dificuldades impostas pela temática e pelo fato da entrevista ter sido conduzida por uma pessoa “de fora” da comunidade, a aproximação com o universo investigado foi feita através de mediadores da própria comunidade. Os encontros foram realizadas nos locais definidos por eles/as e complementados com observações de contextos de sociabilidade e reuniões com jovens moradores. Procurou-se estabelecer ligações com elementos do espaço “conhecido” (de dentro, familiar), visando alguma identificação com as expressões culturais locais.

Conquanto os/as entrevistados/as tenham manifestado cooperação e interesse - a maioria assinalou a oportunidade de aprender e falar de assuntos da vida sobre os quais eles/elas não têm com quem compartilhar - é interessante registrar a ocorrência de algumas reações de surpresa e constrangimento nas questões sobre sexo. Nos depoimentos acerca da participação na entrevista todas as citações de temas incômodos, embora minoritárias, eram relativas ao sexo. Tal fato sugere que a

---

sexualidade e da reprodução por parte dos homens também entra em conflito com a percepção do poder

ênfase no diálogo e na problematização da sexualidade – presente no discurso moderno sobre direitos sexuais e reprodutivos e (des)igualdade dos gêneros – não é comum nessa realidade.

De qualquer modo, segundo indicam as falas abaixo, observa-se que no encontro foi possível estabelecer algumas conexões relacionadas a representações do sentido de proteção, como confiança para expressar idéias e sentimentos, além de uma associação com laços de vizinhança .

*“as coisas que falei acho que não teria **coragem de falar** com uma pessoa que já conheço há um tempão”* (Otavio, 19 anos)

*“pelo menos a gente tem uma pessoa que faz umas perguntas e eu desabafo, a gente não vai contar isso pra ninguém ... as coisas que eu não pude conversar com ninguém eu conversei contigo”* (Valeria, 17 anos)

*“nunca tive esse tipo de conversa com ninguém”* (Veronica, 14 anos)

*“fez pergunta sem maldade”* (Denise, 13 anos)

*“você foi perguntando as coisas **como se fosse uma pessoa muito minha amiga** e eu fui relaxando, contando e tirando o sufoco de dentro de mim”* (Maria, 15 anos)

Nesse sentido, a despeito das restrições apontadas, as informações obtidas permitiram a apreensão de aspectos da atividade sexual, capazes de orientar reflexões acerca das políticas preventivas e estimular investigações futuras.

### ***Iniciação sexual***

Das dezoito entrevistadas (a maioria de 14 a 18 anos) oito declararam ser virgens; os namoros envolvem beijos, abraços e passeios. Alguns relatos apontaram para a associação da figura masculina com a noção de domínio e iniciativa em relação ao sexo: *“quando a gente namora na casa deles, eles querem mandar na*

---

feminino em relação ao controle da gravidez.

*gente*” (Denise, 13 anos); “*a gente conversa mas ele nunca me forçou, já tem 7 meses que a gente namora*” (Veronica, 14 anos)

Na busca de indicadores que sugerissem características comuns na trajetória deste grupo que o diferenciasse do grupo de meninas com experiência sexual, foi possível identificar alguns pontos semelhantes que se tornaram expressivos quando analisados de maneira integrada. No grupo das sem experiência sexual nota-se um maior controle e preocupação das mães; duas situações exemplificam esta sugestão: ao ser avisada que não poderia participar da entrevista, uma mãe indicou desconforto, comentando “*é segredo, é?*”; outra mãe pediu que eu aconselhasse sua filha e comentasse seus comportamentos e dúvidas após a entrevista.

A permanência na escola se constitui um fator recorrente neste grupo, sendo ilustrada na seguinte fala: “*(...) tem várias garotas que eu conheço de 15 anos, tudo grávida em vez de estar estudando, curtindo a vida*” (Irene, 14 anos). O não envolvimento com o tráfico de drogas, a menor frequência aos bailes e a maior participação em atividades recreativas ligadas ao mundo infantil e ao esporte - como pique, queimado, bicicleta e futebol - foram elementos que também prevaleceram entre as meninas que afirmaram ser virgens.

Não foram observadas diferenças importantes na faixa etária e no desenvolvimento físico do grupo sem e com iniciação sexual, com exceção de uma garota virgem que, além de ter porte miúdo e seios pequenos, tinha o hábito de chupar o dedo. Chama a atenção que a idade da iniciação sexual do grupo pesquisado (prevalece a faixa de 13 a 15 anos) está abaixo da média do país: 16,7 entre os homens e 19,5 entre as mulheres<sup>69</sup>, sugerindo estudos subsequentes capazes de identificar a idade do início da vida sexual nos diferentes grupos sociais.

---

<sup>69</sup>No grupo feminino, a análise por coorte aponta para uma diminuição pequena na idade mediana da iniciação sexual: 18,8 no grupo de 20-24 e 20,7 no grupo de 45-49. Com relação à escolarização, na faixa de 20-24 a idade média da primeira relação do grupo sem nenhuma instrução foi de 15,6 e no grupo com 1 a 3 anos de instrução de 17,9. A idade média entre as mulheres de 20-49 anos sem nenhuma instrução é de 17,6 e com 12 anos ou mais é de 22,4 (BENFAM, 1996:77).

Os argumentos apresentados indicam que tais investigações devem focar a inter-relação entre adiamento do início da vida sexual, estrutura e controle do grupo familiar, local de moradia, escolaridade e espaços de interação social. Ainda que o presente estudo não tenha incluído uma etnografia dos bailes, com base na literatura (Vianna, 1988; Cecchetto, 1997; Souto, 1997; Cunha, 1997) é possível sugerir que o baile<sup>70</sup> enquanto um espaço de convivência e sociabilidade - caracterizado pela ausência da vigilância familiar e da comunidade, pela exposição de coreografias e estéticas corporais e pela grande concentração de jovens - favorece o relacionamento entre os pares e a experimentação sexual.

Vale dizer que o baile foi a atividade de lazer mais citada entre meninos/as com experiência sexual. Conforme mencionado acima entre as moças “virgens” as atividades recreativas, em geral, ocorrem dentro da comunidade. O contato com outros cenários se dá através da escola, que é próxima ao local de moradia. Mesmo que as unidades de ensino estimulem a convivência social, tal espaço também gera uma forma de controle social, “protegendo” da interação com os demais universos. Em suma, o baile representa a esfera da ‘rua’ (descontrole, anonimato, “sexo arriscado”) e se contrapõe à proteção da casa/comunidade (conhecido, familiar, “sexo sem risco”).

Em concordância com essa descrição, sugere-se que a limitada interação com outros espaços sociais da cidade - potencializada pela geografia da favela<sup>71</sup> e a vigilância da rede familiar e de vizinhança - integram fatores de controle do comportamento feminino, que colaboram para o adiamento da iniciação sexual. Tal pressuposto poderia ser enriquecido com investigações posteriores, dentro de uma abordagem comparativa, acerca da experiência sexual e do gênero de jovens que não estão sujeitos a redes pessoais de controle e socialização, como é o caso daqueles

---

<sup>70</sup>Os/as autores/as tendem a destacar as diferenças entre os bailes. Na definição de Cecchetto (1997:99,100) no baile de ‘embate’ há menor controle das brigas; no baile normal a briga é organizada e no baile da comunidade não existe confronto.

<sup>71</sup>Ver comentário de Cunha (1997) sobre visão de moradores de uma favela do subúrbio e outra da zona sul carioca.

que sobrevivem a maior parte do tempo na rua e/ou moram em abrigos. Para complementar essa reflexão, caberia ainda um estudo no campo da sexualidade e das relações de gênero entre jovens de camadas populares que ingressaram no mercado de trabalho da indústria do lazer, tendo em vista que essas atividades têm possibilitado o aumento do padrão de vida e um maior acesso e interação com realidades diferenciadas<sup>72</sup>.

Cabe acrescentar outros aspectos que perpassam a iniciação sexual feminina. Por um lado há valorização do vínculo conjugal e da maternidade, jogo de sedução, desejo e curiosidade (uma menina virgem perguntou: “*Pode acontecer de durante o beijo ficar molhada? Qual o prazer do homem no sexo? Como é a primeira vez?*” e uma cultura de exibição de corpos (jovens desfilam de short colante e bustiê, adolescentes exibem suas barrigas de gravidez, garotos passeiam de calções com o torso nu). Por outro lado existe pouco diálogo, dúvidas, controle familiar, medo da gravidez não planejada e da perda de um bem, a virgindade, que mantém um valor no mercado matrimonial nessa realidade.

Ao analisar a iniciação sexual e amorosa no Brasil e na França, Bozon e Heilborn (1996) salientam que a expressividade corporal brasileira, contraposta à valorização da troca verbal na realidade francesa, insere-se num universo social controlador que tem origem na herança de uma organização relacional e hierárquica da vida social, em que os papéis de gênero são claramente delimitados. Considerando que os contatos físicos conjugais movimentam-se dentro de um sistema social potencialmente rígido, compreende-se porque tais práticas não aceleram a passagem para o ato sexual. Esse ponto de vista oferece uma explicação para a permanência (ainda que tenha havido uma redução) do valor moral e social da virgindade feminina, enquanto uma passagem essencial que leva a mudança no

---

<sup>72</sup>Para uma análise do papel dos movimentos musicais, como os bailes funks, na criação de oportunidades de trabalho e ampliação de alternativas de vida para jovens de comunidades carentes ver Souto (1997). Com relação à realidade de Vigário Geral, vale citar que os jovens integrantes da banda musical local (Banda Afro Reggae), se profissionalizaram e têm feito apresentações dentro e fora do país.

*status* social feminino. Exemplificando essa perspectiva, duas meninas responderam que a virgindade era o que elas tinham de maior valor na vida.

Na trajetória dos rapazes ao invés da virgindade valoriza-se a experiência sexual. De acordo com o argumento proposto por Bozon & Heilborn (1996), nota-se que a iniciação sexual está relacionada à aquisição da masculinidade, isto é, a constituição da identidade masculina se dá através da afirmação da virilidade. Nesse universo, diferente do feminino, a iniciação amorosa conjugal e a aprendizagem sexual são fenômenos distintos, não fazem parte do mesmo calendário, conforme expressa a diferenciação entre a namorada (moça direita, de família) e a “outra” (*safada, vadia, fácil*).

No grupo em estudo apenas dois declararam ser virgens, o mais novo deles com 14 anos e outro com forte adesão ao discurso religioso católico. Para ele o ato sexual deve estar associado ao vínculo amoroso e a sintonia entre corpo e mente e não a pressão social; de preferência o sexo deve ocorrer após o casamento, segundo recomenda a igreja católica, mas ele admite que pode acontecer antes. Ele canta na banda da igreja, não frequenta baile funk e é criticado por ficar dentro de casa. A importância da religião na sua vida aparece em vários momentos da entrevista:

*“antigamente brigava com as pessoas, depois que entrei pra banda da igreja (...) fiquei um pouco mais calmo, até mesmo deixei de xingar palavrão (...) mudei”. (...) Quando Deus achar que eu devo arrumar família e casar, aí eu caso”* (Marcelo, 16 anos)

*“Deus (...) criou tudo, a natureza, o céu, criou o mar, tudo certinho não faltou nada (...) o que interfere no homem é ambição, egoísmo; o que está acontecendo aí fora, negócio de furacão, isso é castigo”* (Marcelo, 16 anos)

A despeito de tais evidências sugerirem uma vinculação entre o adiamento da iniciação sexual e a prática religiosa, tal associação não foi observada entre as meninas.

De acordo com a descrição das meninas que se declaram virgens, nos namoros prevalecem beijos, abraços e passeios. Outras atitudes como carícias dos órgãos genitais, seios e sexo oral não foram citadas, sugerindo que tais práticas seriam posteriores à primeira penetração e não caracterizariam a iniciação sexual. Todavia, nos encontros em grupo os rapazes afirmaram que com a namorada virgem “rolam” carícias e “*sexo nas coxas*”. Na visão deles isso não é sexo, sexo é penetração. A preocupação das garotas com os riscos do “*sexo na coxa*”, dos efeitos do “*remédio pra tirar o neném*” e a perda da virgindade (*Pode transar e continuar com a pelinha?*) indica a presença desses comportamentos e ilustra os conflitos e dúvidas do processo de iniciação sexual feminino, assinalado anteriormente.

### ***Masturbação***

De certa forma não é surpreendente registrar que a masturbação é mais recorrente e aceita entre os homens<sup>73</sup>, seis garotos declararam que praticaram, dois deles, além de duas meninas, continuam a fazer. Houve aqueles que disseram que era uma questão de escolha pessoal (“*quem quer faz*”). Todavia, prevaleceram as visões críticas, nas quais as práticas auto-eróticas eram associadas à necessidade devido a falta ou problema de um/a parceiro/a. Algumas meninas relataram que “*é estranho*”; “*não é legal, por que fazer sozinho se tem uma pessoa que você pode fazer o mesmo?*”. Os comentários masculinos também apontam nessa direção:

*“O cara que faz isso tá com falta de mulher mesmo, ou meio tarado, ou a mulher dele não está satisfazendo ele dentro de casa. Eu acho que não é uma coisa legal”*  
(Alvaro, 18 anos)

---

<sup>73</sup>Informado pela realidade francesa, Bozon (1995) evidenciou que, embora o percentual de mulheres que afirmam masturbar-se é menor que o grupo masculino (42% e 84% respectivamente); houve um aumento significativo dessa prática no grupo feminino ao longo dos anos (19% em 1971 e 71% em 1992). Tal mudança, em parte, decorre das transformações do lugar da mulher na sociedade e do maior diálogo sobre sexualidade. Vale lembrar, todavia, que tais alterações apresentam variações entre grupos sociais da mesma sociedade e de contextos diversos. A percepção do grupo em foco ilustra este ponto de vista.

*“Pô, tem cara que né, pra ele se contentar só fazendo isso mesmo né, porque agredindo não pega bem também, então o cara mesmo só, ele se masturbando mesmo”*. (Pedro, 18 anos)

Convém acrescentar que durante a entrevista coletiva a masturbação foi definida como um ‘recurso’ diante da dificuldade de transar com a namorada, devido à repressão da mãe da menina e/ou receio da moça de ficar com “*fama negativa*”. Com base nos comentários dos rapazes, observa-se que a prática autoerótica é percebida como uma etapa da trajetória masculina relacionada à experimentação do sexo - “*hoje não tem nada a ver, quando era pequeno fazia*, (Antonio, 16 anos); *normalmente com 13, 15 anos, depois que arruma parceiro não faz mais*” (Otavio, 19 anos) – mas, não está relacionada a uma afirmação da virilidade.

De qualquer modo, a maior familiaridade e aceitação dos rapazes em relação à masturbação e uma menor experimentação das moças reflete a aceitação social do exercício sexual masculino de forma mais autônoma, isto é, desvinculada da reprodução e das relações estáveis. As restrições à masturbação indicam que a visão moderna de valorização da descoberta e exploração do prazer sexual individual ou compartilhado para além da penetração - presente no discurso preventivo sobre sexo mais seguro - não tem repercussão nesse universo.

### ***Sexo vaginal, anal e oral***

A primeira relação sexual das meninas - associada pelas mesmas ao coito vaginal, ou melhor, à perda da virgindade - ocorreu em torno dos 14 anos, em geral, com o namorado de uma faixa etária mais alta (por volta dos 20 anos), indicando a relação entre sexo e vínculo amoroso. As motivações inserem-se em contextos diversos (desejo, curiosidade, afirmação frente ao grupo, conflitos familiares). Contudo, parecem ter em comum o valor simbólico de uma passagem para uma nova condição. As falas exemplificam:

*“Ele falava que eu não tinha nada a perder, que eu tinha que tirar minha virgindade. Na hora eu fiquei com medo mas depois o medo passou”*(Valeria, 17 anos);

*“Estava querendo aprender, fazer o que as outras faziam”*(Maria, 15 anos);

*“foi uma situação de revoltamento que eu era moça e minha mãe falava que eu era mulher, aí eu peguei e pratiquei”*(Leticia, 18 anos).

Grande parte sentiu dor ou medo; das dez garotas com experiência sexual, três (duas de 13 e uma de 15) engravidaram na primeira relação, mas “perderam” os bebês<sup>74</sup>. A maioria sabia dos riscos (“*nem pensei*”, “*confiava nele*”) mas apenas uma usou preservativo. Na iniciação sexual dos meninos prevaleceu o ocasional e o inesperado (“*rolou um clima*”, desejo, convite, “*salada mista*”<sup>75</sup>, curiosidade), ocorrendo por volta dos 13 anos com a namorada, colega ou caso. Em contraste com a realidade feminina, nesse universo o vínculo amoroso foi menos relevante. Nenhum deles usou qualquer método.

Pesquisas no campo da prevenção da AIDS dirigidas a jovens brasileiros (Santos, 1992; Mércan-Hamann, 1996; Paiva, 1996), somadas ao número de casos de AIDS e de gravidez precoce sugerem a baixa frequência do uso regular de camisinha entre adolescentes<sup>76</sup>. O Ministério da Saúde (1996) divulgou que 23,44%

---

<sup>74</sup>Segundo Camarano “uma das conseqüências da gravidez na adolescência constantemente apontada na literatura é a mortalidade infantil”(1998:125).

<sup>75</sup> Salada mista é uma brincadeira de sorteio na qual cada fruta (pêra, uva, maçã) corresponde a uma situação (beijo no rosto, abraço e aperto de mão), sendo que a *salada mista* é beijo na boca.

<sup>76</sup> O estudo de Santos (1992) com 420 estudantes cariocas de duas realidades socio-econômica diferentes, evidenciou que 53.6% dos alunos já tinham tido relação sexual aos 16 anos, sendo que a idade média dos meninos (12,9) foi menor do que a das meninas (14,2). Uma pesquisa realizada no final de 1994, em Paranoá no Distrito Federal (Projeto Multissensorial Integrado de Educação em população, sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência, 1996), com 895 estudantes de 10 a 19 anos (a maioria do 1º grau), indicou que 30.38% discorda que uma mulher pode ficar grávida na primeira relação sexual e 20.22% afirmou não saber; 27.26% revelou já terem tido atividade sexual, destes 58,23% foi com o marido e 32.25% com o/a namorado/a. Entre as jovens de 15 a 19 anos que revelaram ter atividade sexual, 68% do total de 75 já haviam engravidado. A primeira gravidez ocorreu aos 16 anos em 33.33% dos casos e aos 15 em 25.49%.

dos 2.821.211 partos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 1995, foram feitos em gestantes faixa de 15-19 anos<sup>77</sup>.

As respostas às questões “O que é sexo? Você já fez sexo? Como e quando foi a sua 1ª vez?” revelam que para os/as jovens a iniciação sexual está relacionada ao primeiro coito vaginal e que o conceito de sexo está associado à penetração. A pergunta “Que tipo de sexo você faz?” indica o predomínio do sexo vaginal denominado de “comum”, “normal”<sup>78</sup>, “pela frente”, “cobra com aranha”; “vaginal”, “na vagina”. A expressão “vaginal” ou “na vagina” e as denominações dos órgãos genitais<sup>79</sup> (vagina e pênis foram os mais citados) indica a presença da terminologia científica (médica). Além disso, sugere uma diferenciação em relação as demais práticas sexuais (sexo oral e anal) seja em termos da negação das mesmas ou da ampliação de opções nesse campo.

Os meninos admitem um repertório sexual mais amplo do que as meninas. Dentre as variações aparece o sexo oral (apontado por alguns como a prática sexual preferida) e combinações de ações diversas. Frente à não caracterização das mesmas (“*pratico todos os tipos*” (Leticia, 18 anos); “*faço tudo com mulé*” (João, 19 anos); “*tudo, não tenho preferência*” (Vitor, 16 anos) não foi possível averiguar quais as práticas sexuais referidas.

O sexo anal foi citado por uma minoria. Uma menina (Teresa, 18 anos) disse que tentou mas não gostou. Para um rapaz “*depende da mulé (...) a vontade tem que ser dela, ela que tem que falar*” (Mauricio, 15 anos). Com base nessa afirmação pode-se supor que o sexo anal é um sexo especial, que depende de uma negociação com a mulher. Os demais relatos o associam à “nojeira” e sexo com mulher “vadia”:

<sup>77</sup>Camarano (1998:124,125), informada por dados de 1986, revela que dentre as razões alegadas por jovens brasileiras para o não uso de métodos na primeira relação foi observado que mais de 40% declarou não esperar ter relações naquele momento; cerca de 30% afirmou desconhecer métodos e 6% alegou desejo de ter filhos.

<sup>78</sup>Para um menino “*normal é quando a menina aceita fazer o que os dois querem*”, sugerindo referências ou experiências relacionadas à imposição do parceiro masculino.

<sup>79</sup> Em menor proporção apareceu xereca, xoxota, xana, cocota, urina, caixinha, Braulio, peru; duas meninas não quiseram falar e um menino disse “*como dizem os livros*”.

*“Pru homem não é muito bom não, agora pra mulher é bom (...) a mulher fazer no homem né. (...) o contrário é nojento”* (Pedro, 18 anos)<sup>80</sup>

Todos afirmaram que tiveram experiências heterossexuais, não havendo relatos de homoerotismo. As opiniões acerca da homossexualidade<sup>81</sup> apontam para duas vertentes opostas: 1) uma, contrária à discriminação, centrada no direito das escolhas e gostos pessoais: *“cada um sabe de si”*; *“faz o que quer da vida”*, *“tem seu gosto”*; 2) outra, crítica, mais comum entre as mulheres, na qual predomina a concepção de desvio e pecado: *“esquisito”*; *“nojento”*; *“sem vergonhice”*; *“errado, Deus fez o homem para a mulher”*. Há registros de uma menor tolerância com as mulheres que transam com mulheres. Tais opiniões revelam visões ambíguas da homossexualidade: está longe da experiência pessoal dos jovens, mas presente no cotidiano deles através do contato com conhecidos, amigos ou familiares; é algo estranho mas, ao mesmo tempo, deve ser tolerado em respeito às escolhas individuais<sup>82</sup>.

Segundo um líder comunitário de 29 anos na sua época era comum os meninos se iniciarem sexualmente com *gays* e profissionais do sexo, apesar de seus amigos muitas vezes não admitirem. A ausência dessa situação nas entrevistas pode ter ocorrido pelo constrangimento decorrente do preconceito social em torno do tema e/ou pelo aumento da aceitação social do sexo entre adolescentes e da forte associação entre homossexualidade e transmissão do vírus da AIDS.

---

<sup>80</sup>Tal frase sugere que, para alguns, o sexo pode significar a penetração ou a felação. Complementando, de acordo com os dados do estudo de Paiva (1996), 81% dos estudantes do 1º grau da rede pública do sexo feminino nunca tinham praticado sexo anal, entre as universitárias da USP o percentual caía para 52,1. No universo dos homens tal diferença opõe-se, o sexo anal não foi praticado por 59,1% dos universitários e por 39,6% dos alunos do 1º grau. Tais dados podem sugerir que o sexo anal é menos praticado por mulheres de camadas populares.

<sup>81</sup>Um levantamento com 602 estudantes (a maioria do 1º grau) da rede pública de quatro municípios brasileiros revelou que os adjetivos mais citados para caracterizar pessoas que preferem ter relações com pessoas do mesmo sexo foram corajosas (45%), infelizes (37,5%) e loucas (35,1%) (Monteiro, 1995). Tais dados sugerem que as práticas homossexuais são vistas como um enfrentamento da ordem social e sinal de descontentamento e desequilíbrio, refletindo a noção de desvio.

<sup>82</sup>Os trabalhos de Costa (1992) e Parker (1989) fornecem contribuições relevantes sobre compreensão das concepções e práticas homoeróticas.

Embora grande parte do grupo pesquisado tenha ressaltado a importância da camisinha na prevenção de doenças e da gravidez não planejada e praticamente todos sabiam onde conseguir o preservativo gratuitamente, apenas uma minoria afirma usar com regularidade. No capítulo seguinte será apresentada uma discussão sobre a lógica do uso e do não uso do preservativo.

As diferenças entre os gêneros ficam evidenciadas no maior repertório sexual dos homens e no maior número de parceiros. As meninas afirmam que fazem sexo com o namorado/marido em média duas vezes por semana (há práticas [quase] diárias, principalmente entre as casadas); os meninos comentam que transam com parceiras diversas (namorada, “*outras*”, “*biscate*”) com frequências variadas, de um a todos os dias da semana.

A iniciativa, em geral, é do homem. Não obstante a grande maioria afirmar que os/as meninos/as têm o direito de dizer não na prática sexual, os relatos confirmam o papel do homem como protagonista, sempre disposto e interessado em sexo. Para algumas moças os homens não têm controle, são instintivos e têm mais apetite sexual. No universo masculino há concordâncias quanto a este ponto de vista, condenação da expressão do desejo sexual feminino e afirmação da dominação masculina (o homem é visto como o provedor, aquele que “*banca*”, o dono, o que tem poder). O relato de Pedro, 18 anos, é ilustrativo:

*“Pô, mentalidade de homem é botar filho no mundo e sempre tá ali com a obrigação dele trabalhando pra poder sustentar. A mentalidade da mulher não, a mentalidade da mulher é ficar em casa né, tomando conta do filho, fazendo comida, lavando, passando (...) tem mulher que tenta fazer o que o homem faz aí acaba virando sapatão (...) quando eu falo quero, tem que ser o que eu quero né. Porque se for a pessoa que eu tô ali, que eu sempre tô **bancando**, então **tem que ser o que eu quero** né (...) Então se aquilo é nosso, aquilo tem que continuar sendo nosso”.*

Contudo, um deles argumentou que “*mulher tem mais vontade*”(João, 19 anos); outro questionou o peso do reconhecimento do apetite sexual masculino

devido às cobranças de desempenho e disponibilidade constante. Alvaro, de 18 anos, esclarece:

*“O homem é mais assediado que a mulher, a mulher consegue se controlar, quando ela quer dizer não ela diz e o homem não, sempre tem que dizer sim, aquela situação de machismo. (...) se o homem fala que não tá a fim a mulher já acha que ele tá com outra na rua”*

As descrições das características dos gêneros ilustram a presença da perspectiva hierárquica na percepção do grupo. Para as garotas, os homens são “safados”, “imediatistas”, gostam de briga, têm mais liberdade e devem trabalhar. Em contraposição, as mulheres são definidas como “sofredoras”, “esforçadas”, “possessivas”, “medrosas”, “lentas” e pertencentes ao mundo doméstico. A classificação dos garotos reafirma esta visão. Essas opiniões se refletem na educação familiar, ambos os sexos admitem que a menina é mais controlada e “presa” enquanto os meninos são mais livres e “soltos”. A gravidez precoce dissociada da vida conjugal é uma das razões para o controle feminino. Um rapaz declarou:

*“[com] os meninos os pais não têm tanta dor de cabeça de pegar barriga, já as meninas podem arrumar namorado que não presta” (Alvaro, 18 anos)*

Em seu estudo com mulheres de baixo poder aquisitivo, Guimarães (1996) oferece um ponto de vista complementar, argumentando que a sexualidade neste universo se insere no modelo da hierarquia e reciprocidade do meio familiar. Dessa forma, diferencia-se dos valores do modelo individualista moderno que informam a sexualidade das camadas sociais médias. Nas suas palavras: “é o valor atribuído a família que constitui a referência axial da identidade da mulher, bem como norteia a ética e moralidade que lhe é própria (1996:296)”<sup>83</sup>. No ideário moderno a

---

<sup>83</sup>A autora identifica a influência do modelo hierárquico assimétrico (no qual os atributos masculinos são associados à noção de positividade/atividade e os femininos à negatividade/passividade), contudo destaca que as representações sobre práticas sexuais e doenças da população investigada devem ser interpretadas de forma integrada com os demais sistemas culturais, como o modelo médico higiênico do séc. XIX.

sexualidade não está subordinada ao sistema de gênero; ela possui um valor em si, fenômeno conectado com a dada concepção moderna de indivíduo, que sustenta a igualdade e simetria dos sexos (Fry, 1982).

Com base nos dados das trajetórias do grupo pesquisado apresentados até então foi possível identificar ligações de densidade simbólica nas quais o valor da proteção do universo masculino se conecta com o trabalho no âmbito público, sustento financeiro, força física e bélica; enquanto as expectativas sociais em relação ao mundo feminino referem-se aos cuidados com os filhos, o esteio moral e a ocupação e organização do espaço doméstico.

No terreno das manifestações sexuais o sentido de proteção apoia-se na lógica das esferas de significação da ‘casa’ e da ‘rua’. Os laços de parentesco e vizinhança (“conhecido”) acionam a percepção de segurança e confiança, justificando a prática sexual desprotegida. Em oposição, o estranho à comunidade (“desconhecido”) representa o perigo e o sexo arriscado, estimulando a adoção de práticas preventivas. Isso significa dizer que o “familiar tende a proteger”, enquanto que o “de fora” é percebido como ameaçador.

Foi observado que os núcleos simbólicos de proteção do grupo estudado estão ancorados nas condições materiais e nas representações e práticas, configuradoras das relações de gênero e sexualidade, tais como: a força moral, econômica e bélica do poder ilegal, a deficiência do poder público e a divisão tradicional dos atributos femininos e masculinos. Com intuito de aprofundar a discussão sobre a caracterização de um sistema cultural de proteção, no próximo capítulo será analisada a percepção dos jovens em foco relativa aos cuidados de saúde, em especial a prevenção do HIV e às ameaças do dia a dia.

## **Capítulo V:**

### **A LÓGICA DA PROTEÇÃO**

Nesse capítulo focaliza-se a conformação de um sistema cultural de proteção, mediante o exame da percepção dos/as jovens relativa aos cuidados de saúde, em particular a prevenção do HIV. Tem-se a intenção de caracterizar as esferas de significação, modeladoras do significado e práticas de proteção no contexto pesquisado, bem como verificar a dinâmica de sua lógica. Essa abordagem está informada pela proposição da existência de uma lógica de proteção que aglutina núcleos simbólicos diversos em relação à saúde e aos perigos do dia a dia, isto é, certas representações articulam o sentido de proteção.

Considerando o pressuposto de que as representações e as práticas são formadas e atualizadas pelas condições materiais e simbólicas de existência, as análises apresentadas a seguir serão norteadas pela indagação das conseqüências do perfil relacional da sociedade brasileira (DaMatta, 1991) e da presença do ideário holista nas camadas populares (Duarte, 1988) na construção do sentido de proteção do grupo pesquisado.

A discussão foi organizada em quatro tópicos. O primeiro analisa o processo de internalização e reprodução do modo de vida e a “naturalização” das práticas acerca de cuidados com a saúde. O segundo apresenta um desdobramento desse ponto de vista a partir das opiniões e práticas do grupo em relação à AIDS. Trata-se de uma análise de por que essa epidemia é percebida como a doença mais ameaçadora a despeito da grande maioria afirmar não conviver com a realidade da mesma. O terceiro tópico se debruça sobre a falta de convergência entre o discurso referente à prática preventiva (para a maioria a camisinha protege contra a AIDS) e os comportamentos adotados, já que apenas uma minoria afirma usar o preservativo regularmente. No quarto item é priorizada a análise das noções de proteção adotadas diante de situações ameaçadoras decorrentes da moradia nessa comunidade e da

trajetória de vida do grupo com vistas a estabelecer nexos entre a lógica das diversas práticas sobre cuidados com a saúde e a vida.

### **V.1 Concepções acerca dos cuidados com a saúde**

A literatura acerca das construções metafóricas criadas em torno de algumas doenças - os casos da tuberculose, câncer, sífilis (Carrara, 1996) e da AIDS (Sontag, 1989) são exemplares - tem demonstrado em que medida tais representações orientam o modo de vida das pessoas doentes e os comportamentos preventivos adotados pela população em geral. As informações oriundas do discurso científico sobre a transmissão e os agravos provocados por uma doença constituem apenas uma parcela do conteúdo das representações que modelam a percepção da gravidade e as ações de cuidado. As atitudes de prevenção são informadas por narrativas e metáforas que assimilam certos males a outros, bem como a características morais da pessoa doente e constituem igualmente a “realidade” da doença para os diferentes grupos sociais. A condição de acesso a informações precisas, o capital cultural disponível para a compreensão das mesmas e a possibilidade do uso de serviços médicos conformam as atitudes diante do fenômeno.

Com a intenção de identificar as visões do grupo em foco sobre os cuidados de saúde foram introduzidas as seguintes questões: “Como você sabe que está doente? Qual foi a última vez que você ficou doente? Como você se tratou?” As respostas demonstram que a percepção dos problemas de saúde do grupo relaciona-se com o aparecimento de algum incômodo como fraqueza, sonolência, dor de cabeça, inapetência ou perda de peso. Observa-se que a preocupação com a saúde tende a estar associada às manifestações de desconforto ou sensações diferentes das habituais. Na busca do alívio do sintoma recorre-se tanto a remédios e consultas com profissionais de saúde quanto a simpatias, chás e promessas. Assim tanto o aparato do tratamento médico como aquele associado aos sistemas alternativos de cura são acionados.

O trabalho de Loyola (1984) sobre a existência de uma medicina popular entre segmentos de baixo poder aquisitivo - uma espécie de sistema paralelo de saúde - revelou expressões culturais diferenciadas do modelo dominante. Tal estudo trouxe uma importante contribuição para a discussão das representações e práticas de saúde dos variados setores das sociedades contemporâneas e suas conexões com as estruturas sociais, devedora do clássico trabalho de Boltanski (1979) junto à população francesa.

A coexistência de distintos sistemas de cura nas sociedades modernas foi analisada por Ropa e Duarte (1985). Ao questionarem o modelo de atendimento psiquiátrico psicológico junto às classes trabalhadoras, os autores concluíram que a eficácia do sistema de dominação não elimina manifestações culturais próprias dessas classes, expressas por práticas alternativas. A presença nas sociedades modernas de diversos sistemas simbólicos, complementares e eventualmente excludentes, faz com o sujeito se vincule a uma visão de mundo, compartilhada por um grupo específico, que irá orientá-lo e lhe servir de referência<sup>84</sup>. A adesão a um sistema simbólico não implica a ausência de conflitos, mudanças e “convívio com sistemas alternativos”. Segundo os autores um modelo terapêutico só será eficaz se for coerente com a visão de mundo do “paciente”.

Dando continuidade à descrição da percepção do grupo sobre as doenças, cabe mencionar as respostas para a “questão qual foi a última vez que você ficou doente”. Os jovens indicaram a recorrência de resfriados e gripes, seguidos da “*dor de estômago*”, dengue, pneumonia e rubéola. Tais males conjugados com bronquite, diarreia, gonorréia, catapora e dor de dente<sup>85</sup> também foram citados nas respostas da pergunta: quais as doenças mais comuns (visíveis) na comunidade.

---

<sup>84</sup>Vale lembrar que o critério de vinculação a um sistema não é "claramente refletido e voluntário". Este associa-se às “características sociais do sistema” (posição na sociedade, divulgação e poder social) e às “características do sujeito” (cultura e classe de origem) (Ropa e Duarte, 1985).

<sup>85</sup>Em menor proporção também foram citadas cólera, cachumba, sarampo, hepatite, alcoolismo, dor na coluna, problema cardíaco, leptospirose; “nervoso”, “doença de pele”.

Um levantamento nos postos de saúde e hospitais próximos à favela e um estudo das crenças e práticas populares<sup>86</sup> no campo da saúde e doença forneceriam um quadro mais completo da percepção, diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde da localidade do ponto de vista médico e dos moradores. Tal tarefa, contudo, implicaria uma investigação que foge ao escopo deste estudo. De qualquer modo, a descrição da ocorrência de infecções viróticas e de parasitoses coincide, em termos epidemiológicos, com as características do contexto pesquisado no que se refere à faixa etária e às condições sociais, econômicas e ambientais; isto é, os males apontados são esperados em populações com o perfil semelhante ao do grupo em foco conforme a perspectiva médica dominante<sup>87</sup>.

Os/as entrevistados/as, em geral, afirmam não adotar cuidados específicos para se prevenir das doenças referidas; mesmo as poucas precauções descritas - como não pegar sereno ou poeira - não são levadas em conta. Um dançarino de *break* falou que pratica esporte pois “*se relaxar surge a fraqueza e a doença*”; outro menino se protege das doenças indo ao médico. Uma menina afirma ser possível fazer sexo com prazer mas sem risco “*deixando o corpo em dia, [indo] ao médico, saber como tá o corpo*”. Contudo, ela se declara virgem e não tem o costume de procurar profissionais de saúde. Apesar da entrevista não aprofundar os cuidados com a manutenção da saúde<sup>88</sup>, notou-se ao longo dos relatos, inclusive nas discussões sobre as ameaças do dia a dia, poucas referências a essa questão.

---

<sup>86</sup> Para uma discussão sobre práticas populares em saúde entre estudantes e professores da rede pública de ensino no Rio de Janeiro, ver Sousa *et al* (1998).

<sup>87</sup> A análise de Travassos e Lebrão (1998) sobre morbidade hospitalar oferece um panorama da realidade nacional - mesmo que parcial, pois não inclui as informações hospitalares - das doenças mais recorrentes nessa faixa etária.

<sup>88</sup> A conexão entre saúde, práticas desportivas e controle médico foi registrada num levantamento com 96 alunos/as de escolas públicas no Rio de Janeiro sobre a concepção de saúde (Otero & Fازه, 1997). Um terço das respostas dos estudantes relaciona saúde com higiene geral ou corporal e 22,9% à ausência ou prevenção de doenças. Constatou-se uma associação importante (76,4% das respostas) entre cuidados de saúde e controle alimentar, higiene e atividades físicas, sugerindo que a concepção da manutenção da saúde articula-se, na maioria das vezes, às ações individuais. Ao entrevistar adultos norte americanos, Harris & Guten (1979) também identificam nas atividades cotidianas de proteção da saúde a predominância de ações pessoais (cuidados com a nutrição, exercícios físicos ou recreativos, higiene pessoal, entre outros) ao invés de contatos com profissionais dos serviços de saúde. Não obstante as diferenças dos universos citados (Rio de Janeiro e EUA) e do pouco detalhamento da análise, pode-se inferir que a ênfase no controle alimentar e na atividade

No grupo estudado não foi observada a predominância de uma preocupação ou atenção especial com o corpo, ou seja, a percepção da saúde como um bem. Segundo os relatos, o cuidado com a saúde tende a se manifestar mediante o aparecimento de algum incômodo e não da adoção de práticas preventivas particulares. Tais considerações objetivam ressaltar que os comportamentos preventivos resultam da internalização e reprodução de concepções, nos remetendo para a importância da identificação dos sistemas culturais orientadores da lógica das ações e da contextualização da fala na compreensão das representações e práticas.

Deve-se considerar que os comportamentos do dia a dia, inclusive no campo da saúde, são percebidos como “naturais” (Williams, 1995). Na grande maioria das vezes as ações não resultam de um planejamento racional, elas refletem a reprodução de comportamentos aprendidos e internalizados, conforme sugere o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (1994a). Assim as variações do significado social das práticas de saúde e doença nas diferentes classes sociais e do processo de “naturalização” das escolhas e preferências dos indivíduos na vida cotidiana podem ser melhor compreendidas.

Se o comportamento rotineiro, em geral, é percebido como uma forma natural de sentir, pensar, agir e se localizar no mundo, é preciso investigar a lógica das práticas para avaliar as possíveis alterações e/ou adequação das mesmas, visando a adoção de ações de proteção. Este olhar problematiza a eficácia do individual e racional das práticas e permite assinalar as limitações das políticas preventivas centradas apenas na responsabilidade dos sujeitos.

Observa-se que os agravos experimentados pelo grupo são percebidos como situações transitórias, reversíveis, que não geram sentido de ameaça e não estimulam cuidados específicos. Convém ressaltar que a pouca preocupação com situações de risco nesse período etário deve levar em conta que a morte está mais distanciada dos jovens devido ao ciclo biológico. Não foi notada uma associação entre os problemas

---

física ilustram a dimensão estética e higiênica dos cuidados com a saúde por meio do controle individual do

de saúde dos/as entrevistados/as e as práticas voltadas para a evitação ou prevenção dos mesmos. Os males identificados (resfriado, “*dor de estômago*”, pneumonia, dengue) promovem algum tipo de alteração no cotidiano (“*fico mole*”, “*fraco*”, “*não como*”), no entanto, não trazem mudanças significativas nas trajetórias de vida. Tratadas por meio de remédios e chás, tais doenças não promovem transformações visíveis (como rápido emagrecimento, perda de cabelo, manchas<sup>89</sup>...), capazes de despertar reações de repulsa e isolamento social, como as marcas de certos estágios de determinadas doenças como a hanseníase ou a AIDS. Quer dizer, os agravos sofridos pelo grupo não imprimiram uma marca física e moral, apreensível pelo olhar do outro, capaz de estabelecer uma diferenciação entre a pessoa doente e a pessoa “sadia”, que como salienta Goffman (1982) é o suporte físico para o processo de estigmatização<sup>90</sup>.

As experiências e cuidados do grupo frente a situações de adoecimento, somados às representações sobre a infecção do HIV - sofrimento, discriminação, isolamento, morte lenta e desfiguração (“*fica magro*”; “*perde os cabelos*”) - fornecem pistas para se compreender por que a AIDS<sup>91</sup> aparece como a doença mais ameaçadora, embora a grande maioria do grupo tenha afirmado não conviver com a síndrome em termos pessoais, sociais ou de visibilidade na comunidade. Considerando que eles não conhecem casos concretos de pessoas que integrem suas redes de sociabilidade, supõe-se que tais visões da epidemia estão relacionadas com as representações divulgadas pela mídia<sup>92</sup>. Uma das implicações dessa percepção para as práticas preventivas será discutida no próximo item, a partir dos dados sobre

---

corpo (Brandt, 1993).

<sup>89</sup>É interessante notar que os problemas de pele (relativamente discretos) observados nos moradores, não pareciam chamar a atenção das pessoas devido, provavelmente, à frequência e aos valores sociais naquele contexto.

<sup>90</sup>Diversos estudos têm abordado as implicações do estigma social da AIDS. Os trabalhos de Seffner (1995) e Knauth, (1995), comentados no capítulo 1, exemplificam essa perspectiva.

<sup>91</sup>Em proporções menores também foram citadas outras doenças associadas a estigmas como câncer e tuberculose.

<sup>92</sup> Sobre a abordagem da AIDS pela mídia ver Carrara & Moraes (1986); Wellings (1988); Herzlich (1989); Galvão (1992)

o uso do principal meio de prevenção no caso transmissão via relação sexual, a camisinha.

## V.2 Preservativo: a lógica do (não) uso

Grande parte do grupo pesquisado ressaltou a importância da camisinha na prevenção de doenças e da gravidez não planejada e quase todos sabiam onde conseguir o preservativo gratuitamente, disponível numa organização local. Todavia, as respostas revelam que apenas uma minoria (4 em 22, uma moça e três rapazes) afirma usar sempre<sup>93</sup>. Em suma, apesar de boa parte concordar que sexo sem risco é sexo com camisinha, poucos fazem uso do preservativo com regularidade. As razões são diversas, além do desconforto e do incômodo, eles/as alegam confiar no/a parceiro/a “conhecido/a” e/ou nas relações estáveis com vínculo amoroso. Colaboram ainda para o não uso dois outros fatores: 1) a percepção de que sexo necessariamente implica risco; 2) o valor simbólico da maternidade, particularmente entre as mulheres, traduzidos no desejo feminino de engravidar e as construções em torno da noção de infertilidade.

No universo feminino nota-se que o não uso do preservativo guarda relação com o valor da gravidez enquanto um bem simbólico. Nos casos em que há o desejo, explícito ou não, da maternidade e/ou uma percepção da dificuldade de engravidar (“*pegar filho*”) não se adota nenhum método. A fala a seguir é ilustrativa:

*“Eu achava que nunca eu ia ter filho, porque nunca peguei filho com meu marido. Só descobri que estava grávida com 5 meses de gravidez, estava engordando, aí que fui saber (...) Porque eu achava que eu era muito nervosa. Alguém te disse isso? Não, ninguém, eu sabia que era uma pessoa muito **nervosa**, era **agressiva**”*(Helena, 19 anos)<sup>94</sup>

<sup>93</sup>A literatura citada no capítulo 4 (Santos, 1992; Mércan-Hamann, 1996; Paiva, 1996) indica a falta de regularidade no uso do preservativo entre adolescentes.

<sup>94</sup>A categoria “nervoso” possui no âmbito da cultura das classes trabalhadoras urbanas um sentido de perturbação do regime ideal de funcionamento da pessoa seja no seu corpo ou no modo de travar relações sociais. Nesse trecho agrega-se ainda que o “nervoso” era corroborado por um atributo não compatível ao gênero feminino: a agressividade (Duarte, 1988). Essa inadequação de gênero sustenta a crença de não pegar filho.

O número de gravidezes nesse pequeno universo confirma esse ponto de vista. Das dez garotas com atividade sexual, quatro estavam grávidas, uma já é mãe e duas perderam seus bebês; ou seja, das dez, sete experimentaram a concepção. As parceiras (antigas e atuais) de 6 dos 12 rapazes com experiência sexual também engravidaram. Isso resultou no fato de um já ser pai, outro estar em vias de ser e as ex-namoradas de cinco terem tido abortos espontâneos ou provocados. A idealização da maternidade e da paternidade exprime o seu valor simbólico, contribuindo para a compreensão da recorrência dessas situações nas vidas das entrevistadas. Para todos/as eles/as os filhos têm um significado muito positivo (“alegria”, “paz”, “doação”, união, continuidade) e representam a esperança de realizar seus ideais de vida. Entre as mulheres o filho adquire um peso diferenciado, ainda maior, pois se confunde com a própria vida (“*é tudo pra mim*”- Helena, 19 anos), além de ser uma companhia capaz de evitar a solidão<sup>95</sup>.

Constata-se portanto, que para o grupo o preservativo está associado à proteção da gravidez e de doenças, mas há restrições à utilização desse método que revelam semelhanças e singularidades de gênero. Respondentes de ambos sexos assinalaram a opção pelo uso da pílula nos relacionamentos estáveis devido à confiança no/a namorado/a e em razão da preferência pela não diminuição do prazer: “*se ela pedir eu uso (...), mas eu prefiro sem*” (José, 15 anos); “*não achei legal*” (David, 16 anos); “*É melhor sem*” (Liliane, 13 anos). Em menor proporção, foi registrada uma certa repulsa à camisinha (“*Acho esquisito, cheio de óleo*” - Valeria, 17 anos) e dúvidas sobre sua eficácia: “*não é muito seguro*” (Monica, 16 anos); “*dizem que não protege muito*” (Marcelo, 16 anos).

A percepção do sexo como uma atividade que sempre envolve risco foi observada nos depoimentos sobre o que é arriscado de fazer mas é gostoso. A prática sexual predominou nas respostas do grupo; alguns especificaram sexo sem

---

<sup>95</sup> Ver Salem (1981:85-89)

camisinha ou com parceira desconhecida. Ir ao baile, namorar na rua, escondido ou com a namorada dos outros também é considerado um risco gostoso.

Para os meninos, o principal risco do sexo com parceiras “conhecidas” é a gravidez. No entanto, a concepção contém uma dimensão positiva relativa à afirmação da virilidade. Além disso, apresenta-se como passível de ser revertida através do aborto ou da não assunção da paternidade, podendo também ser evitada por meio do uso da pílula. Com a “desconhecida” existe a preocupação com a doença (“*doença já é um problema não tem jeito de tirar*”- David, 16 anos), sendo mais comum o uso do preservativo. O relato “*não tem jeito de tirar*” sugere uma hierarquia de riscos e evidencia como a gravidez da parceira é de certo modo um problema relativamente exterior ao rapaz.

Deve ser notado que a percepção do preservativo como algo desconfortável que diminui o prazer, somada à resistência ao uso por parte da/o parceira/o, levam a freqüentes avaliações sobre uma hierarquia/gradiente de risco conforme o contexto. De acordo com os meninos, diante de algumas situações (falta da camisinha, problema na negociação) eles cedem e não utilizam (“*tento convencer, se eu não conseguir vai sem*”- Vitor, 16 anos); mas, em certos casos eles não abrem mão do uso. João, de 19 anos, diz que no baile funk “*a gente não sabe como é as coisas, aí usa (...) se (a menina) não quiser não faz, ela pode estar contaminada*”. Entre as meninas, vale destacar a escassez de diálogo sobre o uso da camisinha e a prevalência da visão masculina.

“(…) *Eu tinha falado com ele para ele usar camisinha e ele não quis, aí eu engravidei*” (Julia, 19 anos).

“*Tenho medo, mas não uso (camisinha). Não dá prazer e meu namorado acha que é ruim também, aí eu corro o risco*” (Maria, 15 anos)

Nota-se que o (não) uso do preservativo é definido em função da percepção que se tem do parceiro/a. Tendencialmente usa-se a camisinha nos relacionamentos

ocasionais (“*biscates*”) e/ou com pessoas desconhecidas que não geram confiança. “Conhecer” é saber onde mora, com quem anda, com quem saiu e qual a família. A lógica que aproxima o conhecido/familiar da noção de proteção e vincula o desconhecido/estranho a uma perspectiva ameaçadora pode ser entendida a partir da interpretação de DaMatta (1991) para a sociedade brasileira, organizada nas categorias sociológicas ‘casa’, ‘outro mundo’ e ‘rua’. Segundo o autor tais categorias não expressam apenas:

“espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados (...) capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. (1991:17)

De acordo com o antropólogo brasileiro as visões de mundo e a ética das pessoas tendem a ser diferenciadas e complementares nos espaços da ‘casa’, da ‘rua’ e do ‘outro mundo’ (universo do sobrenatural, dos mortos), tendo em vista a especificidade do significado social de cada um. O universo da ‘casa’ vincula-se ao *locus* das relações afetivas e amorosas, da harmonia, hospitalidade, calma e segurança. Em contraposição, a ‘rua’ é associada a individualidade, indiferença, anonimato, luta, trabalho, perigo, movimento, malandragem e imposição legal. Tais noções se aproximam das concepções/explicações causais de doenças/epidemias como algo desconhecido, que vem de fora, ameaçador, capaz de provocar o caos e a desordem social<sup>96</sup>, descritas no capítulo 1.

No ‘outro mundo’ predominam as noções de eternidade, conciliação, relatividade e igualdade moral. Apesar de serem contrastivas e opostas, tais categorias apresentam uma dinâmica relacional, expressa por variações, combinações e contextualizações, por vezes, totalizantes. Nas palavras do autor, dependendo da situação, “preferimos *englobar a rua na casa*, tratando a sociedade brasileira como se fosse uma grande família (...)” (1991:20).

Segundo essa visão, o sistema de combinação das três esferas de significação (‘casa’, ‘rua’ e ‘outro mundo’), ordenador da organização social brasileira, apresenta propriedades relacionais pois é capaz de contemplar éticas sociais diversas de forma complementar. Essa perspectiva se contrapõe à das sociedades orientadas por uma ética, resultante de uma ‘revolução individualista’, na qual o valor não está nas relações (na pessoa) e sim no cidadão (indivíduo)<sup>97</sup>. Embora afirme que na teoria não exista hegemonia entre os três códigos descritos, DaMatta reconhece que na prática as camadas populares “tendem a usar como fonte para sua visão de mundo a linguagem da casa” (1991:54). Essa perspectiva aproxima-se da análise de Duarte (1988) referente à presença do ideário holista centrado no valor das relações pessoais e familiares nas classes trabalhadoras. Apesar das abordagens dos autores apresentarem singularidades, ambos analisam as implicações do perfil tradicional do universo brasileiro e as repercussões do ideário individualista nessa realidade e, dessa forma, fornecem subsídios para a interpretação das práticas sociais nesses segmentos.

Os argumentos masculinos acerca do universo feminino revelam em que medida o sistema de relações pessoais, centrado no valor pessoa (presente no mundo da ‘casa’) e contraposto às leis impessoais, universais e racionais (característico do universo da ‘rua’), pode ser identificado na lógica da proteção do grupo em estudo. De acordo com a perspectiva masculina, as mulheres pertencem a categorias distintas - *mulher da casa* (namorada, moça de família, *quieta*) e a *mulher da rua* (profissionais; vadias, *biscate*, *safada*). Essa classificação orienta as práticas adotadas pelos garotos. Um dos entrevistados ilustra bem essa visão:

“(...) *dependendo da parceira, se for uma garota que eu nem conheço eu coloco[o preservativo], se não eu vou sem. Se você sabe que a garota é **mais quieta, não é tão safada, aí tudo bem***” (Vitor, 16 anos )

---

<sup>96</sup> Ver Detienne (1994)

<sup>97</sup> Em seu estudo sobre o jeitinho brasileiro, Barbosa (1992) apresenta um desdobramento da abordagem de DaMatta e, desta forma, contribui para a caracterização das particularidades das práticas sociais contemporâneas em nosso país no que se refere às formas de atualização e apropriação da ideologia individualista e do ideário hierárquico.

A conexão entre a categorização da parceira e a conduta assumida fica explicitada na seguinte equação: com a *mulher da casa* os jovens sugerem que elas façam o uso da pílula, sexo vaginal e se envolvem afetivamente; com *mulher da rua* tende-se a estabelecer contatos ocasionais, usar camisinha e/ou praticar sexo oral “*por grilo (...) com esse negócio da AIDS*” (Pedro, 18 anos). A hierarquia de risco entre sexo oral e vaginal, centrada na lógica que associa familiaridade à proteção e desconhecimento à ameaça, se diferencia da lógica hierárquica do risco entre sexo anal e vaginal, analisada nos estudos epidemiológicos.

Quando a *mulher da casa* é virgem os garotos procuraram as “outras”. Segundo um rapaz, a *mulher da rua* é mais experiente e o sexo é mais prazeroso, mas não dá para namorá-la porque ela é “*mais velha e sai[a] com outras pessoas*” (João, 19 anos). O desvinculamento entre prazer sexual e envolvimento amoroso marca a descrição da trajetória sexual masculina. Nos relatos das meninas também se observa a lógica da familiaridade (proteção) em contraposição ao desconhecido (perigo) nas práticas sexuais; em geral, com o namorado elas tomam a pílula, freqüentemente por sugestão dele, mas utilizam a camisinha nas relações com as pessoas “desconhecidas” (parceiros ocasionais).

O estudo de Santos (1992;1995) sobre práticas sexuais entre estudantes no município do Rio de Janeiro revela semelhanças com vários aspectos aqui assinalados, como a evidência da maior adesão ao uso do preservativo nas relações entre parceiros que não compartilham de uma identidade e uma estética comum. Com base nos resultados, a autora sustenta a necessidade de se considerar a construção de disposições e o contexto das práticas na estruturação de propostas preventivas.

A constatação, não sem surpresa, que poucos jovens definiram corretamente a diferença entre o uso da pílula anticoncepcional e do preservativo indica que a escolha do método foi informada não tanto pelo conhecimento de suas funções, mas

pelas representações que associam o uso da camisinha às práticas sexuais extraconjugais/casuais e diminuição do prazer (“*é igual a chupar bala com papel*”). As discussões sobre a decisão do uso da pílula<sup>98</sup> ou da camisinha só podem ser entendidas nem quadro complexo de valores. O valor social da gravidez, a percepção de que sexo implica sempre risco e as relações assimétricas entre os gêneros exemplificam essa perspectiva. Tais representações têm sido um dos desafios das campanhas de prevenção do HIV/AIDS.

Para enriquecer a compreensão desse fenômeno vale citar o trabalho de Giami e Shiltz (1996) sobre a lógica do uso do preservativo entre diversos segmentos sociais. Referendados por um amplo levantamento da literatura, os autores identificaram que o *status* atribuído ao parceiro/a, a natureza das relações em tempos de AIDS e as representações da sexualidade informam a adoção de práticas sexuais (des)protegidas. O estudo indicou que existe uma tendência de se praticar sexo sem camisinha nos relacionamentos com vínculo amoroso e/ou estáveis, com parceiro “conhecido” e quando há crença na fidelidade conjugal. Os trabalhadores sexuais masculinos, em geral, não usam preservativo com os clientes conhecidos e de boa aparência; entre as profissionais do sexo feminino<sup>99</sup> os critérios para o não uso são: vínculo amoroso, intimidade, não pagamento do ato sexual. Para jovens de áreas de risco, a percepção de proteção se associa à noção de vizinhança, honestidade e limpeza; jovens gays masculinos tendem a fazer sexo desprotegido com os jovens considerados românticos, enquanto os gays adultos tendem a não adotar métodos preventivos nos relacionamentos longos.

---

<sup>98</sup>Embora não tenha sido evocado por este grupo, vale citar particularidades do consumo da pílula que também podem interferir na decisão do seu uso: 1) planejamento e disciplina devido à ingestão diária dos comprimidos; 2) não interferência na dinâmica do ato sexual; 3) efeito negativo do hormônio para a saúde da mulher, presente no imaginário social; 4) recomendação da orientação médica; 5) a falta de uma explicitação de uma negociação/pacto; ou seja, a pílula pode ser “invisível” na relação. A camisinha, em contraposição, não apresenta efeitos colaterais, só precisa ser utilizada na hora do ato, está associada à diminuição do prazer e implica negociação do uso.

<sup>99</sup>A avaliação do programa de prevenção dirigido para profissionais do sexo indicou um aumento significativo do uso do preservativo entre as profissionais e seus clientes; contudo tal fato não foi observado nas suas relações com vínculo amoroso. Tais resultados, relatados pela coordenadora da organização não governamental PIM (RJ), ilustram a conexão entre familiaridade, intimidade e proteção.

Conclui-se assim que a classificação dos parceiros de acordo com os critérios de: caráter sentimental (envolvimento amoroso X não envolvimento), conhecimento (pessoa familiar X desconhecido), distância social (ser da vizinhança, da rede de relações X estranho à comunidade), aparência (visual bonito, limpo, honesto X visual feio, sujo, imoral) e a natureza da relação (longa, íntima, estável X casual, paga, profissional) orienta o uso ou não uso de métodos preventivos (camisinha) nas práticas sexuais. De acordo com essa lógica, nota-se que as relações afetivo-amorosas tendem a ser regidas por uma ordem mágica e idealizada, perpassada pela noção de descontrole e irracionalidade, destoante do discurso preventivo. Tais categorizações encontram pontos de convergência com as esferas sociais da ‘casa’ e da ‘rua’, estabelecidas como referências para a sociedade brasileira, com relação à oposição entre um mundo familiar protetor (a ‘casa’) contraposto ao universo desconhecido e perigoso (a ‘rua’).

Segundo Giami e Schiltz (1996) essas representações podem ser compreendidas a partir da classificação do parceiro “bom” e “mau”, conforme sugere o modelo de oposição estrutural descrito por Gilman<sup>100</sup>. Os critérios utilizados pelos indivíduos não são sempre determinados por uma racionalidade que visa a proteção do HIV, eles refletem a adaptação de critérios tradicionais de seleção de parceiros, reformulados pela linguagem da prevenção (1996:152).

Em concordância com esse raciocínio, Bozon (1998) afirma que a emergência da epidemia de HIV/AIDS não gerou mudanças no comportamento sexual da maioria da população. Afinal, tais práticas estão associadas a sistemas de relações de gênero, cujas alterações - conforme qualquer comportamento arraigado associado ou não às representações do gênero – ocorrem de forma lenta. Para o autor as recomendações no campo da prevenção devem ser orientadas pelo conhecimento

---

<sup>100</sup>Segundo Giami & Schiltz (1996), Gilman (1985,1988) a partir da análise de diferentes documentos médicos e científicos, produções artísticas e ficcionais, dentre outras manifestações da cultura, identificou a existência de um oposição estrutural entre dois modelos de sexualidade indicados nas oposições: bom sexo X mau sexo; sexo saudável X sexo doentio; sexo normal X sexo anormal. Para Gilman os diferentes parceiros sexuais expressam tais representações da sexualidade.

das práticas sexuais e pela adequação de uma certa lógica racional de prevenção utilizada pelo sujeitos, visando adaptar os comportamentos já existentes. Nas suas palavras: “mais do que recomendar o uso do preservativo na relação ‘oficial’, o que parece difícil, o incentivo ao uso sistemático nas relações esporádicas parece mais apropriado” (1998:7).

Complementando os argumentos acerca dos limites das políticas preventivas limitadas à informação técnica, cabe descrever o conhecimento do grupo sobre a AIDS, adquirido, segundo os mesmos, na escola, televisão, livros, palestras, folhetos e, mais eventualmente, por meio de familiares e organizações comunitárias locais. Os/as jovens demonstraram um nível satisfatório de informação das vias de transmissão do HIV. Praticamente todos disseram que o vírus da AIDS “*passa*” através do sexo e do sangue, notou-se entretanto, que existe uma falta de entendimento entre a diferença de risco pelo sexo anal e sexo vaginal. Segundo uma menina, que já havia recebido treinamento nessa área, o sexo vaginal tem mais risco porque contamina o útero. Tais observações atestam que a informação correta acerca da transmissão do HIV via relação sexual, além de não assegurar o entendimento da diferenciação dos riscos de infecção via anal e vaginal, não garante a adoção de comportamentos preventivos.

Em síntese, para compreender a não convergência entre o discurso (a grande maioria associa a camisinha à prevenção da AIDS) e a prática<sup>101</sup> (apenas uma minoria afirma que usa regularmente o preservativo) é preciso problematizar os seus fundamentos, acesso e formas de divulgação e os ambiciosos objetivos de mudança a curto prazo, principalmente em se tratando de comportamentos arraigados no

---

<sup>101</sup>Para ilustrar: uma pesquisa sobre a prevalência do conhecimento, percepções e comportamentos relativos às DST/AIDS (com uma amostra nacional de 12.612 mulheres de 15-49 anos e 2.949, 15-49 anos) revelou o bom nível de conhecimento acerca da transmissão e prevenção do HIV entre adolescentes (87,6% das mulheres de 15 a 19 anos e 86,3% dos homens dessa mesma faixa responderam corretamente a diversas questões referentes a essa temática. Tal conhecimento não se reflete, necessariamente, na adoção de práticas preventivas, conforme indicam os autores do estudo: pode-se “observar (...) como a questão da percepção de risco não é o resultado direto dos níveis de conhecimento considerados pré-requisitos para o desenvolvimento da auto-avaliação. Múltiplas lógicas, crenças e valores e as próprias condições de vida interferem nessa avaliação, determinando,

campo da sexualidade e das relações de gênero. É necessário também conhecer a lógica das práticas da população objeto da ação preventiva.

### **V.3 Significados da Proteção**

Os dados apresentados até então indicaram nexos entre o sentido de proteção e o significado social do mundo conhecido (familiar; da ‘casa’, ordem) em contraposição às ameaças do universo desconhecido (estranho; da ‘rua’, desordem). Tal perspectiva não foi evidenciada apenas na lógica dos/as jovens entrevistados/as em relação aos riscos do HIV, mas também nos critérios utilizados por diferentes grupos sociais em relação ao uso do preservativo.

Com base nessa constatação e nos dados sobre a experiência social do gênero e da sexualidade, objetiva-se identificar elos de conexão entre a lógica do cuidado com a saúde (da AIDS em particular) e a lógica de proteção frente às ameaças da vida cotidiana desses moradores da favela de Vigário Geral. Pretende-se refletir sobre as conseqüências do perfil relacional da sociedade brasileira na construção do sentido de proteção de jovens de camadas populares urbanas, visando observar em que medida a vinculação entre familiaridade e proteção apresenta alguma especificidade no contexto estudado.

#### ***Visão da comunidade***

O imaginário social construído em torno do conceito de favela<sup>102</sup> define esse espaço enquanto um local perigoso, sem ordem e violento. Frequentemente atualizada pelos meios de comunicação de massa, tal visão predomina entre os segmentos mais abastados da sociedade e fomenta a tensão e exclusão - retratada na expressão “cidade partida” de Ventura (1994) - num contexto marcado por fortes desigualdades sociais. Assim, as notícias sobre a chacina na favela de Vigário Geral

---

muitas vezes, as avaliações calcadas em pressupostos significativos para os sujeitos concretos, mas viesados em termos de condições reais de vulnerabilidade”. (Badiani *et al.*, 1997:54).

<sup>102</sup>Para um resumo sobre representações em torno do conceito de favela, ver Gouveia (1997).

e os demais confrontos entre policiais e traficantes, amplamente divulgados na mídia, colaboraram para alimentar e difundir a percepção dessa favela como um local violento e perigoso<sup>103</sup> do Rio de Janeiro.

Os/as jovens moradores/as, no entanto, não compartilham essa visão. Vários identificam aspectos positivos na sua comunidade, relacionados aos vínculos de amizade e solidariedade, demonstrando o valor que as formas de interação social e da rede de vizinhança detêm entre segmentos populares (Duarte, 1988).

*“já fiz simpatia com todo mundo”* (Denise, 13 anos)

*“aqui todo mundo ajuda, o pessoal aqui é muito humilde, maioria”* (Teresa, 18 anos)

*“pobre, quero dizer todo mundo mal de vida, aí um ajuda o outro, pede emprestado, eu acho legal aqui”* (Maurício, 15 anos)

O lugar também é valorizado pelas atividades compartilhadas, como esporte (futebol, queimado) e lazer (churrasco, festas, *bater papo*, andar bicicleta). A presença de organizações comunitárias, o “respeito” entre as pessoas do local, a tranquilidade e a segurança contra assaltos complementam os aspectos positivos da vida na favela. Metade do grupo afirmou que não deseja morar em outro lugar, justificando que *“lá fora tem muita violência”* (Silvio, 14 anos) ou que na favela há *“liberdade, pode[r] correr, anda[r] tranqüilo”* (Otávio, 19 anos) e mais segurança para os idosos (*“Essas pessoas os policiais não encostam a mão, lá fora encostam a mão em qualquer um”*- Alvaro, 18 anos). Também é possível *“deixar bicicleta do lado de casa, o chinelo do lado de fora do portão”* (Rodrigo, 18 anos).

Além do valor dos laços de vizinhança e da troca, algumas características geográficas contribuem para uma aproximação e integração dos moradores no contexto pesquisado. Localizada numa área que concentra populações de baixa

---

<sup>103</sup>Vale dizer que, na grande maioria das vezes, as pessoas reagiam com surpresa quando eu relatava que estava fazendo um estudo na favela de Vigário Geral, devido a sua fama de lugar “perigoso e violento”.

renda, a favela de Vigário Geral tem quatro passarelas<sup>104</sup> e apenas uma permite a entrada de carros através da favela vizinha (“*o que é bom aqui é que não passa carro toda hora*” – David, 16 anos). Tais características restringem a interação e convivência com outros espaços sociais da cidade. As casas são bastante próximas com lugar limitado para o quintal e dividem o espaço com os estabelecimentos locais (pequenas vendas, cabeleireiro, farmácia, botequim, entre outros). Como já disse, não fosse a presença ostensiva da polícia, Vigário Geral, em alguma medida, lembra uma cidade pequena do interior

Por outro lado, conforme tem sido apontado ao longo do trabalho, o surgimento do comércio ilegal de drogas gerou repercussões diversas na vida dos moradores das favelas cariocas, como mudanças na percepção do lugar. Os tiroteios, decorrentes dos conflitos armados entre policiais e traficantes, foram os aspectos negativos mais recorrente nas falas, além da morte de amigos e/ou parentes, violência e agressão dos policiais; contrastando com a pouca expressividade das demais críticas à localidade: falta de lazer, *fofocas* e problemas de saneamento<sup>105</sup> (“*É que não tem água, nem luz, tem que carregar*” - Fatima, 17 anos)

Resumindo, pela análise dos depoimentos dos/as jovens acerca da percepção da favela de Vigário Geral, observa-se que um dos aspectos da construção da identidade social desses jovens se relaciona com a localidade não apenas em termos do bairro enquanto um espaço físico, mas pelo conjunto de relações de vizinhança que situam os sujeitos num grupo maior, o que indica a predominância do caráter holista da visão de mundo do grupo.

Convém salientar que a violência (tiros, mortes) provocada pela presença do poder ilegal nessa comunidade, em alguma medida, tem repercutido na percepção

---

<sup>104</sup> Duas passarelas são da Estrada de Ferro Leopoldina referentes à estação de Vigário Geral e Parada de Lucas e as outras duas dão acesso aos ônibus.

<sup>105</sup> A implementação do sistema de coleta de lixo, antes realizado pelos traficantes, e o início das obras do projeto de reurbanização das favelas, denominado de Favela-Bairro, apontam perspectivas de melhora da precária infra-estrutura de saneamento da localidade.

dos moradores em relação ao sentido de segurança da localidade, conforme sugere a discussão seguinte.

### ***Polícia e traficante: quem protege e quem ameaça?***

No quadro de uma política pública voltada para a desestruturaração do comércio ilegal de drogas nas favelas cariocas, Vigário Geral foi ocupada pela polícia desde outubro de 1996 e não há previsão de saída. Alguns moradores revelaram que a presença da polícia é positiva pois acabou com os tiroteios, trazendo maior tranquilidade para a comunidade: *“As crianças podem brincar na rua”*; *“A gente não vive mais de sobressalto”*. Para um informante essa ocupação aumentou a ociosidade dos jovens e a prática de vídeo game e trouxe prejuízos para a economia local, pois diminuiu o comércio e a circulação de dinheiro com uma parcial desarticulação do tráfico de entorpecentes. Um comerciante concorda, mas afirma preferir menos movimento e mais paz. Segundo uma outra informante, que trabalha na favela, depois de um certo período alguns policiais fizeram acordos com os traficantes (na percepção dela cada vez mais jovens) que têm viabilizado a continuidade do comércio ilegal apesar da ocupação.

Na visão da maioria dos/as entrevistados/as a política de ocupação permanente da polícia na favela trouxe como benefício o fim dos freqüentes tiroteios; contudo há várias críticas relacionadas à diminuição das atividades de lazer e às agressões e extorsão de policiais, principalmente militares, dirigidas aos adolescentes. O paradoxo fica claro nos depoimentos dos jovens:

*“Por um lado acho bom pois só assim evita tiroteio, de outro lado acho que eles [policiais] são os próprios bandidos daqui”* (Julia, 15 anos)

*“(...) antes a gente tinha lazer total, podia sair à vontade e hoje o que eu não gosto é esses policiais aqui, tiram o sossego da gente, ficam se metendo na vida dos outros, em coisas que não é pra eles se meterem. (...) Bom, por um lado é bom que não tem esse negócio de tiroteio, gente morrendo direto e por outro lado é ruim porque eles não respeitam ninguém, eu mesmo já levei muita porrada, muita pancada desses*

*policiais, tapa na cara.(...) tem uns policiais aqui em vez de dar segurança dão insegurança”*(Alvaro, 18 anos)

*“Quando os bandidos estavam aqui aí havia troca de tiros, aí eu não gostava (...)“Preferia quando eles [policiais] não estavam porque hoje a qualquer hora esses policiais entram na casa da gente”* (Maria,15 anos)

O tráfico de drogas é percebido como ameaçador por gerar violência e mortes, mas também é visto como protetor. Essa aparente ambigüidade (protege mas ameaça) revela que a construção das opiniões sobre o comércio ilegal está informada pelo benefícios que tal atividade gera para a comunidade e pelas incoerências da ação policial. As falas são ilustrativas:

*“Ele [traficante] protege porque **não deixa ninguém estranho entrar aqui e ameaça porque eles estando aqui vai ter sempre polícia aqui, confusão”*** (Antonio, 16 anos)

*“[O traficante]Protege, **não deixa faltar nada na comunidade, se cai um barraco eles dão dinheiro para construir e ameaça também porque mata as pessoas”***(Otavio, 19 anos)

*“De ruim é que tem gente viciada que não eram e começaram a viciar, e de bom é que a gente **sente uma proteção deles com isso”*** (Helena, 19 anos)

Os depoimentos indicam que o significado de ameaça e proteção nessa realidade está informado pela percepção do papel desses dois atores sociais: o *traficante/bandido* é considerado perigoso; gerador de violência e mortes, contraposto ao trabalhador honesto; entretanto, também é visto como um membro da comunidade (familiar, conhecido); protetor do local, benfeitor; com poder de estabelecer regras, fazer justiça e impor respeito e promover atividades de lazer (festas, bailes). O *policia* é um elemento externo à comunidade (de fora, desconhecido, pertencente ao universo da rua); deveria proteger mas muitas vezes ameaça, desrespeita e agride os moradores; é corrupto; possui as características negativas do bandido; mata (vale lembrar que a polícia foi responsabilizada pelas

mortes dos moradores da Chacina de 1993), limita as opções de lazer, liberdade e sociabilidade dentro da favela.

Estudos pioneiros nesse campo, como os de Zaluar (1985;1994), já haviam atestado visões semelhantes sobre o poder legal e o ilegal. Numa pesquisa num bairro popular de Porto Alegre, Fonseca (1993) também registrou a admiração dos moradores pelos traficantes locais. Identificados como pessoas generosas (fornecem alimento, terra, promovem festas) que impõem ordem na comunidade e se “misturam” com os moradores, tais personagens não são vistos como bandidos pois não roubam os pobres e sim os ricos<sup>106</sup>. Essa visão heróica do traficante ganha relevância quando contraposta aos abusos, indiferença e desrespeito da polícia (“são marginais legalizados”) e as deficiências da ação do poder público. Nas palavras da autora:

“A mitificação dos heróis só pode ser bem compreendida quando comparada com a insuficiência das forças da ordem. Os heróis velam pelo bem-estar de velhos e fracos – o que o governo não faz”.(1993:77)

Para complementar esse ponto de vista, vale apresentar o depoimento de um líder comunitário de Vigário Geral:

*“O bandido se legitima muito mas não é por causa da arma que ele usa não, ele se legitima muito mais pela forma de relação que ele tem com a comunidade pelo que o ele oferece de bom a comunidade, de bem estar. Geralmente o cara só é tratado como herói em favela não é pela arma que ele tem ou por quantos crimes ou assaltos que ele cometeu, não é isso não. Duas coisas que o legitima é quanto mais ele aparece na imprensa, isso dá um status do caramba pra ele e aí também tira ele da realidade da favela porque aí ele vira um mito também e a outra coisa é essa relação que ele tem de assistência com a favela, principalmente com a parte do lazer, a parte da sedução, do prazer, da festa. Todo bandido que se preze pra querer ser um herói ele trabalha muito com a festa, com o baile funk, do pagode, do carnaval ele patrocina (...) É uma maneira dele poder também limpar a sua*

<sup>106</sup> Segundo a autora o acesso a produtos de valor de procedência duvidosa e as colaborações diversas da população local com o comércio ilegal de drogas indicam uma não delimitação clara entre atividade legal e ilegal.

*imagem, ele vai ter uma outra relação. A partir do momento que eu faço festa, que eu dou bicicleta, faço um São Cosme São Damião, que faço um Natal, dia das crianças, baile funk e tal eu tenho um tipo de relação com a comunidade que passa a ser dúbia, não é um papel só de criminoso é um papel de herói também”.*

As repercussões dos eventos festivos e de interação social promovidos pelo traficante podem ser melhor compreendidas a partir do argumento de DaMatta (1991) sobre o papel das festividades na construção de uma unidade temporária das três éticas sociais (‘casa’, ‘rua’ e ‘outro mundo’). Segundo o autor na realidade brasileira a “festa, o cerimonial, o ritual e o momento solene são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social (...) é um mecanismo básico por meio do qual uma sociedade feita de três espaços pode tentar refazer sua unidade” (1991:67).

Conclui-se assim que o confronto armado entre policiais e traficantes, além de potencializar os riscos de bala perdida, limitou a ocupação do espaço público - *locus* de sociabilidade e lazer - e deixou a população mais vulnerável à repressão policial. Vários jovens, principalmente os meninos, relataram agressões verbais e físicas, invasões domiciliares e desrespeito por parte dos agentes do poder público, cujo papel é justamente a segurança da população e manutenção da ordem social. Essas experiências, associadas às ações paternalistas dos traficantes e uma certa cumplicidade dos moradores com o comércio ilegal de drogas<sup>107</sup>, reproduzem o significado social de proteção da ‘casa’; ou seja, o conhecido tende a proteger enquanto o desconhecido (a ‘rua’) é ameaçador.

A conjugação entre o comportamento da polícia e do traficante em relação aos moradores atualiza o valor de proteção dos laços pessoais (familiar), contrapondo-se à concepção moderna de cidadania centrada na noção de direito

---

<sup>107</sup> Alguns dos entrevistados têm familiares ou namorados integrantes do tráfico de drogas; outros já prestaram serviços (levar drogas, recados, armas, tomar conta da carga), mas diante dos riscos decidiram sair.

individual, na qual a questão da segurança é realizada pelas instituições sociais que representam o poder público como a polícia<sup>108</sup>.

As possibilidades de acordo e colaboração entre moradores e traficantes e os benefícios concretos oferecidos pelos líderes do comércio ilegal, em termos de infraestrutura e lazer da comunidade, iluminam o entendimento do sentido de proteção associado ao tráfico. Tal significado ganha relevância diante do comprometimento do poder público legal responsável pela segurança da população (abusos da polícia; corrupção) e as explicações dos entrevistados para o envolvimento das pessoas no comércio ilegal. Apesar deles/as afirmarem que as pessoas entram para o mundo da criminalidade devido à ambição pessoal (acesso a dinheiro, mulher, consumo, “safadeza”, “*pra curtir*”, “*vida fácil*”) ou fraqueza (“*não sabem encarar a vida do jeito que ela é, não tem vontade de pegar batente, tem cabeça fraca*”; vício de drogas), existe também um reconhecimento que tal envolvimento decorre das dificuldades sociais e econômicas (“*revolta*”, falta de emprego; fome, não tem como viver) ou problemas (briga com os pais, pressão do grupo).

Enquanto a primeira explicação centra-se nas críticas à pessoa, a segunda justifica a participação devido aos problemas sociais. A localização de causas externas ao indivíduo, somada aos benefícios citados, minimizam as críticas negativas e aproximam a comunidade do tráfico. Dentro de um cenário marcado pela ausência do papel do Estado, em que o poder público mais atuante está identificado com a noção de injustiça e desrespeito, pode-se supor que, comparativamente, o papel da polícia é considerado mais perverso e difícil de tolerar do que o papel do traficante. O relato de um líder comunitário novamente é esclarecedor:

---

<sup>108</sup>No estudo sobre a suspensão da queixa policial de mulheres em Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM), Brandão (1998) identifica que esse grupo não partilha do ideário feminista e das noções de justiça e direito penal, presentes na concepção destas delegacias. Entretanto, recursos oferecidos pela denúncia policial - como a carta para comparecimento na delegacia - são utilizados nas negociações privadas entre a vítima e o agressor, transformando-se num mecanismo de defesa frente a novas agressões.

*“Primeiro o Estado não existe, Estado só existe pra matar mesmo, pra dá porrada, entendeu ... o Estado está sendo muito incoseqüente. Primeiro que ele bota o policial, a coisa mais perversa que tem no Brasil é botar os dois “pês” pra ir a favela é o policial e o professor. São os dois únicos braços do Estado que vai a favela, é o professor primário aquele que ... vai poder dar a educação básica que vai catequizar o jovem e o policial que vai dá porrada. Um vai tentar prevenir com muito pouco recurso e o outro com muito mais recurso e com muita autoridade, que é o policial que já chega dando porrada”.*

As incoerências do poder legal (*“tem uns policiais aqui em vez de dar segurança dão insegurança”*) e as precárias condições de vida acabam legitimando o poder ilegal (*“protege porque não deixa ninguém estranho entrar aqui”*) nessa realidade. Tal fato não implica uma visão linearmente positiva do comércio de entorpecentes e da criminalidade. Os/as jovens se dão conta dos prejuízos e as conseqüências perversas dessas atividades como a morte de parentes e amigos e o acesso às drogas ilícitas e apontam para uma fronteira que diferencia a visão positiva do trabalhador da visão negativa do bandido (*“gente comprometida”, “envolvida”*), conforme apontado no capítulo 4. O reconhecimento dos males promovidos pelo tráfico - potencializado pela violência (morte, briga, vingança, assalto, abusos da polícia, tiroteio) - demonstra as repercussões do comércio ilegal de drogas e da criminalidade no modo de vida e na percepção de ameaça do grupo; sugerindo que o sentido de desproteção nesse contexto também está associado às situações decorrentes da presença do tráfico na comunidade e aos perigos da rua, principalmente durante o período noturno.

Na perspectiva dos moradores, as ações da polícia (o elemento de fora, ordenador do espaço da rua) representam uma invasão do lugar da ordem e da proteção (‘a casa’); isto é, o poder legal introduz um elemento estranho no espaço familiar, “desorganizando” as formas de ocupação desse espaço social pelos membros da comunidade. Nesse contexto, o traficante (um elemento de dentro) torna-se uma figura de intermediação, ao mesmo tempo em que gera violência, cria uma cumplicidade com os moradores - sustentada pelo amparo moral e social -,

confronta, enfrenta e até negocia com os membros do poder legal. É válido lembrar as denúncias recorrentes de corrupção envolvendo policiais e bandidos; ou seja, além das desigualdades sociais, os problemas das instituições responsáveis pela segurança pública (falta de preparo e recursos, baixos salários, entre outros) enfraquecem a imagem do poder público legal e colaboram para a disseminação da corrupção, insegurança e aumento da violência na sociedade.

Por fim, vale, mais uma vez, citar que as trajetórias dos/as entrevistados/as que participaram ou participam do tráfico encontram pontos de aproximação com as análises de Zaluar (1985;1994) e as descrições de Ventura (1994) e Lins (1997) em relação ao poder de sedução do mundo da criminalidade devido ao acesso ao dinheiro, armas de fogo e bens de consumo, conquista de *status*, respeito e afirmação da masculinidade. Em oposição, as motivações para o não envolvimento ou desligamento desse universo são: os grandes riscos de vida (muitos morrem precocemente), o receio do encarceramento, a condenação moral e familiar e determinadas perspectivas de trabalho.

### ***O que protege?***

O sentido de proteção dos laços familiares é expresso nos conselhos e ensinamentos maternos, nos cuidados com a alimentação e saúde, na doação de afeto, na defesa pessoal e no apoio moral (“*briga por mim*”). Nos depoimentos femininos a mãe aparece de forma recorrente como referência de proteção; a família (avó, marido) e os amigos também são mencionados. Tais elementos, articulados à identificação da casa como o local mais seguro (a despeito das invasões e tiroteios), vêm novamente atestar o nexo entre o significado de proteção e o universo da ‘casa’. Em outras palavras é no âmbito das relações familiares e do espaço doméstico que o sentido de proteção ganha significado. Isso é coerente com a idéia de Duarte (1988) sobre a configuração holista das camadas populares na qual o pertencimento a um

grupo modela fortemente a concepção da pessoa. A teia de relações engloba a ‘individualidade’.

Entre os meninos o significado de proteção da mãe, da família e dos amigos encontra pontos de aproximação com a visão feminina. No entanto, há diferenciações na realidade masculina, indicadas na maior visibilidade do papel do tráfico na segurança pessoal dos garotos. Se o rapaz ocupa o lugar do traficante essa proteção se traduz na presença de “*soldado do lado*” e nos tiros com a polícia. Aqueles que se tornam “amigo” ou “têm conhecimento” com as pessoas envolvidas no comércio ilegal também recorrem à força bélica e moral dos bandidos diante de situações de ameaça de membros da própria comunidade ou de fora.

*“Tem alguns colegas meus que **me protegem** (...) eles são traficantes (...) não tenho vacilação com eles não (...) Eles falam que quando tiver algum problema pode recorrer. (...) Recorri, já avisei já”* (João, 19 anos)

Em menor escala, as meninas revelam apelar para esse recurso; porém, conforme abordado no capítulo anterior, sabe-se que no papel de namorada ou mulher das lideranças do tráfico elas recebem uma “proteção” especial (Zaluar, 1994:224-353).

Não mexer com desconhecidos (“*evitar maus colegas*”; “[estar] *em paz com todo mundo*”) e ter documentação também foram apontadas como ações de proteção pelos rapazes. As intervenções levianas da polícia<sup>109</sup> permitem uma compreensão sobre a função do documento como prova da identidade de trabalhador, contraposto ao bandido. Mais uma vez o depoimento do líder comunitário é ilustrativo:

*“aí o policial ... meteu a arma na minha cara ... e já saiu rasgando a bolsa, tava chovendo, ... jogou meu celular .. na água, a roupa .. no chão, pegou as coisas minhas todas e jogou no chão, cara aquilo me deu uma revolta ... ‘meu amigo porque você tá fazendo isso’ eu perguntei ... ele falou: ‘cala a boca’ e quebrou meu guarda chuva, ‘eu tô na chuva você também tem que tá’, ... eu me senti tão*

<sup>109</sup>As imagens das cenas de violência policial em Diadema (SP) e da Cidade de Deus (RJ), divulgadas na mídia no primeiro semestre de 1997, explicitaram a leviandade da ação de determinados policiais, principalmente contra pobres, negros e jovens e fomentaram uma discussão sobre a necessidade de revisões nas políticas de repressão ao crime, particularmente aquelas voltadas para as populações menos favorecidas.

*revoltado .. ele tava com o revolver puxado pra trás, o cão né da pistola ..., falei assim esse cara vai me matar aqui e eu fiz o máximo pra num argumentar, evitar confronto. Era as 4 horas da tarde .. ele tava muito nervoso depois eu descobri que ele trocou tiro com os bandidos tal ... os policiais todo mundo encapuzado né, ... eu me senti tão inseguro que eu não tive nem coragem de falar nada com o cara ... qualquer coisa ele disparava ... me deu um desespero ver tudo aquilo no chão, papel, documento, artigo, coisas minhas, disquete, estragou o disquete ... aquilo me deu uma revolta,... porra como é que você não vale nada? ... eu não fiz nada com o cara eu subi a passarela,... eu achava que eu tinha respeito que não sei o que tal, que eu sabia me defender ... fui falar com ele ... ele ficou muito mais agressivo ... zoneando: 'pô só tem roupa de marca na favela quem é bandido tu ganha a vida como? Como é que tu tem celular?'. Assim uma coisas grosseiras eu me senti muito inseguro, ... você não tem referência, não tem a quem recorrer..*

No universo do tráfico de drogas e da criminalidade, no qual polícia e bandido se confundem e a arma de fogo é utilizada para resolver desafetos e traições, a lei do silêncio e da discrição é uma forma de proteção da vida. Nesse cenário as organizações comunitárias locais, em alguns casos, tornam-se uma referência de proteção no sentido de mediar conflitos, defender os direitos e oferecer atividades que identificam o morador de forma positiva.

A maior vulnerabilidade dos meninos em relação à violência policial e a ênfase na independência masculina - alguns garotos disserem que eles eram responsáveis pela sua própria proteção - e na ocupação do espaço público, em contraposição ao valor do espaço doméstico para o universo feminino, podem explicar as diferenças entre os gêneros.

O valor da educação formal enquanto indicador do sentido de proteção da vida e da saúde apresenta semelhanças entre os gêneros. Para as meninas a proteção da escola resulta do acesso ao conhecimento (*“fica mais inteligente”*; *“traz muita coisa boa pra cabeça da criança”*), autonomia (*“ser alguém na vida”*) e domínio da escrita e leitura; além de ensinar a *“ter educação, de não ficar xingando palavrão”*, sendo uma boa ocupação do tempo (*“estudando a gente se sente mais presa com obrigação”*; *“pra não ficar à toa na rua”*). Nas respostas dos meninos a escola não ocupa um lugar tão destacado; o ensino formal também tem a função de ocupar o

tempo de maneira mais produtiva (correta, positiva) - evitando desvios (envolvimento) para o mundo do poder ilegal - de ampliar as perspectivas de emprego e preparar para a vida.

Conclui-se assim que o valor de proteção da escolarização formal para o grupo está associado à perspectiva da não exclusão social, pois permite a aquisição de uma identidade (ser estudante, conseguir um emprego), acesso a bens sociais (informação, conhecimento, domínio leitura e escrita) e um distanciamento do universo da criminalidade, cujo poder material e simbólico muitas vezes torna-se sedutor diante do estímulo ao consumo, do baixo poder aquisitivo e da possibilidade de melhoria no padrão de vida. Aqui foi enfatizada a questão da função da escola em termos do significado da proteção, mas evidentemente o papel do ensino formal se conjuga com outras variáveis, citadas no capítulo 3.

Com base nos depoimentos dos meninos e meninas, observa-se que no âmbito das relações amorosas e sexuais a percepção de proteção está informada pela crença na exclusividade sexual, vínculo amoroso e “conhecimento” do parceiro, isto é, por disposições e afinidades estéticas (Santos, 1992). O valor da rede de amigos e dos laços de vizinhança aponta na mesma direção, reforçando a percepção de que o familiar tende a proteger.

A proteção divina foi bastante mencionada, sendo dominante nos relatos masculinos e muito expressivo no universo feminino. Todos os rapazes e moças afirmaram acreditar em Deus; um terço se considera católico, outros citaram filiações religiosas diversas (Universal, Pentecostal, da Liberdade, Presbiteriana e Assembléia) e alguns disseram não ter religião. Poucos freqüentam as igrejas regularmente.

O sentido da proteção divina foi observado nas concepções sobre Deus e de sua influência na vida dos entrevistados. Deus foi definido como um ser “*supremo*”, poderoso e onipotente, capaz de proporcionar vida, esperança, “*tranqüilidade*”, ajuda, “*orientação*”, “*definir o certo do errado*”, apaziguar a dor e oferecer

conforto. Na visão do grupo, Deus é o criador, o salvador e está acima de tudo e de todos. DaMatta (1991) ao descrever as esferas de significação da ‘casa’, da ‘rua’ e do ‘outro mundo’ e suas múltiplas expressões no universo relacional brasileiro, salienta que o espaço do ‘outro mundo’ é o lugar da eternidade, relatividade, esperança, desejo, síntese e igualdade. Segundo o autor é :

“em contato com o outro mundo que somos capazes de construir as compensações que muitas vezes não conseguimos realizar quando nos confrontamos com o conflito e o dilema ‘deste mundo’ de casas e de ruas, de amigos e de leis impessoais, de desejos individuais e demandas morais coletivas. (1991:163) .

O significado de proteção do poder divino não parece estar condicionado à adesão ao discurso ou prática de uma religião particular. Com exceção do depoimento de um garoto cuja prática está orientada pelos preceitos do catolicismo, não foram observados comportamentos ou relatos definidos pela adesão a uma filiação religiosa específica, mesmo entre aqueles que afirmam ter uma religião. Prevaecem visões mais genéricas nas quais Deus é identificado com uma força exterior e soberana, capaz de orientá-los e protegê-los, fornecendo recursos explicativos para os acontecimentos da vida cotidiana<sup>110</sup>. Há pouco envolvimento e motivação da população investigada nas atividades e cultos religiosos e a percepção da falta de conexão entre a realidade (prática) e o discurso religioso.

*“eu comecei a namorar um garoto aí fui esquecendo Deus (...) sempre tem um que vem e desvia você fora da igreja” (Julia, 15 anos)*

*“Pô a igreja é importante, mas eu fui pro mundo pra mim conhecer o mundo (..) não é colocando a culpa em ninguém não, mas eles na igreja um certo tempo eu vi pô, assim pastor saindo da igreja pra cheirar, conhecer o mundo né Aqui também tem*

---

<sup>110</sup> É interessante citar o relato de uma moradora, que teve um importante papel como intermediária nos contatos com os jovens entrevistados e como informante sobre os diversos aspectos da vida na favela. De acordo com sua concepção, Deus define as coisas: *“Quem decide é Deus, se Ele quiser que eu passe fome eu vou passar, Deus é que sabe”*. Ela não frequenta a igreja e diz não ter religião, mas sempre reza para pedir ou agradecer algo; é uma pessoa muito empreendedora e com esforço e determinação transformou sua casa numa próspera pensão.

*uns dois também que entrou pra igreja e saiu, entrou pro mundo. Aí eu ah vou entrar pro mundo, pra vê qualé desse mundo”*(Pedro, 18 anos)

Entretanto, mesmo não havendo uma participação regular nas cerimônias e atividades relacionadas à prática religiosa, a imagem de Deus como uma força suprema mantém-se e é alimentada, conforme ilustram as falas sobre as “comprovações” do poder divino:

*“uma vez eu estava doente de cama e pedi para Deus me ajudar e eu melhorei”* (Angelica, 15 anos)

*“uma vez num assalto ele pegou as coisas de todo mundo e menos o meu, porque na hora eu pedi para Deus me ajudar”* (Lucas, 17 anos)

As diversas experiências no campo das práticas religiosas, visando a busca de apoio, conforto e referência para as aflições da vida cotidiana, também apontam nessa direção, qual seja, o significado protetor do poder divino. Além de revelar a possibilidade de se conjugar diferentes credos, os relatos sugerem variadas formas de aproximação e diálogo com a visão religiosa:

*“Eu sou católica, freqüento várias igrejas, uma delas ela é Assembléia de Deus porque eu acho que ainda não achei a igreja certa”* (Angelica, 15 anos)

*“(...) eu gosto de ler a bíblia, eu não tenho amiga, aí fico conversando com Deus nas minhas horas de dor (...) aí a dor vai embora”* (Leticia, 18 anos)

*(...) já fui de quase todas, Universal ... achei mais legal a católica. Universal fica pedindo dinheiro toda hora”* (João, 19 anos)

*“Vou a tudo que é lugar, Igreja, macumba, em todo lugar eu vou”* (Mauricio, 15 anos)

Em um mundo marcado por injustiças sociais, receios e dúvidas, Deus simboliza a esperança, a possibilidade de conforto (“[Deus] *Me faz agüentar várias*

*coisas ruins, mas não influencia na minha vida não*” - David, 16 anos); representando uma força externa justa e generosa acima da vida humana, capaz de explicar a origem e a dinâmica da vida na terra e ajudar a lidar e confortar o sofrimento e o medo. O poder divino torna-se assim um dos recursos explicativos da vida capaz de auxiliar a convivência e compreensão dos problemas e receios do cotidiano e alimentar os sonhos.

Identificada com o caráter relacional (DaMatta, 1991) e com a visão holista (Duarte, 1988), a percepção da força e influência divina nos acontecimentos da vida social pode ser articulada à lógica dos cuidados com a saúde. Conforme já citado, não foi registrado na população em foco a recorrência de práticas com vistas à prevenção de doenças e a manutenção da saúde. A relação entre saúde e prática esportiva foi mencionada apenas por um dançarino de *break* de uma organização comunitária. No grupo como um todo, predominaram reações de cuidados frente algum mal estar concreto.

Nota-se que a importância dada às forças exteriores supremas na definição da vida não significa necessariamente a ausência do reconhecimento do valor do esforço pessoal e do peso das condições de existência. Vários entrevistados (20/32), sem distinção de gênero, disseram que o destino “está traçado” e que existem aspectos da vida difíceis de serem mudados (hora da morte<sup>111</sup>, jeito de ser, futuro, sofrimento, felicidade, amor dos pais, sexo); segundo uma menina “*Se a gente pudesse mudar o destino, a gente não sofriria*”. Entretanto, há aqueles que discordaram da existência do destino e destacam o potencial de construção das trajetórias pessoais, minimizando uma determinação superior (“*a gente pode interferir lutando, tem que levar as coisas pelo seu sonho*”; “*se quero, corro atrás*”).

---

<sup>111</sup>Em seu estudo sobre o significado da morte nas sociedades ocidentais, Rodrigues (1983) revela que a morte tende a ser encarada não como eliminação mas como transformação para uma outra dimensão da vida, conforme atestam os ritos fúnebres e as formas de comunicação dos vivos com os mortos. Nas suas palavras: “durante o século XIX a morte (...) se transforma em um acontecimento detestável e terrível, embora fascinante e atraente, que vem romper o andamento normal da vida” (1983:181). Para uma discussão sobre a visão da morte nas sociedades relacionais ver DaMatta (1991: 143-170).

Vale dizer que entre aqueles que negam a existência do destino há visões sobre a determinação de certos aspectos da vida que escapam ao domínio pessoal como a hora da morte. Da mesma forma, alguns dos que crêem no destino admitiram a possibilidade da pessoa mudar o curso de sua vida a partir do esforço próprio (*“bandido pode sair do crime”, “é só querer”; “pode melhorar e crescer”*).

Em suma, as opiniões sugerem que a noção de destino é significativa, abarcando visões mais fatalistas (*“tô deixando o barco correr”; “não posso interferir em nada o que tem que acontecer vai acontecer”*), mas não exclui a crença na transformação e construção da vida através da luta (*“só ter força de vontade própria”*). O fato do grupo em foco ser de uma faixa etária jovem, na qual as perspectivas de mudança e as esperanças tendem a ser maiores em relação aos adultos, possivelmente contribui para a crença nas transformações. Em função da etapa do ciclo de vida em que se encontram, as perspectivas de um futuro que ainda não foi vivido difere das trajetórias marcadas pela desilusão.

Em seu estudo com mulheres de um bairro popular carioca, Salem (1981) argumenta que a falta de uma correspondência entre o esforço (luta) e melhoria nas condições de existência colabora para uma maior recorrência de explicações mágicas, centradas na sorte, no acaso ou no destino entre populações de baixa renda quando comparada às camadas com maior poder aquisitivo<sup>112</sup>. No entanto, entre as entrevistadas mais jovens (a pesquisa contemplou a faixa de 25 a 52 anos) dava-se maior destaque ao valor do esforço pessoal e da vontade na definição da vida cotidiana em oposição ao peso da indeterminação presente no grupo das mulheres mais velhas. Tais relatos encontram pontos de aproximação com a trajetória dos jovens de Vigário Geral; no entanto, a diferença etária e histórica entre os grupos, indica variações que limitam uma comparação mais aprofundada de determinados

---

<sup>112</sup> Nas palavras da autora: “Parece inadequado interpretar a indeterminação e suas conseqüências nas instâncias cognitivas e explicativas como sintoma de um pretenso fatalismo inerente à população dos baixos extratos. Pelo contrário, esse tipo de expediente remete a uma percepção bastante realista e fundamentada de sua situação que devem ser enfrentadas em uma sociedade rigidamente estratificada (1981:65).

aspectos característicos da vida adulta como percurso profissional, histórico de vida conjugal e preenchimento de expectativas de vida.

### ***Sociedade relacional e o significado de proteção***

As visões descritas revelam que a lógica das representações e práticas do grupo relacionada ao significado de proteção e ameaça nas diversas situações da vida cotidiana é orientada por éticas sociais diversas, expressas na oposição entre o universo protetor e seguro da ‘casa’ e do ‘outro mundo’ e o espaço perigoso e arriscado da ‘rua’. Essa classificação, originada de um ideário tradicional no qual prevalece o valor das relações pessoais foi observada nas representações sobre a própria favela, na família, na rede de amigos, nas relações amorosas e sexuais e na prática religiosa.

As opiniões e experiências relativas ao poder legal e ao paralelo merecem atenção particular tendo em vista que a principal ameaça foi relacionada às conseqüências do conflito armado entre policiais e traficantes. Notou-se que as opiniões negativas referentes ao papel da polícia decorrentes dos abusos e a precariedade das ações do poder público, somadas aos benefícios do comércio ilegal, tendem a atualizar o valor das relações pessoais em detrimento da concepção moderna de cidadania centrada na noção de direito individual. Como existe o reconhecimento dos prejuízos do tráfico, registra-se a presença de opiniões aparentemente paradoxais em que um mesmo ator ocupa o lugar daquele que ameaça e daquele que protege, como no caso do bandido e do policial. A dimensão situacional das esferas de significação que ordenam a experiência social brasileira (DaMatta,1991) elucida essa ambigüidade.

Nesse contexto, o surgimento das organizações comunitárias locais pode representar a presença de uma instância intermediária entre o poder legal e o paralelo, ocupando um lugar de mediação, valorização e visibilidade dos problemas dos moradores. Tal aspecto foi indicado nos depoimentos mas precisaria ser analisado de forma mais aprofundada.

Conclui-se assim que o perfil tradicional da sociedade brasileira, articulado à situação sócio econômica das camadas populares urbanas, imprime uma especificidade no significado de proteção pelo fato de atualizar e reforçar o valor das relações pessoais em oposição à noção de direitos do cidadão. Tal fato foi observado tanto na lógica dos cuidados com a saúde, mais especificamente na prevenção do HIV/AIDS, como nas reações das ameaças percebidas no cotidiano. Se no imaginário social o familiar tende a proteger, conforme revelam as análises de Giami & Shiltz (1996), em um contexto relacional marcado pela desigualdade social, pela violência e pelos abusos do poder legal, essa associação tende a ganhar maior relevância e significado.

A implicações das condições materiais e simbólicas de existência na formação e reprodução da lógica de proteção de um determinado grupo social, se aproxima da perspectiva sócio histórica, destacada nos argumentos de Douglas, Bourdieu e Giddens (capítulo 2), sobre a importância da identificação dos dispositivos e as representações que estruturam as práticas.

## **CONCLUSÕES**

Por meio da análise da dimensão simbólica da proteção de jovens de segmentos populares, buscou-se contribuir para a reflexão sobre as limitações e

alcances de políticas de prevenção ao HIV/AIDS. Haja vista as críticas aos programas centrados na responsabilidade pessoal e na abordagem epidemiológica de risco e a maior vulnerabilidade ao HIV de populações menos abastadas.

Considerando que as propostas preventivas devam ser pensadas em função das possibilidades de se mudar ou adequar os dispositivos que estruturam o comportamento, um primeiro ponto do estudo a ser ressaltado refere-se à importância da caracterização de uma dada população com um determinado perfil sócio econômico e com especificidades simbólicas. A partir de um olhar etnográfico foi possível mapear aspectos da trajetória biográfica de um grupo de pessoas do mesmo universo etário e local de moradia, com poder aquisitivo semelhante e que compartilha de dispositivos peculiares (*ethos*) relacionados à convivência com o tráfico de drogas e estigmas sociais como pobreza e marginalidade.

A ênfase na experiência social do gênero e da sexualidade dessa população permitiu a identificação de valores culturais predominantes nesse contexto, favorecendo a compreensão dos sentidos atribuídos pelo grupo aos comportamentos do dia a dia que interferem na lógica da prevenção do HIV. Em outras palavras, ao privilegiar a dimensão simbólica das trajetórias femininas e masculinas - relativas a aspectos da vida cotidiana como escolaridade, profissionalização, relações de parentesco e de vizinhança, gênero, iniciação e experiência sexual - foi possível conhecer a visão de mundo e os comportamentos do grupo. Tais dados podem orientar a elaboração de propostas preventivas.

A trajetória dos rapazes revela a internalização de expectativas sociais em relação à função masculina tradicional de provedor mediante a ocupação do espaço público. Verificou-se uma naturalização da não participação dos homens nas tarefas domésticas e da importância do trabalho, em detrimento do investimento no ensino formal. A maioria dos entrevistados realizava atividades remuneradas - incluídos aqui os casos de envolvimento com o tráfico de drogas - e, em comparação com as

meninas, eram mais atraídas pelas perspectivas de profissionalização oferecidas pelas organizações comunitárias locais.

Na trajetória feminina, a manutenção das mulheres no espaço doméstico, em função das expectativas sociais do papel feminino de filha, esposa e/ou mãe, se contrapõe à ocupação masculina do espaço público, expressa no valor do trabalho e no adiamento da constituição do núcleo familiar. Mesmo aquelas que devido aos conflitos domésticos saíram da casa dos pais e buscaram independência financeira e “respeito” - através da participação no comércio ilegal de drogas - abandonaram essa atividade em função dos riscos e procuram constituir uma família. Observa-se aqui a percepção da oposição entre o mundo protetor, seguro e ordenado da ‘casa’ e o mundo desordenado, perigoso da ‘rua’.

Os relatos dos/as jovens sobre a importância do ensino formal indicam o valor simbólico da formação escolar enquanto garantia da não exclusão social. No entanto, os problemas do ensino público, articulados com traços simbólicos referentes ao gênero, colaboram para a evasão escolar. Assim, no caso das meninas a não profissionalização feminina fora do âmbito doméstico, guarda relação com o valor social do casamento e da maternidade. Os rapazes, cuja inserção no ensino formal ainda é menor do que a das mulheres, abandonaram a escola, grande parte das vezes, em decorrência da intenção de realizar uma atividade remunerada para ajudar em casa e adquirir bens de consumo.

As trajetórias do grupo investigado revelam uma confluência entre geração e gênero, de perfil tradicional. *Grosso modo*, pode-se dizer que rapazes e moças saem da casa para o mundo público por meio da escolarização, atividade remunerada e/ou violência doméstica. Devido à conjugação de valores sociais e condições materiais, as meninas retornam ao mundo da casa; enquanto que a atribuição de provedor contribui para a manutenção e dominação dos homens no universo público.

A experiência sexual do grupo pesquisado revelou diferenças entre valores e práticas femininas e masculinas, apontando para as inter-relações entre gênero e

sexualidade. As percepções dos/as entrevistados/as referentes ao universo feminino indicam mecanismos de controle da conduta sexual feminina, valorização da virgindade e um nexos significativo entre sexo e vínculo amoroso. Em contrapartida, as visões acerca do mundo dos homens falam de como a sexualidade está conectada à virilidade, manifesta na tomada de iniciativa, na sedução e dominação, assim como numa distinção entre relação amorosa e aprendizagem sexual. Verificou-se que a ordenação de gênero se arma em termos hierárquicos e que os roteiros sexuais para rapazes e moças estão profundamente marcados por essas concepções de gênero.

A descrição da experiência social do gênero e da sexualidade pode iluminar as avaliações da repercussão das campanhas de prevenção das DSTs/AIDS entre jovens de segmentos populares urbanos. Dentro desse eixo de reflexão, vale salientar os contrastes entre o discurso preventivo moderno e os dados do contexto em foco. As campanhas educativas dominantes são centradas na concepção de igualdade de direitos individuais, conforme indicam as propostas de planejamento e negociação com o parceiro/a sobre a prática do sexo seguro, visando o uso da camisinha e/ou o sexo sem penetração. No entanto, no universo investigado registrou-se que no contexto da primeira transa, ao invés de um acordo prévio, prevaleceram motivações de natureza diversa (confiança, vínculo amoroso, oportunidade, curiosidade), bem como o não uso de métodos preventivos. Na experiência sexual predominam relações heterossexuais genitalizadas desprotegidas. As críticas do grupo às práticas auto-eróticas como forma de satisfação individual, a recorrência dos casos de gravidez entre as jovens, a maternidade enquanto um bem simbólico e a assimetria de gênero complementam as diferenças entre o discurso preventivo e a realidade da população investigada.

Nota-se assim o quão distante tal realidade está das propostas preventivas no campo do HIV/AIDS, informadas pela concepção moderna de sexualidade e pela perspectiva racional e normativa das práticas. A falta de convergência entre o referencial cultural da população alvo da ação educativa e o do discurso preventivo

indica que a maioria dos programas de prevenção da AIDS não considera os resultados e os mecanismos de apreensão das informações transmitidas. Talvez essa seja uma das razões de por que tais ações, em geral, não têm alcançado as metas esperadas.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que as condições materiais e simbólicas dos/as jovens pesquisados/as tendem a atualizar os valores tradicionais de gênero; isto é, demarcando de maneira exclusiva as esferas masculina e feminina e supondo uma supremacia da primeira em relação à segunda. A coexistência de diferentes sistemas simbólicos (de feição individualista ou hierárquica) no interior de uma mesma sociedade complexa aponta para o fato de que apesar de alguns deles serem dominantes existe uma multiplicidade de códigos de leituras para os fenômenos sociais. Assim, mesmo com as mudanças introduzidas por tecnologias de comunicação de massa mais eficientes, as campanhas educativas que são portadoras de discursos mais ou menos comprometidos com o ideário moderno individualista são interpretadas e incorporadas de forma distinta pelos segmentos que compartilham do espaço social datado. As reflexões sobre práticas e visões de mundo - tanto numa perspectiva sincrônica (indicada nos estudos comparativos de grupos sociais contemporâneos) quanto numa abordagem diacrônica - permite a identificação da persistência ou mudança de representações organizadoras da percepção do mundo dos diversos grupos sociais. A mencionada variação entre opiniões e atitudes de jovens de camadas populares e médias de centros urbanos, no que se refere a determinados domínios da cultura, exemplifica esse eixo de reflexão

As conexões entre as modificações sociais decorrentes da modernidade e as representações dos grupos sociais são ilustradas no estudo de Bozon (1995). O autor reconhece mudanças importantes no comportamento sexual feminino, relacionando-as às transformações do papel e lugar da mulher na sociedade, à liberação dos costumes e ao controle do ciclo reprodutivo. Todavia, chama a atenção para a persistência de determinadas representações sobre o papel social feminino e

masculino. Embora tenha havido alterações significativas no comportamento, as novas condições não alteraram “de modo profundo nem as representações, nem os lugares desiguais de homens e mulheres nesse domínio. Dependentes de um desejo masculino dominante, as mulheres são um objeto que se procura possuir. Os homens são vistos como sujeitos desejantes independentes” (1995:132).

Esse ponto de vista assinala uma significativa resistência do plano simbólico mais profundo, o das representações em se alterarem em ritmo similar àquele que opera os comportamentos. Isso indica as dificuldades de se adotar novas práticas, tendo em vista as visões de mundo construídas e internalizadas ao longo do tempo. Tal discussão é fundamental para avaliar as limitações das propostas no campo da prevenção centradas na decisão racional individual, que não levam em conta a dificuldade de se modificar comportamentos arraigados, decorrentes de representações que orientam e organizam o cotidiano das pessoas.

A reflexão das repercussões das transformações sociais na modificação (a curto, médio e longo prazo) das representações e práticas nos remete para um outro ponto, qual seja, as condições materiais de existência do grupo. A trajetória dos pais/familiares do grupo entrevistado não indicou perspectivas de mudança no padrão de vida. No contexto atual, além da manutenção das desigualdades sociais e da deficiência das políticas públicas, tais jovens convivem com o forte apelo da indústria de consumo e o enfraquecimento da redes de controle e socialização como a igreja e a família. Essa realidade pode explicar a penetração e crescimento do comércio ilegal de drogas entre populações urbanas empobrecidas.

Tal cenário alimenta a contradição entre o forte estímulo ao consumo de bens e a incapacidade das populações de baixo poder aquisitivo de adquiri-los e, dessa forma, contribui para que uma parcela de adolescentes de camadas populares, principalmente do sexo masculino, siga trajetórias profissionais diferenciadas do modelo das gerações adultas, que assumem o trabalho como um valor. A adesão ao poder aquisitivo proporcionado pelo comércio ilegal de drogas se apresenta como

uma alternativa sedutora. Conquanto prevaleçam traços do ideário tradicional, como a assimetria do gênero característica do *ethos* viril, nota-se que a ênfase no poder de consumo denota um enfraquecimento do valor trabalho e de reciprocidade, indicando a especificidade das repercussões da modernização entre diferentes segmentos sociais.

Foi ressaltado que os projetos das organizações comunitárias procuram oferecer outras opções para essa população. Entretanto, é possível supor que tais iniciativas da sociedade civil têm um grande desafio a realizar e muitas vezes parecem ficar em desvantagem em relação ao poder aquisitivo e moral do poder ilegal. Nesse sentido, é importante não perder de vista que a reprodução e modificação dos comportamentos são dependentes dos dispositivos que estruturam as práticas, isto é, da interação entre as condições sociais e simbólicas de existência.

As descrições das manifestações culturais dos jovens de Vigário Geral, referentes ao sistema de gênero e sistemas produtivos, isto é de trabalho, convergem para as análises da literatura antropológica sobre segmentos populares urbanos, indicadas ao longo do trabalho. Assim, acredita-se que uma das colaborações do presente estudo é a possibilidade de um registro datado do modo de vida de um determinado segmento social com um perfil social e etário definido. Os resultados desta investigação podem servir de base para pesquisas comparativas a curto prazo com grupos diferenciados ou a médio prazo com a mesma população, visando a análise da mudança e/ou persistência de representações e práticas das temáticas focalizadas e a sua inter-relação com as transformações na dinâmica social.

Uma outra contribuição desta pesquisa refere-se à ênfase na dimensão simbólica da proteção, enquanto uma alternativa de relativização do enfoque epidemiológico de risco. A reflexão sobre a existência de um sistema cultural de proteção teve por objetivo direcionar a discussão sobre os cuidados com a saúde, em particular a transmissão do HIV, para o âmbito simbólico das práticas do cotidiano. A realização de tal meta foi orientada pela caracterização das visões de mundo e do

comportamento da população investigada, focalizando o sentido de proteção frente à percepção do grupo das ameaças da vida.

Os relatos e as observações das biografias indicaram que os núcleos simbólicos de proteção desses jovens estão conectados ao valor das relações pessoais ao invés da noção de direitos individuais, expressos na oposição entre o universo protetor e seguro da ‘casa’ e do ‘outro mundo’ e o espaço perigoso e arriscado da ‘rua’. Isso significa dizer que, de acordo com a percepção do grupo pesquisado, a proteção está referida à força e ao poder divino, ao universo “conhecido”, a saber: os amigos, local de moradia, a rede de parentesco e de vizinhança, e ainda o traficante (elemento de dentro). Todos esses elementos aludem à esfera de significação da ‘casa’. Ainda dentro dessa lógica, a dimensão simbólica da proteção apoia-se na divisão tradicional dos atributos femininos e masculinos, na qual as mulheres são identificadas com o esteio moral e os homens com o sustento econômico e com a força moral e bélica do poder ilegal. A ameaça está associada ao mundo “desconhecido” (de fora, estranho à comunidade), à violência policial, ao baile, isto é, à ‘rua’.

Convém salientar que as fronteiras entre a casa e a rua não são excludentes, mas relacionais e complementares. As opiniões sobre o poder legal e o poder paralelo, recorrentes nas discussões acerca do significado de proteção no contexto investigado, ilustram esse ponto de vista. De acordo com o grupo, a polícia agride, é violenta e limita os espaços de sociabilidade, mas sua ocupação da favela trouxe benefícios como o fim dos tiroteios. O traficante gera violência, mortes e ganha dinheiro fácil, entretanto, oferece apoio social e moral para os moradores. No confronto entre os perigos do elemento “de fora” (a polícia) e o “de dentro” (o traficante) registram-se visões aparentemente paradoxais em que um mesmo ator (bandido ou policial) é identificado com sentido de ameaça e proteção, mas compatíveis com a dimensão relacional e complementar das esferas de significação que ordenam a experiência social brasileira (DaMatta,1991).

Os núcleos simbólicos da proteção que organizam a visão de um grupo expressam a atualização o valor das relações pessoais e o enfraquecimento do papel das instituições públicas responsáveis pela manutenção dos direitos e da segurança dos cidadãos. Tendo como pano de fundo a precariedade do poder público e os limites das condições materiais de existência, o sentido de proteção apóia-se nas relações de familiaridade, conhecimento e proximidade e até no poder do tráfico que personifica no presente uma das formas de clientelismo da sociedade brasileira. Em contraposição, a ameaça localiza-se no desconhecido, no poder legal, naqueles elementos/instituições de fora, exteriores à comunidade. Essa visão de mundo contrasta com a hegemonia de uma única ética, centrada no valor dos direitos do cidadão, independentemente de sua condição social, raça, credo e família, comum ao ideário moderno.

A lógica de proteção, ancorada na combinação das categorias ‘casa’, ‘outro mundo’ e ‘rua’ também orienta os critérios sobre os cuidados com a saúde, em particular a transmissão do HIV. Nas relações sexuais exclusivas com a ‘mulher da casa’ (namorada, “*quieta*”, moça de família) ou com o rapaz “conhecido”, quando se usa algum método preventivo, recorre-se à pílula (previne-se a gravidez); nas relações sexuais com a ‘mulher da rua’ (profissional, “*vadia*”, “*safada*”) ou homem “desconhecido” as possibilidades de uso da camisinha aumentam (previne-se a doença).

Com relação à definição do (não) uso do preservativo, também foi observada uma avaliação sobre a hierarquia de risco nas diferentes situações, orientada pela soma de elementos do universo da ‘casa’ e da ‘rua’ e pela concepção de que a atividade sexual é sempre arriscada. A camisinha torna-se indispensável apenas quando o sexo é percebido como muito perigoso, ou seja, remete-se aos significados da ‘rua’. Nesses casos também se recorre ao sexo oral para evitar a AIDS. Quando se compara essas visões com a noção de sexo seguro divulgada pelo discurso preventivo e com a hierarquia epidemiológica de risco em relação ao sexo anal e

vaginal nota-se, mais uma vez, a distância entre o enfoque da prevenção e a realidade dos jovens estudados.

Tais dados iluminam a compreensão da falta de convergência entre o conhecimento dos meios de prevenção e os comportamentos adotados. O preservativo embora seja reconhecido como o principal meio de prevenção da AIDS e da gravidez não planejada e seja acessível ao grupo - por meio da distribuição gratuita de uma organização local - é apenas utilizado com regularidade por uma minoria.

Em suma, com base nas trajetórias biográficas analisadas enfatizando-se a dimensão simbólica da proteção, foi possível identificar na realidade em foco a conformação de um sistema cultural de proteção, estruturado por esferas de significação diversas e complementares, que se organizam a partir das categorias sociológicas da 'casa', do 'outro mundo' e da 'rua'. Os núcleos simbólicos conectados à esfera da 'casa' e do 'outro mundo' incorporam o significado da proteção, enquanto aqueles associados ao universo da 'rua' abarcam o sentido de perigo e ameaça. Essa lógica perpassa as representações e as práticas de vários aspectos da vida cotidiana relacionados à função social da rede de parentesco e de vizinhança, valores atribuídos ao gênero, práticas sexuais e visão da comunidade, assim como aos cuidados com a saúde, mais especificamente a prevenção do HIV.

Os nexos entre os núcleos simbólicos de proteção indicam a combinação de elementos de caráter social, simbólico e econômico, que atuam de forma integrada na dinâmica social. A situação sócio econômica das camadas populares urbanas, os abusos do poder público responsável pela manutenção da ordem e da segurança, a penetração e impacto do poder paralelo (o tráfico) articulados ao perfil relacional da sociedade brasileira atualizam o valor das relações pessoais em oposição à noção de direitos do cidadão. É dentro desse quadro que se deve compreender a especificidade do significado de proteção, este depende da conjugação de elementos simbólicos e materiais que reforçam a percepção de que o familiar protege.

O olhar sobre o modo de vida de jovens de segmentos populares urbanos apontou para o desafio da prevenção em termos dos seus ambiciosos objetivos voltados para a mudança de comportamentos arraigados. Admitir as dificuldades no campo da prevenção não significa, necessariamente, desistir da mesma, mas pensar em alternativas mais eficazes e adequadas às singularidades materiais e simbólicas dos variados segmentos sociais. Propõe-se assim que as políticas de prevenção devam contemplar as especificidades das estruturas objetivas e simbólicas da população alvo do programa, relativizando o enfoque na responsabilidade individual pela manutenção da saúde, em particular à conexão entre exposição ao HIV e as condições de vida da população. As tendências epidemiológicas globais, que apontam para o maior crescimento de casos de AIDS nas populações empobrecidas e marginalizadas, indicam que o controle da epidemia depende de investimentos no âmbito macro social, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em termos de educação, saúde, moradia e aumento do poder aquisitivo<sup>113</sup>. É sabido que a diminuição das desigualdades sociais e econômicas é difícil de ser alcançada dada a complexidade e amplitude das estruturas sociais, políticas e econômicas que alimentam a manutenção dessa situação. Romper o perverso ciclo da pobreza tem sido uma das grandes dificuldades das políticas de saúde pública. Contudo, cabe insistir que as propostas de prevenção dissociadas de mudanças na vulnerabilidade social e econômica tendem a ser limitadas.

Compreende-se que a elaboração de programas de prevenção e as discussões sobre a eficácia das mesmas também dependem do reconhecimento da natureza simbólica das práticas dos sujeitos sociais. Tal ênfase nos remete para a dificuldade de se compatibilizar o intuito do discurso preventivo de alterar, em um curto período de tempo, práticas sociais internalizadas, reproduzidas e naturalizadas e que nem sempre são percebidas pelo sujeito como uma ameaça à saúde. Mesmo nos casos em que um determinado comportamento é percebido como de risco, não se pode esperar

---

<sup>113</sup> Conferir o conceito de vulnerabilidade individual, programática e social em Mann *et al* (1992).

uma mudança imediata do mesmo, haja vista os vários fatores envolvidos na definição de uma prática que escapam do âmbito da decisão racional individual decorrente do acesso à informação. Uma comparação que pode ser feita diz respeito às campanhas anti-fumo. A descrição da lógica do (não) uso do preservativo ilustra as complicações da tarefa da prevenção. Conquanto seja um recurso disponível aos jovens pesquisados e reconhecido por eles como o principal meio da prevenção, a identificação da camisinha com os elementos do universo da ‘rua’, entre outras representações acerca da AIDS e do valor simbólico da maternidade, dificultam a sua incorporação no mundo protetor da ‘casa’.

Acredita-se que uma das possíveis contribuições do presente estudo em relação a formulação de políticas voltadas para a diminuição da exposição ao HIV entre jovens de segmentos populares urbanos seja o estabelecimento de um diálogo com as organizações comunitárias de Vigário Geral e com as instituições de ensino e saúde que atendem à população da favela (escolas e postos de saúde locais). Tem-se a intenção de divulgar os resultados e participar de uma discussão sobre programas de prevenção construídos a partir da experiência social do grupo. Dentro de uma ação mais focalizada - entendida como complementar às ações no âmbito macro social – tal iniciativa poderia fomentar o debate acerca do papel social dessas organizações enquanto mediadoras das necessidades da comunidade e do compromisso da sociedade civil e do poder público na implementação de políticas que ampliem as perspectivas de jovens de comunidades carentes no campo da educação, da profissionalização, do lazer e da cultura.

Novaes & Mafra (1998) organizaram um documento sobre o relato de agentes que integram vinte e três projetos de organizações voltadas para a “capacitação profissional de jovens, educação para a cidadania e incentivo ao trabalho comunitário”. Segundo as autoras, pesquisas do impacto dos programas de intervenção social, voltados para jovens de segmentos populares, revelam que tais iniciativas tendem a ampliar as “referências culturais e/ou profissionais” do grupo.

Esses dados servem de base para discussões futuras acerca de perspectivas e impasses nesse campo. Seria interessante saber quais as suas implicações para o significado da proteção da vida e da saúde desses jovens de camadas populares urbanas.

Para finalizar, a dificuldade de se mudar representações e práticas internalizadas e naturalizadas sugere que os caminhos da prevenção devem ser variados e complementares. As ações não devem ser isoladas e sim integradas no sentido de melhorar as condições de vida dos setores socialmente excluídos. Estado e sociedade civil devem fazer parcerias e assumir responsabilidades na implementação de políticas sociais na área da educação<sup>114</sup>, do emprego, da cultura e da saúde<sup>115</sup>. Alterar comportamentos arraigados é uma tarefa longa, árdua e delicada, mas a confluência de ações individuais e sócio-políticas poderão favorecer a (re)construção e/ou adequação das práticas dos atores sociais, visando a adoção de ações preventivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H., 1994. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta Editora Página Aberta.

---

<sup>114</sup> Ver Madeira (1998).

<sup>115</sup> Sobre as diretrizes de políticas e programas de saúde dirigidas para adolescentes e seus entraves, ver Arilha e Calazans (1998).

AGGLETON, P., 1994. Sexual Behavior Research and HIV/AIDS. *Global Aidsnews. The Newsletter of the World Health Organization Global Program on AIDS*, nº 3.

AIDS BULLETIM, 1998. *The 12<sup>th</sup> World AIDS Conference*. Medical Research Council, vol. 7 (2).

ALTMAN, D., 1995. *Poder e comunidade, respostas organizacionais e culturais à AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ e Relume Dumará.

ALVES, E., 1994. *Representações sociais sobre AIDS: um estudo etnográfico em atividades de prostituição*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

AMARO, H., 1994. Love, Sex and Power: Considering women's realities in HIV prevention. *American Psychologist*, vol. 50 (6): 437-447.

AMIT-TALAI & H. WULFF (orgs), 1995. *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. Routledge: New York.

ARIÉS, P., 1978. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

ARILHA, M. & CALAZANS, G., 1998. Sexualidade na Adolescência: O que há de novo. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 687-708, vol. 2, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

AYRES, J. R., 1996. *O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser*. (mimeo).

BADIANI, R.; QUENTAL, I. & SANTOS, E., 1997. *DST/AIDS e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: uma análise do nível de conhecimento e comportamentos de vulnerabilização*. Rio de Janeiro: BENFAM.

BANDURA, A., 1977. Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84:191-215.

BARBOSA, L., 1992. *O jeitinho brasileiro, a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus.

BASTOS, C., 1998. A política da produção do conhecimento e os movimentos da resposta à SIDA. *Etnográfica*, vol. II (1): 15-53.

BASTOS, F., 1995. *Ruína e Reconstrução: AIDS e drogas injetáveis na cena contemporânea*. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ & Relume Dumará.

BASTOS, F. & CARLINI-COTRINI, B., 1998. O consumo de substâncias psicoativas entre jovens brasileiros: Dados, danos e algumas propostas. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 645-670, vol. 2, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

BECKER, H., 1994. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.

BENFAM, 1996. *Pesquisa Nacional sobre demografia e saúde*. Rio de Janeiro.

BERQUÓ, E., 1998. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 93-108, vol. 1, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

BERREMAN, G., 1990. Por detrás de muitas máscaras. In: *Desvendando máscaras sociais* (A. Zaluar, org.), pp 123-174, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BLANCHET, A. & GOTAMN, A., 1992. *L'Enquête et ses méthodes: l'entretien*. Paris: Nathan.

BLUMER, H., 1969. The methodological position of symbolic interactionism. In: *Symbolic Interactionism Perspective and Method*, pp. 1-59. Berkeley, Los Angeles 7 London: University of California Press.

BOLTANSKI, L., 1979. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal

BOLTON, R., 1992. AIDS and promiscuity: Muddles in the models of HIV prevention. *Medical Anthropology*, 14(2-4): 145-223.

BOURGOIS, P., 1996. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press.

BOURDIEU, P., 1992. Interest, Habitus and Rationality. In: *An Invitation to Reflexive Sociology* (P. Bourdieu & L. Wacquant, editors), pp. 115-140. Chicago: The University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_ 1994a. Esboço de uma teoria prática. In *Pierre Bourdieu* (Ortiz, R., org.) pp. 46-81, Coleção Grandes Cientistas Sociais (39). São Paulo: Ática

\_\_\_\_\_ 1994b. Gostos de Classes e estilos de vida. In *Pierre Bourdieu* (Ortiz, R org), pp 82-121. Coleção Grandes Cientistas Sociais (39). São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_ 1994c. O campo científico. In *Pierre Bourdieu* (Ortiz, R., org.) pp. 122-155, Coleções Grandes Cientistas Sociais (39). São Paulo: Ática

\_\_\_\_\_ s/d. Como é possível ser esportivo? In: *Questões de Sociologia*, pp. 136-153, Rio de Janeiro: Marco Zero.

\_\_\_\_\_ 1995. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, 20(2): 133-184.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C., 1975. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOZON, M & HEILBORN, M. L., 1996. Les caresses et les mots, Initiations amoureuse à Rio de Janeiro et à Paris. *Terrais*, 27: 37-58.

BOZON, M. & LERIDON, H., 1993. Les constructions sociales de la sexualité. *Population*, 5:1173-1196.

BOZON, M., 1995. Amor, Sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Estudos Feministas*, vol. 3(1):122-135.

\_\_\_\_\_ 1998. Comportamento sexual em tempos de AIDS: mudanças ou adaptações? *Boletim Sexualidade, Gênero e Sociedade*, IMS/UERJ, nº9 (julho):1,4-7.

BRANDT, A., 1993. Behavior, Disease, and Health in the twentieth-century United States. The moral Valence of Individual risk. In: *Morality and Health, interdisciplinary perspectives* (A. Brandt & P. Rozin, editors), pp. 55-78. New York: Routledge.

BRANDÃO, E., 1998. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: *Horizontes Plurais, novos estudos de gênero no Brasil* (B. Bruschini. & H. Buarque de Hollanda, orgs), pp. 51-84. São Paulo: Fundação Carlos Chagas 34.

CAIAFA, J., 1985. *Movimento Punk na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

CALHOUN, C., 1993. Habitus, Field, and Capital: the Question of Historical Specificity. In: *Bourdieu: Critical Perspectives* (C. Calhoun; E. LiPuma & M. Postone, editors.), pp.61-88, Chicago: The University of Chicago Press.

CALVEZ, M., (s/d) *Los usos sociales del sida: Elementos de análisis cultural del riesgo*. Editorial Universitaria (s/l).

CAMARANO, A., 1998. Fecundidade e contracepção da população jovem. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 109-134, vol. 1, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

CARRARA, S., 1996. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

CARRARA, S. & MORAES, C., 1986. Um mal de folhetim? *Caderno do IMS*, 1(2).

CARRIER, J. & BOLTON, R., 1991. Anthropological perspectives on sexuality and HIV prevention. *Annual Review of Sex Research*. Vol. 2: 49-77.

CASTIEL, L. D., 1994. *O Buraco e o Avestruz: a singularidade do adoecer humano*. São Paulo: Editora Papirus.

CASTILHO, E & SZWARCOWALD, C., 1998. Mais uma pedra no meio do caminho dos jovens Brasileiros: a AIDS. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 197-208, vol. 1, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

CATANIA, J.; KELEGES, S; COATES, T., 1990. Toward un understanding of risk behavior: na AIDS risk reduction model. *Health Education Quarterly*, 17: 53-72.

CECCHETTO, F., 1997. As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: *Galeras cariocas* (H. Vianna, org.), pp. 95-118, Rio de Janeiro: UFRJ.

CONNORS, M., 1992. Risk perception, risk taking and risk management among intravenous drug users: Implications for AIDS prevention. *Social Science and Medicine*, 34(6): 591-601.

COSTA, J., 1979. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal  
\_\_\_\_\_ 1992. *A inocência e o vício, estudos sobre homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

CUNHA, O., 1997. Conversando com Ice-T: Violência e criminalização do *funk*. In: *Abalando os anos 90, funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural* (M. Herschmann, org.), pp. 86-111, Rio de Janeiro: Rocco.

DAMATTA, R., 1991. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

DANIEL, H. & PARKER. R., 1991. *AIDS a terceira epidemia*. São Paulo: Iglu.

DETIENNE. M., 1994. *Dioniso a céu aberto*. Rio de Janeiro: Zahar.

DOUGLAS, M., 1994. *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. NY: Routledge.

\_\_\_\_\_ 1986. *How institutions think*. New York: Syracuse University Press.

DUARTE, L.F., 1987. Muita vergonha, pouca vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In *Cultura e Identidade Operária* (J.S. Lopes, org.), pp. 203-226, Rio de Janeiro: Marco Zero.

\_\_\_\_\_ 1988(1986). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq

DUARTE, L.F.; BARSTED, L; TAULOIS, M.R. & GARCIA, M.H., 1993. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 8(22): 5-19.

EHRHARDT, A; YINGLING, S. & WARNE, P., 1991. Sexual Behavior in the era of AIDS: What has changed in the United States? *Annual Review of Sex Research*, vol. 2: 25- 47.

FARMER, P., 1993. *AIDS and accusation Haiti and the geography of blame*. Berkeley, Los Angeles & Oxford: University of California Press.

FERNANDES, J.C. & MONTEIRO, J., 1997. Postos Comunitários: uma alternativa para o sistema de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 13 (1): 127:135.

FERREIRA, A. B. H., 1986. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FOLHA DE SÃO PAULO, 1998. *Revista da Folha* (Droga de Amor), 28 de junho.

\_\_\_\_\_ 1998. *Caderno Especial A* (Família), 20 de setembro.

FONSECA, C., 1993. Bandidos e Mocinhos: antropologia da violência no cotidiano. *Humanas: revista da IFCH – UFRGS*, Porto Alegre, Vol. 1 (2): 67-89, jul./dez.

FOUCAULT, M., 1985. *História da sexualidade A vontade de saber*. RJ: Graal.

\_\_\_\_\_ 1988. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FREIRE, P., 1979. *Conscientização, teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez e Moraes.

FRY, P., 1992. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver: Identidade Política na Cultura Brasileira*, pp. 87-115, Rio de Janeiro: Zahar.

GAGNON, J., 1990. The explicit and implicit use of the scripting perspective in sex research. *Annual Review of Sex Research*, vol. 1: 1- 43.

GALVÃO, J., 1992. *AIDS e a Imprensa. Um estudo de Antropologia Social*. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ.

GIAMI, A & SCHILTZ, M., 1996 Representations of sexuality and relations between partners: Sex research in France in the era of the AIDS. *Annual Review of Sex Research*, vol. 7: 125-157.

GIDDENS, A., 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

GILMAN, S., 1985. *Difference and pathology, stereotypes of sexuality, race and madness*. Ithaca, NY: Cornell University Press

\_\_\_\_\_ 1988. *Disease and representations*. Ithaca, NY: Cornell University Press

GRIFFIN, C., 1995. Starting points and reservations: A century of Adolescence: from 1880-1980. In: *Representations of Youth, the study of youth and adolescence in Britain and America*, pp. 1-26, Cambridge: Polity press.

GOFFMAN, E., 1982. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

GOLDSTEIN, D., 1996. O lugar da mulher no discurso sobre AIDS no Brasil. In: *Quebrando o silêncio, mulher e AIDS no Brasil* (R. Parker & J. Galvão, orgs.)pp. 137-152, Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ & Relume Dumará.

GOUVEIA, P., 1997. *Uma 'Mulher de verdade': estudo sobre identidade feminina entre grupos populares*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPCIS), UERJ.

GREEN, E.; ZOKWE, B. & DUPREE, J., 1993. The experience of an AIDS prevention program focused on south African traditional healers. *Social Science and Medicine*, 40(4): 503-515.

GUIMARÃES, C. D., 1996. Mais Merece: o estigma da infecção sexual pelo HIV/AIDS em mulheres. *Estudos Feministas*, ano 4 (2): 295-318.

GUIMARÃES, E., 1998. *Escola, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: UFRJ

HARRIS, D. & GUTEN, S., 1979. *Health-Protective Behavior: An Exploratory Study*. *Journal of Health and Social Behavior*, vol. 20 (March):17-29.

HEILBORN, M. L., 1984. *Conversa de portão juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.

\_\_\_\_\_ 1993. Gênero e hierarquia: A costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas*, vol. 1 (1): 50-82.

\_\_\_\_\_ 1996. Violência e Mulher. In: *Cidadania e Violência* (G. Velho & M. Alvito, orgs.), pp. 89-98, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_ 1997. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares. In: *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre adolescentes pobres no Brasil* (F. Madeira, org.), pp 291-342, São Paulo: Rosa dos Ventos, UNICEF e Fundação Carlos Chagas.

HELMAN, C., 1994. *Cultura, Saúde e Doença*. Porto Alegre: Artes Médicas.

HERZLICH, C. & PIERRET, J., 1989. The construction on a social phenomenon: AIDS in French Press. *Social Science and Medicine*, 9(11): 235-1242.

HOMANS, H. & AGGLETON, P., 1988. Health Education HIV Infection and AIDS. In: *Social Aspects of AIDS* (P. Aggleton & H. Homans, editors), pp. 1235-1242, London: The Falmer Press.

INGHAM, R; WOODCOCK & STENNER, K., 1992. The limitations of rational decision-making models as applied to young people's sexual behavior. In: *AIDS*:

*Rights, risk and reason* (P. Aggleton, P. Davies & G. Hart, editors), pp. 163-173, London: The Falmer Press.

ISER, 1994. *Projeto Eco-comunidade: Diagnóstico Ambiental do Parque Proletário de Vigário Geral*. Coordenação Geral Samyra Crespo (mimeo).

JORNAL DO BRASIL, 1998. *Caderno Cidade* (As meninas do tráfico), 16/6: 29.

\_\_\_\_\_ 1998. *Caderno Cidade* ('Sou HIV positivo na alma'), 14/1:1, 20

KANE, S., 1993. National discourse and the dynamics of risk: Ethnography and AIDS intervention. *Human Organization*, vol. 52 (2):224-228.

\_\_\_\_\_ 1994. AIDS Quarantine, Human Rights and Anthropology. *Anthropology Newsletter*, pp. 48 (February).

KLEINMAN, A., 1980. *Patients and Healers in the context of culture*. Berkeley, L.A. & London: University of California Press.

KNAUTH, D., 1995. Um problema de família: A percepção da AIDS entre mulheres soropositivas. In: *Corpo e Significado* (O. Leal, org.), pp. 379-390, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_ 1997. O vírus procurado e o vírus adquirido. *Estudos Feministas*, vol. 5 (2): 291-301.

KNAUTH, D.; VICTORIA, C.; LEAL, O., 1998. A banalização da AIDS. *Horizontes Antropológicos*, 4(9):171-202.

LAVINAS, L., 1997. Gênero, cidadania e adolescência. In: *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre adolescentes pobres no Brasil* (F. Madeira, org.), pp. 11-44, São Paulo: Rosa dos Ventos, UNICEF e Fundação Carlos Chagas.

LEAL, O., 1995 Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: *Corpo e Significado* (O. Leal, org.) pp. 13-35, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LEAL, O. & LEWGOY, B. 1995. Pessoa, Aborto e Contracepção. In: *Corpo e Significado* (O. Leal, org.) pp. 57-76. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LHOMOND, B., 1996. Qu'est ce qu'un rapport sexuel? Remarques à propos des enquêtes sur les comportements sexuels. *Mots Les language du politique*, 49: 107-115.

LINS, P., 1997. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras.

LONGRIGG, J., 1992. Epidemic, ideas and classical Athenian society. In: *Epidemics and Ideas* (T. Ranger & P. Slack, editors), pp. 21-4. Cambridge: Cambridge University Press.

LOYOLA, M. A., 1984. *Médicos e Curandeiros: Conflito social e saúde*. São Paulo: Difel

LUZ, M., 1993. Relações entre adolescentes e a sociedade: Instituição, Violência e Disciplina. Série *Estudos em Saúde Coletiva*. IMS/UERJ, 048.

MACGRAFT, J., SCHUMANN, D., PEARSON-MARKS, J. RWABUKWALI, C., MUKASA, R., NAMANDE, B.; NAKAYWA, S., NAKYOBÉ, L., 1992. Cultural

Determinants of Sexual Risk Behavior for AIDS among Baganda Woman. *Medical Anthopology Quartely*, 6 (2):153-161.

MADEIRA, F., 1997. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão. In: *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre adolescentes pobres no Brasil* (F. Madeira, org.), pp. 45-134, São Paulo: Rosa dos Ventos, UNICEF e Fundação Carlos Chagas.

\_\_\_\_\_ 1998. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 427-496, vol. 2, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

McCALL M. & BECKER, H., 1990. Introduction. In: *Symbolic Interactions and Cultural Study*, pp. 1-16, Chicago: The University of Chicago Press.

MALINOWSKY, B., 1990. Objeto, métodos e alcance desta pesquisa. In: *Desvendando máscaras sociais* (A. Zaluar, org.), pp. 39-62, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MANN, J.; TARANTOLA, D.J.M. & NETTER, T.W. (orgs.), 1993. *A AIDS no mundo*. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ e Relume Dumará.

MARSHALL, C. & ROSSMAM, G., 1995. Recording, Managing and Analyzing Data. In: *Designing Qualitative Research*, pp. 109-119, (2<sup>nd</sup> Edition). California: Sage.

MELLO JORGE, M.H., 1998. Como morrem nossos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 209-289, vol. 2, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

MERTENS, T.E. & LOW-BEER, D., 1996. HIV and AIDS: Where is the epidemic going? *Bulletin of the World Health Organization*, 74 (2): 121:129.

MÉRCHAN-HAMANN, E., 1996. *Adolescente pobre, escola e prisão: as práticas, representações e cenários culturais dos riscos de HIV/AIDS*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

MESQUITA, F & BASTOS, F.I. (orgs.). 1994. *Drogas e AIDS estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec.

MINAYO, M.C., 1993. *O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Programa Nacional de DST/AIDS), 1998. *AIDS: Boletim Epidemiológico*, Ano XI (3) semana epidemiológica 22 a 34, junho a agosto.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Coordenação Materno-infantil), 1996. *Informe sobre o grau de cumprimento das metas da reunião de cúpula em favor da infância* (mimeo).

MONTEIRO, S.; REBELLO, S. & SCHALL, V., 1991. An Educational Game about AIDS for children. *Hygie: International Journal of Health Education*, vol. X (4):32-35.

\_\_\_\_\_ 1994. Jogando e aprendendo a viver: uma abordagem da AIDS e das drogas através de recursos educativos. In: *Drogas e AIDS: Estratégias de Redução de Danos* (F. Mesquita & F. Bastos, orgs.), pp. 133-146, São Paulo: HUCITEC/IEPAS.

MONTEIRO, S.; CASTELLO BRANCO, C. & SANTOS, E.M., 1996. Projeto Viva a Vida. In *AIDS Educação: um convite à prevenção* (C. Castello Branco, E.M. Santos & S. Monteiro orgs), pp. 16-39. Rio de Janeiro: ABIA.

MONTEIRO, S., 1995. *A AIDS no contexto escolar: análise de um programa de prevenção*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, UERJ.

\_\_\_\_\_ 1995<sup>a</sup>. Projeto Viva a Vida: prevenindo a AIDS na escola In: *AIDS, pesquisa social e educação* (D. Czeresnia; E. Santos; R. Simões Barbosa; S. Monteiro, orgs.), pp 122-136, São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.

\_\_\_\_\_ 1998. AIDS prevention in Brazilian public schools: a partnership between governments and a non governmental organization. *Ciência e Cultura*, vol. 50 (5):319-328.

NEWMAN, L; ZIERLER, S. & CHEUNG D., (s/d) Epidemiological and ethnographic methods for research in high-risk behavior: Integrated approaches to acceptability and intervention. In: *Research issues in human behavior and sexually transmitted disease in the AIDS Era*, pp. 258-266, Washington, DC: American Society of Microbiology.

NORDSTROM, C. & A.. ROBBEN (editors), 1995. *Fieldwork under fire contemporary studies of violence and survival*. Berkeley, Los Angeles & Oxford: University of California Press.

NOVAES, R., 1997. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: *Galeras cariocas* (H. Vianna, org.), pp. 119-160, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NOVAES, R. & MAFRA, C., 1998. Juventude conflito social e solidariedade. In: *Comunicações do ISER*, 50 (17).

OPPENHEIMER, G., 1992. Causes, cases and cohorts: The role of epidemiology in the historical construction of AIDS. In: *AIDS the making of a chronic disease* (E. Fee & D. Fox, editors), pp. 49-83, Berkeley: University of California Press.

ORTIZ, R., 1994. Introdução. In: *Pierre Bourdieu* (R. Ortiz, org.), pp. 7-29, Coleções Grandes Cientistas Sociais (39), São Paulo: Ática.

OTERO, R. & FAZEH, A., 1997. *Relatório do Projeto da Pesquisa: Integração entre arte e ciência*. LEAS-Biologia/IOC- FIOCRUZ, (mimeo).

PACKARD, R & EPSTEIN, P., 1992. Medical Research on AIDS in Africa: a historical perspective. In: *AIDS the making of a chronic disease* (E. Fee & D. Fox, editors), pp. 346-376, Berkeley: University of California Press.

PAICHELER, G., s/d. Perception of HIV risk and prevention strategies: A dynamic analysis (mimeo).

PAIS, J.M., 1993. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

PAIVA, V., 1996. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: *Sexualidades Brasileiras* (R. Parker & R. Barbosa, orgs.), pp. 213-234, Relume Dumará: Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. V. 1996a. *Fazendo Arte com a camisinha: a história de um projeto de prevenção da AIDS para jovens*. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (Regional Office for the Americas World Health Organization), 1998. *News Release, World AIDS Day Statement*. Washington, November 30 (opas-comunica@bra3.opas.org.br).

PARKER, R., 1989. Youth, identity and homosexuality: The changing shape of sexual life in contemporary Brazil. *Journal of Homosexuality*, 17 (3/4): 269-282.

\_\_\_\_\_ 1991. *Bodies, Pleasures and Passions*. Boston: Beacon Press.

\_\_\_\_\_ 1997. Reflexões sobre a sexualidade na sociedade Latino-Americana: Implicações para Intervenções em face do HIV/AIDS. *Physis*, 7(1): 99-108.

\_\_\_\_\_ 1996. Empowerment, community mobilization and social change in the face of HIV/AIDS. *AIDS*. 10 (suppl 3):S27-S23

\_\_\_\_\_ 1998. Teorias de Intervenção e Prevenção do HIV/AIDS. In *Entre homens: homossexualidade e AIDS no Brasil* (R. Parker & V. Terto, orgs.), pp101-109. Rio de Janeiro: ABIA.

PARKER, R; HERDT, G; CARBALLO, M., 1995. Cultura sexual, transmissão do HIV e pesquisas sobre AIDS. In: *AIDS, pesquisa social e educação* (D. Czeresnia; E. Santos; R. Simões Barbosa; S. Monteiro, orgs.), pp. 17-45. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.

PARKER, R.; BASTOS, C.; GALVÃO, J. PEDROSA, J. (orgs.), 1994. *AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ e Relume Dumará.

PATTON, M. Q., 1990. Qualitative Analysis and Interpretation. In *Qualitative Evaluation and Research Methods*, pp 371-494 (2<sup>nd</sup> Edition), California: Sage.

PATTON, C., 1985. *Sex and Germs the politics of AIDS*. Boston: South end Press.

\_\_\_\_\_ 1996. *Fatal Advice. How safe-sex education went wrong*. USA: Duke University Press.

PROCHASKA, J.; REDDING, C.; HARLOW, L.; ROSSI, J. VELICER, W. 1994. The transtheoretical model of change and HIV prevention: a review. *Health Education Quarterly*. Vol. 21(4):471-486.

PEIRANO, M., 1990. *Os antropólogos e suas linhagens*. ANPOCS (mimeo)

PETTERSON, P., 1994. *Risco sob risco: prostituição e AIDS*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

REIS, E., 1989. Reflexões sobre o Homo Sociologicus. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(4): 23-32.

RODRIGUES, J.C., 1983. *O Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Achiamé.

ROPA, D & DUARTE, L.F., 1985 Considerações teóricas sobre a questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras. In: *Cultura e Psicanálise* (S. Figueira, org.), pp. 179-201, São Paulo: Brasiliense.

ROSENSTOCK, I., 1974. The health belief model and personal health behavior. In *Health Education Monographs*, 2 (M. Becker, ed.), pp.220-243

SARTI, C., 1996. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores associados.

SALEM, T., 1981. Mulheres Faveladas: “Com a venda nos olhos”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (Francheto et al, org.), nº 1: 49-99, Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_ 1985. Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente. *Boletim do Museu Nacional*, nº 54: 1-27.

SANTOS, E.M., 1992. *AIDS related knowledge and sexual practices among two groups of adolescents of Rio de Janeiro, Brazil: A contribution to HIV/AIDS prevention programs*. Tese de Doutorado). Illinois: University of Illinois, Urbana-Champaign.

\_\_\_\_\_ 1995. Comportamentos sexuais, práticas sexuais, habitus, trabalho erótico: uma contribuição ao estudo das sexualidades. In: *AIDS, Ética e Biotecnologia* (D. Czeresnia; E. Santos; R. Simões Barbosa; S. Monteiro, orgs.), pp.77-100, São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.

SCHALL, V. & STRUCHINER, M., 1995. Educação no contexto da epidemia de HIV/AIDS: teorias e tendências pedagógicas. In: *AIDS, Ética e Biotecnologia* (D. Czeresnia; E. Santos; R. Simões Barbosa; S. Monteiro, orgs.), pp.84-105, São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.

SCHEPER-HUGUES, N., 1994. AIDS and the social body. *Social Science and Medicine*. 39(7): 991-1003.

\_\_\_\_\_ 1993. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley, Los Angeles & Oxford: University of California Press.

SCHOEPPF, B., 1992. AIDS, Sex and Condoms: African Healers and the Reinvention of Tradition in Zaire. *Medical Anthropology*, 14 (2-4)

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE do Rio de Janeiro (Coordenadoria de Vigilância), 1998. *Boletim DST/AIDS*, janeiro a abril.

SEEGER, A., 1980. *Os índios e nós: estudos sobre sociedade tribais*. Rio de Janeiro: Campus.

SEFFNER, F., 1995. AIDS, estigma e corpo. In: *Corpo e Significado* (O. Leal, org.) pp. 391-415, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SHILTS, R., 1987. *And the Band Played on, People and the AIDS Epidemic*. New York: St. Martin's.

SHUTZ, A., 1972. *Fenomenología del mundo social*. Buenos Aires. Paidós.

SILVA, H. & MILITO, C., 1994. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SIMÕES BARBOSA, R., 1994. *AIDS e gênero: as mulheres de uma comunidade favela*. Tese de Mestrado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

SINGER, M., JIA, Z., SCHENSUL, J., WEEKS, M. & PAGE, B., 1992. AIDS and the Drug User: the local context in prevention efforts. *Medical Anthropology*, 14(2-4).

SLACK, P., 1992. Introduction. In: *Epidemics and Ideas* (T. Ranger & P. Slack, orgs). Cambridge: Cambridge University Press.

SOARES, B., 1996. Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: *Violência e política no Rio de Janeiro* (L.E. Soares, org.). Rio de Janeiro: ISER e Relume Dumará.

SOARES, L.F. *et al*, 1996. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER e Relume Dumará.

SONTAG, S., 1989. *AIDS and Its Metaphors*. New York: Farrar, Straus & Giroux.

SOUSA, I.C.F.; ROZEMBERG, B.; BORUCHOVITCH, E.; SCHALL, V., 1998. A missing agenda in Brazilian schools: The debate on popular health practices. *Ciência e Cultura* vol. 50 (5):328-336.

SOUTO, J., 1997. Os outros lados do *funk* carioca. In: *Galeras cariocas* (H. Vianna, org.), pp. 59-94, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TOURIGNY, S., 1998. Some new dying trick: African American youths 'choosing' HIV/AIDS. *Qualitative Health Research*, vol. 8 (2): 149-167.

TRAVASSOS, C. & LEBRÃO, M.L., 1998. Morbidade hospitalar nos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas* (E. Berquó, org.), pp. 165-196, vol. 2, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

TREICHLER, P., 1992. AIDS and HIV infection in the third world: A first world chronicle. In: *AIDS the making of a chronic disease* (E. Fee & D. Fox, editors), pp. 377- 412, Berkeley: University of California Press.

VAITSMAN, J., 1997. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Estudos Feministas*, vol. 5 (2): 303-320.

\_\_\_\_\_ 1998. Living in many worlds: women in a poor community in Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Latin American Studies Association. (mimeo)

VALLINOTO, T.C., 1991. *A construção da solidariedade, um estudo sobre a resposta coletiva à AIDS*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

VANCE, C., 1991. Anthropology rediscovers sexuality: A theoretical comment. *Social Science and Medicine*, vol. 33 (8): 875-884.

VARGAS, E., 1998. *Corpo e Sexualidade através das Imagens em Vídeo*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: CCS/NUTES/UFRJ.

VELHO, G., 1987. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_ 1994. *Projeto e metamorfose antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_ 1996. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: *Cidadania e Violência* (G. Velho & M. Alvito, orgs.), pp. 10-24, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Fundação Getulio Vargas.

VENTURA, Z., 1994. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras.

VIANNA, H., 1988. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar.

VILLA, A., 1998. Haciendo visible a los varones en las relaciones de género. *Boletim Sexualidade, Gênero e Sociedade*, IMS/UERJ, n° 7 e 8 (abril):6-11

VILLELA, W., 1996. Refletindo sobre a negociação sexual como estratégia de prevenção da AIDS entre mulheres. In: *Quebrando o silêncio, mulher e AIDS no Brasil* (R. Parker & J. Galvão, orgs.), pp. 181-190, Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ & Relume Dumará.

ZALUAR, A., 1985. *A máquina e a revolta as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_ 1994. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan & Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ 1997. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: *Galeras cariocas* (H. Vianna, org.), pp.17-57, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WEEKS, J., 1986. *Sexuality*. New York: Tavistock Publications & Ellis Horwood Limited in association with Methuen.

\_\_\_\_\_ 1989 AIDS: The intellectual Agenda. In: *AIDS: Social representation, social practices* (P. Aggleton, G. Hart & P. Davies, editors), pp 1-20, New York: Falmer Press.

WELLINGS, K., 1988. Perception of risk media treatments of AIDS. In *Social Aspects of AIDS* (P. Aggleton & H. Homans, eds.), pp. 83-105. London: The Falmer Press.

WILLIAMS, S. J., 1995. Theorizing class, health and lifestyles: can Bourdieu help us? *Sociology of Health and Illness*. 17(5): 577-604.

## ANEXO

ROTEIRO DA ENTREVISTA (este roteiro orientou a entrevista, mas as questões não foram necessariamente formuladas dessa maneira)

Iniciais:      Sexo:      Idade:      Cor:  
 Local de moradia:      Local de nascimento:  
 Profissão do pai:      Profissão da mãe:      Origem social familiar:

COMUNIDADE (visão dos moradores)

Como é morar aqui? O que você gosta? O que você não gosta?

O que tem de bom aqui que não tem lá fora? E de ruim? Que atividades vocês fazem juntos? Você acha que nesta comunidade tem uma divisão de “bairros”? Como?

Você gostaria de morar em outro lugar? Por que?

Você se sente protegido morando aqui? Em que sentido? Em relação a que?

REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS (alcance e adesão aos projetos comunitários)

O que você acha da Associação de Moradores, do Afro Reggae, dos Médicos sem Fronteiras e da Casa da Paz? Já freqüentou alguma dessas instituições? Por que?

FAMÍLIA (história e núcleo familiar)

Você passou a sua infância aqui? Como foi? Quem é a sua família? Você tem irmãos? Quantos? Qual a relação com seus pais e parentes? Com quem você mora?

Você já morou fora de casa? Onde? Quando é que você deixou de ser criança?

Você acha que a sua família protege a sua vida e a sua saúde? Como?

ESCOLARIDADE (formação e valor da educação formal)

Com que idade você entrou para escola? Você está na escola atualmente? Por que?

Você já repetiu algum ano? É importante freqüentar a escola? Por que?

Freqüentar a escola pode te dar proteção para sua vida e/ou sua saúde? Como?

SONHOS (ideal profissional e aspirações)

Que tipo de trabalho você gostaria de ter? Quais são os seus sonhos? O que você gostaria de realizar nesta vida? O que tem facilitado/dificultado a realização desse(s) sonho(s)?

SUSTENTO (fonte de renda)

Você trabalha (já trabalhou)? O que você faz(ia)?

Quanto tempo gasta(va) do seu dia nesse trabalho?

Você ganha algum dinheiro? O que você faz com o dinheiro que você ganha?

### REFERÊNCIA (interlocutores; formadores de opinião; pares)

Como você resolve os seus problemas? Quem te ajuda a resolver seus problemas?  
Quando você tem dúvidas do que fazer, com quem você conversa? Quem influencia seu comportamento? Em quem você confia? Quem não merece a sua confiança?  
Quem você mais admira? Quem são seus heróis? Quem são seus amigo/as? Moram aqui?

### LAZER (consumo e práticas culturais)

Como você se diverte? O que você gosta de fazer?  
Quais são as músicas e os músicos que você mais gosta? Você compra disco, CD ou K7? Quais? Ouve rádio? Música ou notícia? Quais os filmes que você mais gosta? Qual os últimos filmes que você viu? Qual o seu programa de TV preferido?  
Você gosta de ler? O que (revista, livro, jornal)? Qual o último livro que você já leu? Onde você obtém informações sobre as coisas que estão acontecendo?

### PRECONCEITO (convivência com estigmas)

Tem gente que tem preconceito por causa da cor, sexo ou classe (associa favela à marginalidade, violência) Você já sofreu preconceito por morar aqui, ou pela cor? Quando? Você acha que existe preconceito em relação a viado e sapatão? O que você acha das pessoas que preferem transar com pessoas do mesmo sexo? E das pessoas que fazem sexo pra ganhar dinheiro?

### RELIGIÃO e DESTINO (influência do poder divino ou transcendental)

Você acredita em Deus? Tem religião? Qual? O que é Deus para você?  
Qual a influência da religião na tua vida?  
Você acha que as pessoas já nascem com um destino traçado?  
Em que a gente pode interferir? O que a gente não tem como mudar?  
Quem morreu na Chacina de 93 foi por destino ou fatalidade/coincidência?  
O que na vida você não consegue controlar (Sexo, morte, raiva, álcool, desejo,...)?

### DOENÇA

Alguém da sua família está com alguma doença? Qual?  
Como você sabe que está doente?  
Qual foi a última vez que você ficou doente? Como se tratou?  
Que doenças te ameaçam? Como você se protege delas?  
Quais as doenças mais comuns (visíveis) na sua comunidade?

### PROTEÇÃO (representações e práticas)

O que te traz segurança? Como você se sente protegido?  
E desprotegido? O que você faz?  
O que (Quem) te protege? Como? Quais os locais que você considera seguro?  
Que comportamentos são seguros? Que comportamentos são arriscados?

O que é arriscado de fazer, mas é gostoso?  
 Você faz mesmo correndo risco? Por que?  
 Tem jovens que participam de grupos (galeras, gangs, torcidas, funkeiros, evangélicos) Você participa de algum grupo? Qual? Porque? Isso te dá proteção?

#### MORTE (representações)

Quando você acha que vai morrer, velho ou novo? Você tem medo da velhice?  
 De que maneira você imagina sua morte? Você tem medo da morte?  
 O que é mais valioso na sua vida? Como você protege as coisas que você dá valor?  
 O que você tem medo de perder? Você já perdeu alguma coisa valiosa? O que?  
 Como? Vale a pena viver a vida? Como você procura evitar a morte?

#### AMEAÇAS DO COTIDIANO (vivências e adaptações)

O que te ameaça no dia a dia (polícia, bala perdida, morte de familiares e amigos..)?  
 Como você se protege dessas situações? Quem (o que) te ajuda?  
 Como que era viver com tiroteio antes da ocupação da polícia?  
 Você é a favor da ocupação? Por que?  
 Você já sofreu alguma violência (assalto, tiro, agressão, tortura)?  
 Qual? Quantas vezes? O que você faz para se defender?  
 Que situações te deixam inseguro? Como você se protege?  
 Você já perdeu amigos e parentes por causa de algum tipo de violência?

#### TRÁFICO DE DROGAS (aproximações e avaliação)

O que você acha do tráfico de drogas (movimento)? Porque as pessoas entram? O que atrai? O que distancia? Você tem (já teve) algum envolvimento? Por que?  
 O tráfico ameaça ou protege a comunidade?

#### GÊNERO

Você acha que a mulher e o homem são iguais? Em que? Por que?  
 Você acha que os pais educam as filhas diferente dos filhos? Como?  
 A vida sexual do homem e da mulher é igual? Por que?  
 Como você chama o órgão sexual feminino e masculino? Que nome seus colegas usam?

#### SEXO (vivências)

Você já fez sexo? Que tipo (penetração vaginal/anal, carícias)?  
 Quando e aonde foi a primeira vez? Com homem ou mulher?  
 Atualmente você tem atividade sexual? Que tipo de sexo você faz? Anal? Oral? Vaginal? Com quem? Quantas vezes? Isso é muito, pouco ou comum? O que são muitos parceiros?  
 Tem gente que gosta de tocar/massagear seu órgão sexual. Você gosta?  
 Fazer sexo é gostoso? Qual atividade sexual que te dá mais prazer?

Quem te dá esse prazer? Você conversa com seu (sua) namorado(a) sobre sexo?  
 Diz o que você gosta de fazer?  
 As garotas têm o direito de dizer que elas não tão afim? E os garotos?  
 Na sua experiência sexual você viveu algum tipo de agressão/violência?  
 Isso acontece na sua casa? Como você se protege dessas situações?  
 Você sabia de doenças que são transmitidas pelo sexo quando começou a transar?

#### CAMISINHA (opinião e uso)

Você conhece a camisinha? Tem alguma com você agora? Já usou? Acha legal ou tem dificuldade em usar? Usa sempre? Já furou? Seus amigo(a) usam? Você tem grilo em pedir para usar? Por que? Você compra ou recebe doação? Tem vergonha de comprar? Quando custa? É caro para você? Qual a diferença da pílula para camisinha?

#### GRAVIDEZ e FILHOS (expectativas e meios de prevenção)

Você quer ter filho(a)s? Quando? O que um filho(a) representa na sua vida?  
 Você educaria seus filhos igual a seus pais?  
 A gravidez aproxima o casal? Você já engravidou?  
 Você se protege para não engravidar? De que forma (camisinha, pílula, tabelinha)?  
 Por aqui é comum as pessoas fazerem aborto? Você já fez? Faria? Porque?  
 Você já ouviu falar de doenças que são transmitidas pelo sexo.  
 Dá para fazer sexo com prazer mas sem risco de pegar doença? E de engravidar?  
 Como?

#### DROGAS (envolvimento)

Você já experimentou alguma droga? Qual? Já injetou na veia? Sozinho ou em grupo? Por que as pessoas usam drogas? Quando você faz sexo você usa drogas? Por que?

#### HIV/AIDS (conhecimento, vivências e representações)

Como se transmite o vírus da AIDS? Onde você obteve essas informações?  
 O que você gostaria de saber sobre AIDS? Qual é a melhor forma de tirar dúvidas?  
 Você conhece alguém com o vírus da AIDS? Como você sabe que alguém tem o vírus? Uma pessoa com o vírus pode levar uma vida normal?  
 A AIDS mudou a sua vida (sexual, afetiva, familiar, social, econômica)?  
 Qual a diferença entre morrer de AIDS ou por acidente (bala perdida, atropelamento,...)? Você acha que pode pegar o vírus da AIDS? Como? Como você se protege? Como as pessoas devem se proteger? Amor previne AIDS?  
 Você fez/faria o teste da AIDS?  
 O que você faria se descobrisse que tem o vírus da AIDS?  
 Você gostou de participar da entrevista? Sentiu-se mal com alguma pergunta?